

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 736
4 de Fevereiro de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Apenas seis meses depois!...

1. A Comissão Política do CC do PCP, reunida em 1 de Fevereiro para examinar a situação política, salienta que, decorridos apenas seis meses desde o acto eleitoral de 19 de Julho, assiste-se de forma nítida ao agravamento da instabilidade tanto da situação social como da situação económica do país.

Muitos dos que confiaram na demagogia e nas promessas semeadas pelo Governo PSD/Cavaco Silva, confrontam-se agora com a realidade, traduzida não na solução, mas no agravamento de muitos dos principais problemas nacionais.

Contrariamente ao prometido, a maioria obtida pelo PSD/Cavaco Silva revelou-se incapaz de garantir a estabilidade social e de dar solução aos mais graves problemas nacionais.

Seguindo uma política com vistas a reforçar a exploração dos trabalhadores, a generalizar a precariedade do trabalho, a acentuar as desigualdades sociais a favor do grande capital, o Governo PSD/Cavaco Silva é, em si mesmo, um factor gerador de desestabilização social.

2. As condições de vida e de trabalho dos trabalhadores sofrem novos agravamentos. Milhares de trabalhadores, de dezenas de empresas ameaçadas de encerramento ou com processos de despedimento colectivos, encontram-se na iminência de se juntarem ao numeroso exército de desempregados.

O Governo, com a colaboração da UGT, tenta de novo repor a prática dos tectos salariais, reduzindo deste modo o valor da mão-de-obra assalariada, acentuando cada vez mais a repartição do rendimento nacional a favor do capital.

A chaga dos salários em atraso, para além de não ter sido eliminada, dá mostras de novo surto em novas empresas e diferentes zonas do país.

O recurso à manipulação estatística por parte do Governo nem cria postos de trabalho nem anula a gravidade do problema do desemprego para centenas de milhares de portugueses, com particular incidência nos jovens e nas mulheres.

A precarização do trabalho, instituída como norma, leva à multiplicação das formas ilegais na contratação de mão-de-obra, à generalização dos contratos a prazo que, em numerosas empresas atingem os 100%, à proliferação do trabalho infantil e a toda a espécie de arbitrariedades e ilegalidades por parte do patronato.

3. A degradação da situação social é acompanhada da violação dos direitos sindicais (impedimento à livre sindicalização, ao exercício da actividade sindical nas empresas, discriminações salariais e de carreiras de que são vítimas os activistas, e mesmo o seu despedimento efectivo), do recurso à violência policial para fazer calar os justos protestos dos trabalhadores, como aconteceu recentemente com os trabalhadores da Indep quando reclamavam o pagamento dos salários em atraso.

4. A ofensiva antitrabalhadores ganha nova dimensão e significado com a apresentação, por parte do Governo Cavaco Silva dos projectos de revisão da legislação laboral, designadamente com a lei dos despedimentos e a redução das garantias dos eleitos dos trabalhadores há muito reclamada pelas organizações patronais e as multinacionais.

O actual «pacote laboral», pela sua violência contra os trabalhadores, ultrapassa todos os projectos elaborados por anteriores governos (incluindo os da "AD"), constituindo uma séria ameaça ao direito ao trabalho, à estabilidade política, económica e social.

Ao concentrar um poder discricionário nas mãos do patronato, ao alargar as possibilidades de despedimento, ao retirar a garantia de defesa dos trabalhadores, ao retomar a prática do trabalho incerto abolida com o 25 de Abril, ao generalizar os contratos a prazo para os jovens com menos de 25 anos ou para aqueles que procuram o primeiro

emprego, o Governo pretende não só facilitar os despedimentos por todos os meios, mas igualmente colocar nas mãos do patronato instrumentos para intensificar a exploração e a repressão.

A Comissão Política do CC do PCP chama a atenção para o vasto e enérgico movimento de repúdio do pacote laboral do PSD e de Cavaco Silva por parte dos trabalhadores de diversas tendências sindicais e partidárias como uma digna resposta a uma grave tentativa de drástica restrição dos seus direitos. **A unidade já verificada na resistência à nova tentativa de impor uma inconstitucional lei dos despedimentos representa por si só um indissociável revés para o Governo de Cavaco Silva e um grande incentivo ao prosseguimento e intensificação da luta.**

5. Ao tentar criar na opinião pública a ideia de que é devido às leis do trabalho existentes que o investimento é limitado, que não se procede à tão apregoada modernização do aparelho produtivo, e mesmo que são responsáveis por tão elevado volume de desemprego, o Governo PSD/Cavaco Silva procura desviar as atenções das verdadeiras causas por tudo isso: a política de direita seguida pelos sucessivos governos, e substancialmente agravada com este Governo.

Uma política que leva à desorganização do aparelho produtivo, à intensificação da exploração dos trabalhadores, à submissão crescente da economia nacional aos interesses das multinacionais, da CEE e do imperialismo em geral, não resolverá os graves problemas nacionais e suscita contra si a resistência dos trabalhadores.

6. A instabilidade social que se vive actualmente é da inteira responsabilidade do Governo PSD/Cavaco Silva.

A luta, e só a luta, é a única alternativa que se oferece a milhares e milhares de trabalhadores para melhorar os seus salários, ou conseguirem mesmo o pagamento dos seus salários, para defenderem os postos de trabalho e impedirem o encerramento das empresas, para fazerem frente à repressão patronal e governamental.

Pela sua combatividade, amplitude e unidade, as lutas em curso, abrangendo numerosas empresas, diferentes sectores e camadas profissionais, atestam a crescente compreensão pelas massas trabalhadoras da natureza da política deste Governo e a disposição de lhe fazer frente, defendendo os seus interesses.

7. A Comissão Política do Comité Central do PCP saúda os trabalhadores em luta, em especial os da Indep, da Carris, do Entrepósito, da Covina, da Cel-Cat, da Cometna, das Minas da Panasqueira, Facar, EFI/Feruni, dos sectores de hotelaria, da metalurgia e os trabalhadores de dezenas de outras empresas que, pela sua acção, defendem os seus direitos, fazem frente à política antipopular e antidemocrática do Governo PSD/Cavaco Silva e contribuem desta forma para a defesa do regime democrático e dos interesses nacionais.

A Comissão Política do CC do PCP apela igualmente à ampla participação dos militantes e simpatizantes do Partido, aos trabalhadores e democratas, nas manifestações e outras acções de protesto a realizar no próximo sábado (6 de Fevereiro), contra o pacote laboral do Governo e de apoio e solidariedade com as lutas actualmente em curso.

A resolução dos graves problemas da economia nacional, uma política de desenvolvimento, a melhoria das condições de vida e de trabalho, a garantia da estabilidade no emprego, exigem uma política diferente, uma política que acabe com os ataques às conquistas democráticas, a destruição do aparelho produtivo, o afrontamento com os trabalhadores, uma política virada para a satisfação das necessidades básicas do nosso povo.

1 de Fevereiro de 1988

A Comissão Política do CC do PCP

manifestação

Contra o pacote laboral

Sábado

Lisboa, às 14 e 30 no Marquês de Pombal • **Porto**, às 14 e 30, concentrações no Campo 24 de Agosto, no Largo da Igreja de Cedofeita e na Praceta 25 de Abril (Gaia) • **Aveiro**, às 15 horas no Largo da Estação • **Faro**, às 16 horas, frente ao Governo Civil

Amanhã

Coimbra, às 18 horas, concentração na Praça 8 de Maio

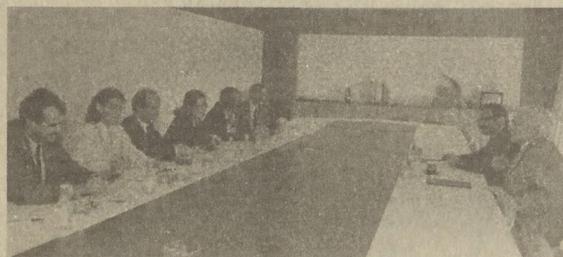
Hoje

Jornada nacional de luta da metalurgia e metalomecânica, com paralisações de trabalho e outras acções em mais de 30 localidades • **Santarém**, às 10 horas, encontro de delegados, dirigentes e activistas sindicais e das UCP's/Cooperativas e às 17 horas, concentração junto ao Governo Civil • **Viseu**, plenário de dirigentes e delegados sindicais, com ida à delegação do Ministério do Emprego e ao Governo Civil

Págs. 8, 9, 10, 11 e 12/Semana

ÁLVARO CUNHAL NAS BEIRAS

Págs. 1, 2, 3 e 4/Semana



Álvaro Cunhal recebe diplomatas

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, recebeu na passada terça-feira, no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, uma delegação da Direcção da Associação de Diplomatas que lhe transmitiu um convite para realizar proximamente uma conferência, no âmbito do programa de actividades político-culturais promovido por aquela associação. Para além do seu Presidente, Salah Eddine Tazi, Encarregado de Negócios de Marrocos, participaram no encontro representantes das embaixadas de Cabo Verde, Canadá, Checoslováquia, EUA e Finlândia.

REVISÃO CONSTITUCIONAL

REUNIÃO NACIONAL DE QUADROS DO PCP

Págs. 4 e 5/Semana

Editorial

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 736

4 de Fevereiro de 1988

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Tarefas essenciais da hora presente

É por demais evidente que na situação portuguesa se produziram nos últimos dias esclarecedores acontecimentos. Factores de natureza antagónica há longos meses no choco assumiram agora expressão mais definida.

Nos planos político, institucional, social e ideológico o panorama actual é de um aberto confronto de interesses e de concepções que confluem no progressivo agravamento da conjuntura nacional.

Iniciou-se e está em pleno desenvolvimento na Assembleia da República a nova fase da contra-revolução legislativa, claramente assumida pelo Governo Cavaco Silva/PSD; no mundo do trabalho, sob a cobertura governamental, agudiza-se a ofensiva de classe contra os salários, o direito ao emprego e à segurança social, as garantias e liberdades dos trabalhadores; na acção antipopular do Executivo cavaquista multiplicam-se os atentados sociais contra serviços de interesse básico, acentuam-se os desequilíbrios sociais na distribuição dos rendimentos, proliferam situações obscuras a nível da Administração Pública, as fraudes e a corrupção; amplia-se e aprofunda-se a submissão ao capital estrangeiro e ao imperialismo.

Consequentemente intensifica-se a luta institucional e política em crescente amplitude democrática. Os debates sobre a revisão constitucional a desbordar da Assembleia da República e a ganhar espaço no terreno extraparlamentar.

A resposta de massas à política antipopular do Governo de Cavaco assume formas de resistência cada vez mais vastas e combativas, um novo dinamismo galvaniza a acção de milhares de trabalhadores contra o pacote laboral e por sentidas reivindicações imediatas.

As manifestações de repúdio e protesto contra a política cavaquista alargam-se e diversificam-se de maneira sensível e notória.

E neste vasto confronto, novos deslocamentos se estão operando na correlação de forças sociais e políticas. De maneira visível o cavaquismo e a direita restauracionista perdem terreno político, amadurecem a prazo, mas num ritmo crescente, as condições favoráveis para uma necessária mudança de sentido democrático na política nacional.

A ofensiva das reprivatizações do sector público e nacionalizado no âmbito da Assembleia da República acaba de passar o primeiro «rond» parlamentar com a aprovação na generalidade pelo PSD e o CDS das propostas de lei do Governo contra a privatização institucional dos órgãos de comunicação social estatizados, de venda das participações do Estado e de 49% do capital de empresas públicas.

Cavaco, arvorado em árbitro da Constituição que quer reduzir a farrapos, pontuou da tribuna da AR: «a questão da constitucionalidade das propostas do Governo é assunto arrumado». Para o Primeiro-Ministro uma eventual (e necessária) recusa à promulgação das suas leis pelo Presidente da República ou qualquer declaração

da sua inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional, sobre recurso de qualquer entidade, não teriam qualquer valor.

As prepotências do Governo cavaquista multiplicam-se na Assembleia da República e fora dela, o mito do Estado «pessoa de bem» dissipam-se a cada passo na acção prepotente do Executivo e nas irregularidades que pratica ou encobre.

Intervém arbitrariamente onde não deve — como nos casos da Câmara de Gondomar e do assalto aos Serviços Municipalizados de Gaz e Electricidade do Porto — recorre a métodos violentos e repressivos — como nos casos da IN-DEP e da assinatura do Acordo de Rendimentos e Preços no Conselho de Concertação Social contra a delegação da CGTP-IN — procura velar com uma cortina suspeita o presumível escândalo bolsista da SONAE, provoca a razia de estabelecimentos de assistência e serviços hospitalares deixando populações privadas de assistência e suprimindo sem alternativa cuidados clínicos de profunda incidência social — como nos casos do Hospital Júlio de Matos e do Hospital de Santiago do Cacém — não intervém na solução do diferendo que opõe os trabalhadores aos administradores da Carris impedindo de facto a satisfação das justas reivindicações operárias.

A invasão e confiscação de bens e a entrega compulsiva à EDP dos SMGE do Porto é uma inqualificável prepotência do Governo cavaquista e um atentado à autonomia do Poder Local democrático. Sob o comando do Governador Civil e do próprio Ministro do Plano, os SMGE do Porto, foram, com aparato policial, submetidos ao assalto e expulsos das suas instalações.

Os protestos da população do Porto e da totalidade dos seus autarcas reunidos em Assembleia Municipal incluindo do próprio Presidente da Câmara, membro do PSD — que corajosa e dignamente repudiou os actos do Governo — juntam-se aos da Assembleia Municipal de Gondomar contra a decisão governamental de convocar eleições antecipadas para a Câmara do Concelho.

Os portuenses, mesmo os que maioritariamente votaram em Cavaco e no PSD, interrogam-se sobre as motivações destas prepotentes acções do Governo central contra as populações e as autarquias do distrito.

No Sector da Saúde, outros portugueses se interrogam sobre as discricionárias medidas governamentais que vão afectar e já afectam gravemente a saúde da população, de que já se elevam veementes protestos compartilhados por largos sectores do corpo clínico.

Ao Hospital de Tomar, agora ao de Santiago do Cacém, foram retiradas valências que não podem ser superadas de maneira a garantir a necessária assistência dos doentes daqueles concelhos.

A mais gritante das medidas contra a saúde pública é, contudo a decisão governamental de extinguir, a curto prazo e sem qualquer alternativa à vista, o Hospital Psiquiátrico Júlio de Matos.

Critérios economicistas determinam a estranha decisão da ministra da Saúde — numa situação de carência de camas para os tratamentos de psiquia-

tria, de aumentos dos casos de doenças mentais, de alcoolismo, de toxicomanias e outras do foro psiquiátrico — de suprimir o melhor hospital psiquiátrico do País e o mais dotado de formas protegidas para os fins em vista e, apesar das importantes carências de apetrechamento e deficiências de instalações, dotado de um corpo clínico e de enfermagem abnegado e competente.

Num outro plano o caso SONAE é significativo da «honorabilidade» do Governo. A ponta visível do «iceberg» surgiu na apresentação na Bolsa do Porto de OPVs em simultâneo de 7 empresas do grupo SONAE dirigido pelo milionário Belmiro de Azevedo, estranhamente também presidente da Bolsa do Porto, amigo pessoal do ministro Cadilhe — uma operação bolsista cuja legalidade é posta em dúvida e que teria rendido ao grupo SONAE, com a eventual cobertura de riscos pelo BPA, lucros superiores a 4 milhões de contos.

Compreende-se porquê o Primeiro-Ministro se deixa ganhar pelo enervamento que o leva por vezes a proferir impropérios.

Não são, porém questões temperamentais, o que está na base da queda de popularidade de Cavaco Silva e do seu Governo mas sim a natureza do seu projecto restauracionista do poder dos monopólios, o seu comportamento político, o desabar, pela sua prática governativa, dos mitos de «estabilidade», da «prosperidade económica» e do «bem-estar social» que estiveram na base dos seus resultados eleitorais em 19 de Julho de 1987.

Nisto está a razão fundamental da contestação das forças democráticas no terreno institucional e da resposta dos trabalhadores e de vastos sectores sociais no terreno da luta de massas.

É impressionante a subida dos protestos populares contra os intentos do Governo cavaquista de impor tectos salariais injustos, de virar as costas à solução do problema de novo em agravamento dos salários em atraso, principalmente contra os seus propósitos de agravar ainda mais a favor do alto patronato a legislação do trabalho.

A luta contra o pacote laboral está a mobilizar, com as formas mais variadas, dinâmicas e participadas, muitos milhares de trabalhadores e a determinar um cerrar de fileiras das forças democráticas numa acção convergente que pode erguer num prazo breve uma vigorosa barreira democrática contra a política do Governo.

As manifestações de Braga e de Lisboa, foram importantes jornadas de luta que abrirão o caminho a outras mais potentes do futuro imediato.

A greve dos trabalhadores da Carris e a força da unidade revelada, a firmeza e justiça das suas reivindicações concitam à compreensão e solidariedade activa de todos os trabalhadores e democratas.

É o Governo de Cavaco quem está a bloquear o acordo das partes e o principal responsável pelas perturbações causadas à vida da população de Lisboa. Os trabalhadores da Carris não têm outra alternativa senão a sua unidade e luta para obter a satisfação das suas reivindicações.

Resumo

27

Quarta-feira

O Orçamento de Estado para o ano de 88 é publicado no «Diário da República». O agravamento da carga fiscal é a nota mais saliente de uma lei orçamental cuja aprovação contou apenas com os votos do PSD ■ Milhares de trabalhadores desfilam em Lisboa, entre o Rossio e a Assembleia



da República, numa manifestação de protesto contra o pacote laboral ■ O gabinete da Fretilin em Lisboa anuncia a derrota de um batalhão indonésio por forças da guerrilha em Timor-Leste ■ A administração da INDEP suspende mais oito trabalhadores com a «justificação» de que fora identificada a sua presença numa concentração em Dezembro na Fábrica de Braço de Prata ■ Terroristas da Renamo chacinam 70 pessoas num assalto à sede do distrito de Guíja, na província de Gaza, a Sul de Moçambique ■ Os Estados Unidos e a União Soviética iniciam quatro dias de negociações sobre os métodos de verificação dos ensaios nucleares, como passo para um acordo que ponha termo aos testes nucleares.

28

Quinta-feira

O Primeiro-Ministro vai ao Parlamento dar início ao debate da proposta que autoriza as empresas públicas a serem transformadas em sociedades anónimas com possibilidade de alienação até 49% do seu capital. O PCP sublinha a inconstitucionalidade desta proposta ■ Os trabalhadores da Carris decidem o prolongamento da greve até 5 de Fevereiro ■ Um jovem negro é morto, após ser interrogado pela polícia sul-africana. O jovem havia sido entrevistado pela cadeia de televisão americana CBS, em programa intitulado «Crianças do Apartheid» ■ O Partido Comunista Indiano anuncia em Nova Delhi a sua decisão de reatar relações com o Partido Comunista da China, interrompidas há 25 anos ■ A polícia peruana reprime manifestação em Lima, que decorreu no âmbito de uma greve geral convocada pela CGT do Peru contra a carestia de vida.

29

Sexta-feira

O Governo ocupa, através do governador civil do Porto, a sede dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade, entregando a sua exploração à EDP. O PCP denuncia o propósito de grandes grupos económicos protegidos pelo Governo, de obter grandes lucros com a futura distribuição privada de gás canalizado na região do Porto ■ Uma delegação dos

municípios e zonas não nucleares de Espanha reúne-se com o Secretariado Permanente do Movimento Zonas Livres de Armas Nucleares em Portugal, em Corroios. Foi formada uma pré-comissão que dará os primeiros passos na preparação de uma Conferência Ibérica ■ Milhares de namibianos manifestam-se na capital do país contra a visita do dirigente oeste-alemão Strauss à Namíbia, a convite do governo de Pretória ■ A Conferência Nacional do Partido Comunista da Bulgária é inaugurada por Todor Jivkov. O relatório apresentado intitula-se «Reestruturação — o trabalho do Partido, o trabalho do Povo».

30

Sábado

A Câmara Municipal de Moura recebe o presidente Mário Soares, no âmbito de uma visita presidencial aos concelhos de Moura e Serpa. O presidente da Câmara sublinhou que «o facto de as obras do Alqueva estarem paradas é uma situação contra o Alentejo, e portanto contra Portugal» ■ O governo norte-americano decide uma redução de 30 milhões de dólares nas contribuições monetárias com carácter militar a Portugal, no âmbito do Acordo das Lajes. É a terceira redução, desde a assinatura do último acordo, em 1983 ■ O presidente Raúl Alfonsín, da Argentina, chega a Madrid, onde irá assinar um acordo de cooperação económica ■ Termina na capital da Costa Rica uma primeira ronda de conversações directas entre o governo da Nicarágua e representantes dos «contra». A proposta do governo da Nicarágua, já divulgada, tem como objectivo principal o desarmamento dos «contra» e a sua reintegração social.

31

Domingo

«Há condições para que o processo contra-revolucionário, que deu novos passos com o 19 de Julho, seja de novo interrompido como já foi antes»,



afirma Alvaro Cunhal em sessão de esclarecimento em Coimbra ■ Freitas do Amaral, tal como era esperado, é eleito presidente do CDS, no Congresso deste partido realizado na Póvoa de Varzim ■ Realizam-se grandes manifestações de palestinianos nas ruas de cidades, aldeias e campos de refugiados dos territórios ocupados, correspondendo ao apelo da OLP para reforçar a luta. A repressão fez dezenas de feridos ■ Os delegados à Conferência Nacional do Partido Comunista Búlgaro aprovam por unanimidade as reformas destinadas à concretização do programa de reestruturação ■ Vietnamitas assinalam a pas-



sagem do 20.º aniversário da «Ofensiva do Tet», que marcou um ponto de viragem na guerra do Vietnam.

1

Segunda-feira

A Câmara Municipal de Lisboa manifesta a sua «viva preocupação pelo anunciado encerramento do Hospital Júlio de Matos». Apenas os eleitos do PSD e CDS votaram contra a moção, apresentada pelos vereadores da CDU ■ Estudantes do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL) ocupam o átrio do Ministério da Educação, como forma de protesto contra a despromoção do ISEL, decidida pelo governo, do Ensino Superior para o Politécnico ■ O presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, conclui uma vi-



sita à Europa, com declarações de apoio ao plano de paz para a América Central, de quatro países — Suécia, Noruega, Espanha e Itália ■ Inicia-se na Grã-Bretanha uma importante vaga de greves, abarcando o sector da produção mineira, serviços hospitalares, metalúrgicos da Ford e serviço de «ferry-boats» no Canal da Mancha.

2

Terça-feira

A Comissão Política do Comité Central do PCP dirige um apelo aos militantes e simpatizantes do Partido, aos trabalhadores e democratas, para que participem nas acções de protesto contra o pacote laboral e de solidariedade com as lutas em curso ■ Em comício do PS, Victor Constâncio classifica o pacote laboral de «tentativa de regresso ao passado» ■ Festu denuncia que Governo «tenta colocar a população de Lisboa contra os trabalhadores» da Carris ■ Os Estados Unidos vetam nas Nações Unidas uma resolução do Conselho de Segurança que sublinhava a urgência de encontrar uma solução para o conflito no Médio Oriente ■ Governo de Angola subordina retirada das tropas cubanas do seu território à aceitação pelos EUA e a África do Sul de 4 condições, entre as quais o fim do apoio externo à Unita.

Noutros sectores dos transportes — CP e Metropolitano — cresce a disposição de luta pelo aumento dos salários.

Na INDEP, numa grandiosa expressão de unidade os trabalhadores retomam com vigor a sua luta que engloba agora a imediata suspensão da Comissão de Trabalhadores. O mesmo na Função Pública à qual o Governo impôs o ridículo tecto dos 6,5% nos seus vencimentos.

Em mais de vinte localidades, paralisações, concentrações e outras acções de massas se processam.

Principalmente, a luta contra o pacote laboral, alarga-se a todo o País, a todo o mundo do trabalho em Portugal, está movimentando forças sociais e políticas de grande amplitude.

Dezenas de grandes reuniões e plenários de empresas tomam posição contra os desígnios do Governo. No movimento sindical, onde no terreno da luta muitos trabalhadores filiados em sindicatos da UGT ombreiam com os do movimento unitário dirigido pela CGTP-IN, novas jornadas estão em curso e em perspectiva.

As manifestações de sábado em Lisboa, Porto, Aveiro e Faro, a de amanhã em Coimbra, a de hoje em Santarém constituirão seguramente importantes jornadas de luta contra o odioso pacote laboral que o Governo pretende impor.

Na zona da Reforma Agrária, vigorosas acções de resistência contra a ofensiva liquidacionista do Governo cavaquista recolhem a adesão massiva dos trabalhadores agrícolas do Alentejo e do Ribatejo.

A realidade nacional contrasta com o quadro das aparências que o Governo Cavaco/PSD pretende exhibir aos olhos do povo português.

Cavaco Silva deve querer fazer sua a velha fórmula salazarista «do que parece é!».

«As eleições de 19 de Julho — proclamam as hostes cavaquistas — foi um autêntico acto referendário». Entretanto a verdade é outra: o PSD obteve 51% dos votos mas não tem os dois terços que necessita para arrancar Abril da Constituição. Só outros lhos poderão dar.

«O PSD é quase uma instituição nacional reflectindo o que se passa na sociedade portuguesa» — mas sendo o partido mais votado não representa o quadro sociológico do País na sua expressão popular mais genuína.

«Só nos deixaremos influenciar pela vontade do povo português», disse Cavaco Silva — mas é um facto incontestável que desde a sua ascensão de Julho de 87, a sua política antipopular alijou de si muitos milhares de portugueses que lhe deram o seu voto e que hoje contestam em importantes acções de massas o projecto e a prática política.

Preparar as mudanças necessárias é um objectivo ao alcance das forças democráticas, em particular dos trabalhadores e das massas populares no seu conjunto.

Dinamizá-las, organizá-las, consciencializá-las dos problemas e objectivos fundamentais da hora presente é a tarefa essencial dos comunistas.

Avante!

Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º — 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50

Porto — Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º

— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Haska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/87

TRÊS DIAS PELAS BEIRAS

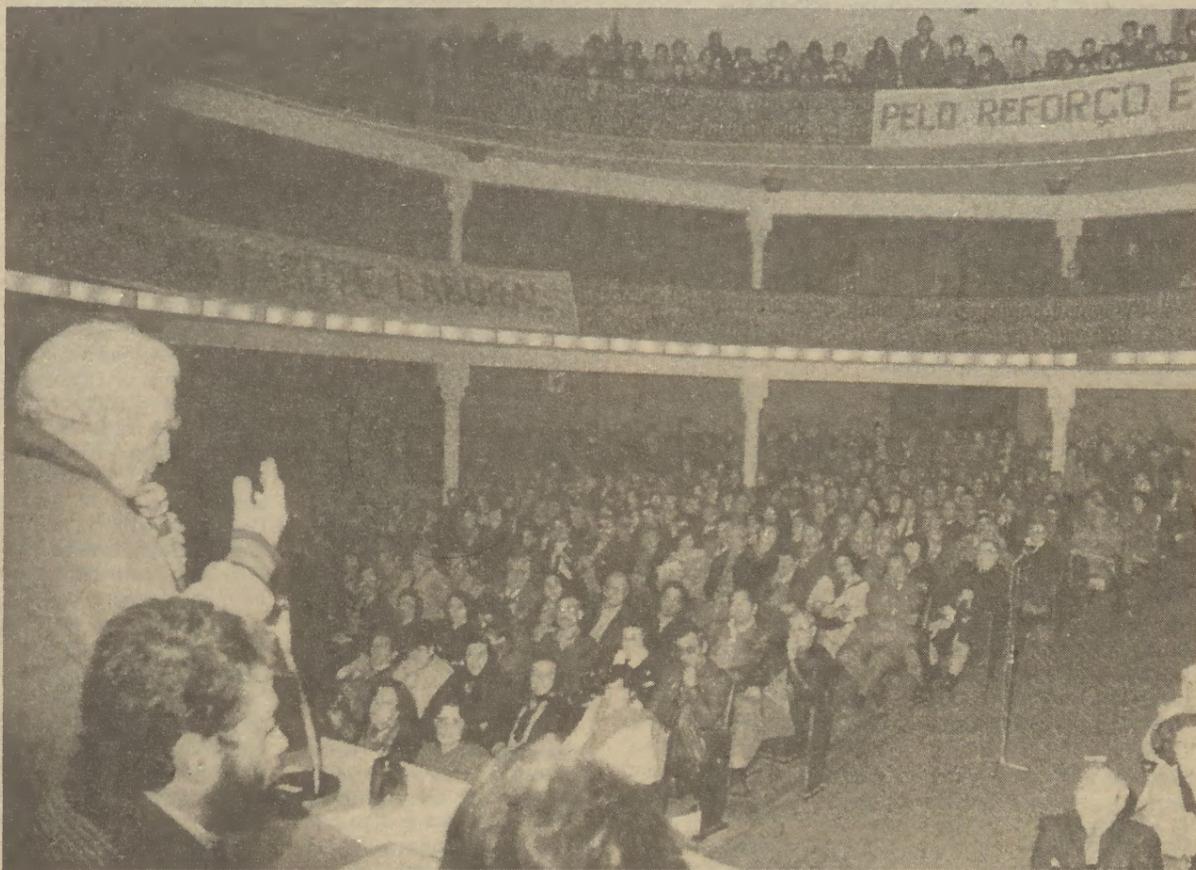
■ Torres
Rodrigues

«Os comunistas — disse Álvaro Cunhal em Seia — estariam a inaugurar este Centro de Trabalho se não pensassem ter uma intervenção maior no futuro do País?»

«Porventura alguém pensa que este não é um esforço baseado na profunda confiança que temos de que a nossa influência, a nossa intervenção aumentará no futuro? Alguém pensa que haverá algum partido que tenha mais futuro do que o Partido Comunista Português, que defenda os interesses do povo e da pátria, que tem mostrado e mostrará que está sempre com aqueles que trabalham? Por isso, este Centro de Trabalho é uma afirmação de que os comunistas estão voltados para o futuro, com confiança em si próprios, na sua luta, na sua acção e com confiança no futuro democrático do povo português e de Portugal.

Foi uma viagem de três dias pelos três distritos da Beira. Por toda a parte se constatou que o Partido, as organizações procuram superar problemas, enfrentar deficiências, caminhar de novo na crista da onda na luta que se avizinha contra a política que o Governo Cavaco Silva já não consegue esconder ser virada contra os trabalhadores e o povo.

Foi também a prova, se é que havia dúvidas, de que os comunistas, estejam em Lisboa, nos Açores ou nas zonas mais interiores do continente sabem que por se perder uma batalha, não se perde a guerra. Mas quem é que disse alguma vez aos trabalhadores que a vitória não era possível? Não nós.



Teatro Avenida, em Coimbra. De tudo se falou

Em Coimbra até do rock se falou

Sexta-feira à noite, o Teatro Avenida, em Coimbra, estava cheio, com muita gente em pé nas coxias laterais. Após uma intervenção inicial do secretário-geral, sucederam-se as perguntas. Traçou Álvaro Cunhal um quadro da situação presente. Com o 19 de Julho, referiu, houve muitos que sentiram que tudo estava perdido perante a maioria alcançada pelo PSD e já não acreditavam que fosse possível uma movimentação social, a que afinal agora, estamos a assistir.

Nunca fizemos tal apreciação, acrescentou, porque a política de direita não resolve os problemas do nosso povo e do nosso país e vai ferir os interesses precisamente de muitos daqueles que em 19 de Julho votaram no Cavaco Silva.

É isso que está a acontecer. Na primeira análise do Comité Central sobre as eleições, feita dois dias depois, afirmava-se que a base eleitoral do PSD era extraordinariamente mais vasta que a base de apoio social e político que o PSD poderia contar para fazer a sua política.

Muitos houve que não acreditaram. Mas também o partido afirmou nessa análise que a base de apoio social no nosso partido e noutros partidos democráticos era potencialmente muito mais

vasta do que os resultados obtidos nas eleições. E que estamos a ver?, interrogou o dirigente comunista. Que os trabalhadores de todas as tendências, muitas vezes em completa unanimidade, o que é uma situação completamente nova depois do 25 de Abril, lutam nas fábricas e outros locais de trabalho, contra as medidas do Governo. É o caso da luta contra o pacote laboral, onde se juntam trabalhadores que ninguém pode dizer que são comunistas.

Mas existem também movimentações nas outras áreas sociais que mostram bem que se está a lutar contra este Governo. É o caso das eleições para as associações de estudantes, onde as listas unitárias, em dezenas e dezenas de casos, venceram os escrutínios, afastando as direcções PSD existentes.

Por tudo isto se pode ver que se reduz a base social e eleitoral de apoio do Governo. Reduz-se até a nível da extrema-direita, como o prova o reaparecimento de Freitas do Amaral à frente do CDS, que começa a contestar o Governo Cavaco Silva por não ir tão depressa na política de reprivatizações e de retirar direitos e regalias aos trabalhadores.

Não que Cavaco Silva não queira, o pior é que não pode, pois de outro modo veria ainda reduzir-se mais e com maior celeridade a sua base de apoio entre os trabalhadores que votaram no PSD em 19 de Julho.

Começam-se pois a criar as condições para uma alternativa.

No respeitante à revisão da Constituição, que o PSD pretende já efectuar através da legislação inconstitucional, recordou Álvaro Cunhal que o PCP tem sublinhado a responsabilidade do Partido Socialista nesta questão, pois a revisão da Constituição só pode ser feita com dois terços dos votos da Assembleia da República e para que esse quantitativo exista é preciso o Partido Socialista. Mas, segundo notícias desse mesmo dia do que se passou na AR, o Partido Socialista mais parece aproximar-se, do que contrariar as propostas do PSD. Daí a necessidade que os socialistas compreendam as suas responsabilidades e que neste momento crucial para o regime democrático não entrem em acordos com o PSD, que abram as portas ao processo contra-revolucionário, permitindo-lhe que fique com as mãos livres para acabar com as conquistas do nosso povo.

Abril está vivo

Quanto aos que dizem que, em 19 de Julho, Abril morreu, e isto está escrito, dizem os comunistas que Abril está vivo. Foi atingido, foi ferido, mas está vivo e está em luta. Se partimos da ideia do que alguns afirmaram, os adversários, e que outros aceitaram em 19 de Julho pelo seu desânimo, então sim, Abril não morreu, mas pode morrer. Mas se acreditamos que o nosso país não está interessado em ser novamente dominado por meia dúzia de monopolistas, que tem riquezas próprias para interesse do nosso povo e se temos confiança para lutar e para acreditar que quem determina as transformações cruciais é o nosso povo, há condições para defender Abril e condições para impedir que este processo contra-revolucionário iniciado em 19 de Julho seja interrompido, como já o foi noutras ocasiões.

E no respeitante à movimentação social, referiu, não temos, não ouvimos tantas vezes, depois do 19 de Julho, que estava já ultrapassado esse período de agitação social, em que os trabalhadores e o povo português podiam desenvolver grandes acções de massas. Estamos

em princípios de 1988 e verifica-se que entre finais de 87 e princípios de 88 já houve uma movimentação maior do que em todo o ano de 87. Temos uma movimentação que demonstra que o nosso povo não curva a cabeça perante as ameaças do Governo e que está disposto a lutar para ganhar e não para perder.

Longamente ovacionado foi a parte da intervenção do secretário-geral do PCP em que se referiu ao que o partido continuará a ser.

Muitos dos nossos adversários e mesmo alguns dos nossos amigos diziam que se Abril estava terminado, se deixava de haver resistência, se o Partido Comunista não tinha condições para impedir a vitória final desse processo contra-revolucionário, então havia que reverter a nossa política e toda a nossa orientação, já não podíamos ser aquele partido revolucionário tendo no horizonte o socialismo e lutando por ele. Devíamos, de certa forma, diziam os adversários, e a campanha é muito forte a esse respeito, reverter o carácter e a natureza de classe do nosso partido, a sua característica revolucionária e devíamos-nos aproximar de um partido de objectivos mais limitados e, frisou que o termo agora era dele,

Álvaro Cunhal, do tipo **social-democratizante**, acomodado a um capitalismo monopolista restaurado pelo processo contra-revolucionário em curso que não está ainda acabado, mas que devíamos começar já a adaptar-nos a um regime diferente. Mas, entretanto, já queriam essa transformação do nosso partido e até uma transformação interna que levasse a perder a sua natureza de classe, a política de classe que de nenhuma forma exclui, antes pelo contrário, implica que esse partido comunista defenda não apenas os interesses dos trabalhadores, mas também os interesses de todas as camadas sociais que são atingidas pela política reacçãoária.

200 000 têm uma palavra a dizer

Pensamos que não. Pensamos — disse — que este partido comunista é que continua a ser necessário ao nosso povo e ao nosso país. Pensamos que este partido comunista deve continuar a ser o partido revolucionário, determinado, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo e tendo sempre no ho-



Mikhail
Gorbatchov

POR UM MUNDO
SEM ARMAS NUCLEARES

Colecção «Paz e Socialismo»

TRÊS DIAS PELAS BEIRAS

Arrematado!

Cinquenta e picos por cento do eleitorado português contribuiu com o seu voto em Julho do ano passado para uma realidade sobre a qual, tudo parece indicar que, hoje se interroga. Os trinta e picos por cento de portugueses que, segundo as sondagens de opinião, nestes finais de Janeiro de 88, ainda continuam a achar que o Governo do sr. Cavaco Silva é um «maná» dos deuses indicam que, aos cerca de 50 por cento que nunca o acharam, se tem vindo a acrescentar uns 20 por cento que têm vindo a fazer o que, muito prosaicamente se chama, deitar contas à vida.

Mas além de outros equívocos, houve um de que todos os por cento do eleitorado de Julho foram vítimas: o convencerem-se de que dos resultados eleitorais resultaria uma maioria parlamentar e um governo.

Engano. Maioria parlamentar, houve; governo, não. O que o País tem presentemente instalado nos ministérios é — uma Oferta Pública de Venda.

O Executivo do sr. Cavaco Silva, de uma penada, subverteu todas as referências históricas e teóricas da direita portuguesa. *Exit*, Maurras, Tofflers, Kissingers e MITs. Inteiramente ultrapassados os Chiracs, os Giscard, os Suarez. A sra. Thatcher e o 10 de Downing Street já não estimulam os ministros e secretários de Estado do PSD.

Eles não sonham ser investigadores do gabarito do sr. Friedman, filósofos da envergadura do sr. Menahem Begin, operacionais da estirpe do sr. Oliver North, oradores com a dimensão do sr. Ângelo Correia. Para os que vieram do MRPP, o poder já não está na ponta das espingardas, para os que vieram do Jovem Portugal, o poder já não está em Caçadores 5 e Cavalaria 7.

O paradigma não é o fórum tribunício, a barricada armada a secretária administrativa. O paradigma é — a Sotheby's. O sonho do Executivo Cavaco Silva é poder ser internacionalmente equiparado aos leiloeiros londrinos. Rolhas de *champagne* ecoarão na Gomes Teixeira quando as gazetas desse mundo noticiarem: «a Cavaco Silva's Ltd. bateu ontem todos os *records* ao leiloar o Políptico de Nuno Gonçalves a um anónimo americano por 20 pentaliões de dólares. O anterior *record* havia sido obtido num leilão da Sotheby's onde um Van Gogh não ultrapassara uns modestos 50 milhões.»

A originalidade e a audácia aí estão. A Sotheby's vende cartas de Shelley, de John Lennon ou de Lady Di?

O Cavaco Silva's Ltd. Culture Department (com sede à Avenida da República) baterá tudo isso vendendo 22 forais de D. Sancho, a correspondência diplomática do Padre António Vieira e um bilhete do seu fundador para uma colega de liceu.

A Sotheby's vende um lenço de Bernard Shaw, duas peças de lingerie daquela pequena que andava com o príncipe, um gibão de Shakespeare e um par de botas da madame Thatcher?

Que é isso para nós?! No Museu Militar está uma quantidade de armaduras que necessitam de ser rentabilizadas; espalhadas por S. Bento e por Queluz estão umas tapeçarias que, no sector público, só criam pó e dão prejuízo; em matéria de botas, é possível que se arranje por aí qualquer coisa com valor histórico; e, se for preciso, vendem-se as bandeiras — que também são de pano.

A Sotheby's está convencida que lá por fazer almoedas de umas palhotas em Beverley Hills ou em Saint Tropez, nas Bermudas ou em Copacabana, tem pedalada?

Ingénuos. Cavaco Silva's Real Estate vende (trata de toda a documentação) lotes de hospitais, tribunais, quartéis, castelos, conventos, abadias, mosteiros, palácios, etc. Está em estudo a privatização da Avenida da Liberdade.

E pode haver mais. Quanto, devidamente leiloado, e bem licitado poderá valer um lote de 200 operários metalúrgicos especializados desempregados por encerramento de uma empresa? Ou um lote de 50 jovens desesperados por não conseguirem trabalho para casar? Ou de 50 pescadores privados pela CEE das suas redes e das suas traineiras? Ou de mil agricultores com as vinhas arrancadas e as suas terras sorvidas pelos eucaliptos?

A Sotheby's está feita... Porque a verdade é que nem ela nem ninguém conseguiu fazer o que faz esta OPV chamada Governo Cavaco Silva: leiloar um país.

rizonte o socialismo e é por isso que somos comunistas.

Salientou mais adiante que não conseguem afastar o partido da luta imediata, da luta ao lado dos trabalhadores pelos seus interesses contra o Governo.

Falando do Congresso começou por referir que o facto de ainda não ter sido marcada a data resulta, única e simplesmente, da situação complexa face à revisão da Constituição e que os delegados, sem prejuízo da sua opinião pessoal, devem reflectir as opiniões dos organismos por que foram eleitos, porque temos 200 000 e não dois mil militantes e esses duzentos mil têm de ter uma palavra a dizer.

Ainda em relação ao Congresso destacou que neste terá de ser realizada uma renovação mais profunda do que em Congressos anteriores, recordando que nalguns jornais, depois desta declaração ter sido feita, eles sublinharam: «anuncia-se renovação profunda na direcção do partido», o mais já não lhes servia, porque não queriam reconhecer que em Congressos anteriores houve uma renovação.

E quando nos dizem: é preciso ver o secretário-geral que já tem 74 anos. **Muito obrigado! Eu conheço a minha certidão de idade, o partido também conhece. Conhecemos as leis da natureza e encaramos estes problemas de um modo frio, objectivo e digo frio não porque não sabemos que muitas vezes isto en-**

volve problemas humanos, mas porque em nome dos interesses do partido vemos a perspectiva e o nosso partido val com certeza garantir a continuidade do seu trabalho de direcção.

Falando mais adiante de toda a campanha em curso na imprensa referiu que se pode resumir em duas coisas: ou o Partido Comunista deixa de ser aquilo que é e se salva e será muito forte, e continua a ser o partido que é e vai ao fundo. Então dizemos — acrescentou — porque é que estão interessados em que deixemos de ser o que somos para não irmos ao fundo? Então fazem uma campanha anticomunista e estão interessados no nosso reforço? Até deveriam dizer, bravo seus ortodoxos, continuam assim porque o vosso partido vai ao fundo. Mas não dizem. Afirmam, reformem o vosso partido, atirem a direcção ao ar para serem fortes. Aqui há uma contradição. Mas há alguns camaradas nossos que não acompanham o que quer dizer esta campanha da direita. Podemos acreditar que os nossos adversários nos estejam a dar conselhos para nos tomarmos mais fortes? É quase inconcebível que haja camaradas nossos que não vejam o que isto significa. O PCP não está em crise, tem dificuldades, dificuldades que vai ultrapassar, mas na base da sua política, na actividade da sua acção revolucionária e é por isso que estamos confiantes na luta que travamos.

Na parte de perguntas que se seguiu vários foram os temas abordados. Mas, ao contrário do que desejariam certos órgãos de informação, todas as questões foram viradas para questões concretas, para questões que têm a ver com o reforço do partido. E note-se bem que não foi em relação ao reforço da unidade. Esse é um problema que não se faz sentir.

Em 19 de Julho perdeu-se uma batalha, mas não a guerra. Por toda a parte se vê que as hostes trabalhadoras em torno do seu partido recobram forças, se preparam para novas lutas. Prova disso, as constantes referências ao pacote laboral e a outros problemas que afectam o povo português, mas também a problemas de organização que é preciso resolver, como sucedeu nalguns casos. Mas sempre presente a preocupação de reforçar a vanguarda do povo trabalhador.

Mal vamos se não compreendermos as modificações

Para os órgãos de informação menos informados bom seria que tivessem estado em Coimbra para assim conhecerem a posição de Álvaro Cunhal sobre a «perestroika».

Melhor do que ninguém, salientou este, o partido através dos seus dirigentes co-

nhece o que se está a passar na União Soviética. E para os jornalistas que ainda têm dúvidas aqui transcrevemos as palavras do secretário-geral do PCP: «É um aperfeiçoamento e aprofundamento do socialismo. E por isso mesmo nós dizemos que na medida em que haja um avanço do socialismo na União Soviética isso reforça o empenhamento dos comunistas e dos trabalhadores na luta pelo socialismo no nosso próprio país. E, portanto, tudo quanto se avance na realização do socialismo, no seu melhoramento, no seu aperfeiçoamento é um grande estímulo à nossa luta pelo mesmo ideal.»

«Perestroika»

Referindo-se, depois, aos que aconselham que haja uma «perestroika» dentro do PCP, Álvaro Cunhal esclareceu:

«Quando dizemos que estão muito iludidos aqueles que pensam que se vai realizar uma «perestroika» no PCP no sentido de deixar de ser um partido com uma política de classes um partido dos trabalhadores, um partido marxista-leninista, um partido em luta pelo socialismo, dizem-nos: É porque, vocês, comunistas, não estão a cumprir a «perestroika» soviética.

Gostaria de ler uma passagem de uma entrevista que tive a oportunidade de dar à agência Lusa mas que não foi publicada integralmente.

«As repercussões que a «perestroika» soviética tem e terá no PCP é no sentido de maior empenhamento e de reforçar a confiança na luta libertadora da classe operária e do povo de Portugal e para a luta pelo socialismo.» E depois: «Há, no entanto, comentadores que imaginam ou desejam as repercussões da «perestroika» em sentido inverso às repercussões reais. Em relação ao PCP, por exemplo, alguns analistas avançam a ridícula ideia de que o PCP também precisa de uma «perestroika» e que a «perestroika» no PCP seria abandonar a sua natureza e política de classe, abandonar o marxismo-leninismo, renunciar à defesa das conquistas da Revolução de Abril, relegar o seu passado revolucionário e converter-se num partido resignado ao capitalismo, se não colaborante com ele.» «Ora bem, esta é a ideia ideia que alguns avançam de que nós, no fim de contas, não estamos a compreender, nem os soviéticos compreenderiam isto. Ora quero dizer que esta mesma passagem, ridicularizando a «perestroika» interna no PCP, foi publicada na primeira página do «Pravda», muito recentemente. Isto demonstra bem que não há aqui, como já alguns procuram ver, qualquer diferença de opinião nesta matéria entre nós e os camaradas soviéticos, que nós não estamos a compreender a «perestroika» e que tão-pouco estamos a compreender os efeitos que pode ter a «perestroika» soviética na nossa vida interna.»

Estrela de Conimbriga «sem mãos a pintar»

Na deslocação pelos distritos das Beiras, Álvaro Cunhal começou por visitar a Cooperativa de Cerâmica «Estrela de Conimbriga», em Condeixa-a-Nova.

Criada em 1975, conta presentemente com 130 cooperantes, o que representa um enorme salto, visto terem começado com 55.

Em 1987, tiveram um volume de vendas na ordem dos 87 500 contos, sendo 50 por cento da produção para o mercado externo, da qual, 40 por cento se destina aos Es-

tados Unidos, segundo a informação de Manuel Branquinho, técnico de contas da cooperativa.

Ali se pode dizer que existe a simbiose entre a produção em série e a artesanal. As peças em barro são feitas através de moldes. «Ainda há pouco tempo tínhamos um operário que as sabia fazer à mão» — dizem-nos.

Mas os tempos já não se compadecem com esta actividade artesanal. É preciso fazer mais e depressa. Só a pintura do barro é ainda arte-

sanal. E aqui a cooperativa investe na formação.

Têm uma escola de formação profissional. Vinte jovens aprendem a pintar, em cursos que são de seis meses.

Nos primeiros tempos o trabalho não é aproveitado. Mas ao fim de uns meses os jovens já estão a contribuir para a produção.

Sentados frente aos tornilhos, onde estão as peças de barro — jarras, vasos e outras — os jovens, apesar da visita de Álvaro Cunhal, passada a primeira excitação, voltam a concentrar a sua atenção na pintura. A mão que segura o pincel move-se lentamente e com precisão. Por vezes está encostada à cara para que o traço não fuja. As cores ainda são baças e só irão adquirir o brilho e toda a sua alegria depois de serem cozidas.

Referem-nos que depois do curso muitos jovens são «pescados» por outras empresas, mas, garantem-nos, quase todos voltam à casa, porque o ambiente de trabalho ali é muito diferente. No sector privado, os métodos são muito diferentes.

A cooperativa precisa cada vez mais de pintores. Só assim poderá dar vazão às encomendas que recebe. Em Condeixa-a-Nova, a poucos metros da estrada nacional n.º 1, um exemplo do que é possível fazer no sector cooperativo. Um exemplo que frutifica. Mais do que a velha expressão «sem mãos a medir», poder-se-ia dizer, neste caso, «sem mãos a pintar».



Cooperativa de Cerâmica «Estrela de Conimbriga»: a pericia na arte de pintar também se aprende

PCP

TRÊS DIAS PELAS BEIRAS

Marmeleira Confiança em ganhar a freguesia

E de Condeixa se seguiu para Marmeleira, freguesia do concelho de Souselas, onde havia um jantar-convívio na Casa do Povo. A chuva era mais do que suficiente. E só quem sai de Lisboa tem a noção de como é difícil, ainda, a vida das populações da província, embora noutros aspectos tenha vantagens.

Chegados a Souselas perguntámos a uma jovem onde ficava Marmeleira, mais a sua Casa do Povo. Que era mais adiante, na próxima estação, foi a resposta. Centenas de pessoas faziam a pé o mesmo trajecto.

Pela estrada fora, esburacada pelo intenso trânsito de camionetas e depois de termos passado várias passagens-de-nível (que ali são denominadas por **passo de nível**) demos com o local, onde já era grande a aglomeração.

Grande foi, também, o nosso espanto quando, passada meia hora, a mesma jovem a quem nos tínhamos dirigido, ali apareceu, para ajudar a servir os comensais do jantar-convívio. Transportes é coisa que não existe. As pessoas, tanto para irem para o trabalho, como para regressarem a casa fazem grandes trajectos a pé, por caminhos ruins.

Antes do secretário-geral do PCP chegar, os camara-

das da povoação davam os últimos retoques para o jantar que já se sabia ter mais gente do que a que estava prevista. Chegavam os leitões acabados de assar. Vinham em grandes tabuleiros, e pela primeira vez compreendemos a sensação que teria Obélix ao ver os javalis, mesmo sem estarem assados.

Excelente pitéu, este, com o seu molho de pimenta, que culminou uma ementa composta de caldo verde, cabidela de miúdos de leitão e o bom vinho da região, tudo produção particular.

Antes da intervenção de Álvaro Cunhal falou o camarada que pela lista da APU foi eleito para a Junta de Freguesia.

Referiu-se aos problemas locais, à falta de saneamento, arruamentos em condições, espaços para construção e tantos outros que até agora não têm sido resolvidos.

Mas a confiança é grande e as eleições autárquicas de 1989 começam já a ser uma preocupação, pelo que ao terminar, afirmou: «Em 89, a freguesia tem de ser dinâmica e tem de ser nossa».

Por seu turno Álvaro Cunhal referiu-se à situação actual, abordando questões que têm a ver com a região, como seja o pacote laboral que o Governo pretende im-



Casa do Povo da Marmeleira — jantar-convívio com militantes, simpatizantes e outras pessoas da freguesia que quiseram estar presentes. Antes da refeição as camaradas que cozinharam e ajudaram a servir foram saudar o camarada Álvaro

por, e ali é uma zona de operários, possibilitando todas as razões para os patrões despedirem os trabalhadores.

Mas falou também do pacote das reprivatizações e do pacote agrícola, já que ali, muitas das pessoas, apesar de trabalharem nas fábricas, são também agricultores no tempo que lhes resta.

Adiantou, antes de responder a algumas perguntas que lhe foram colocadas, que «não é por ambição que somos comunistas. Dizem que utilizamos cassetes e que repetimos sempre a mesma coisa. É verdade que

repetimos. Repetimos que estamos sempre com o povo.»

Face à presente situação e recordando que a base de apoio do PSD se reduz cada vez mais apontou o exemplo de milhares de trabalhadores que nas últimas eleições votaram no PSD e que hoje torcem a orelha, mas não deita sangue. Não é razão para os hostilizar, antes se deve fazer-lhes ver o erro que cometeram. E um erro, acrescentamos nós, a qualquer momento pode ser reparado.

Sucederam-se as perguntas e foi pena o tempo ser

curto, visto que era preciso seguir para Coimbra onde estava marcada uma sessão de esclarecimento no Teatro Avenida.

Um dos presentes quis saber se de acordo com as notícias que certa imprensa pública não estava em causa a liderança do PCP. Foi aliás a única pergunta que surgiu, durante toda a digressão, sobre este assunto. Nos outros locais as questões levantadas viraram-se sempre para assuntos concretos da vida do partido, para a resolução de problemas locais ou então sobre o pacote laboral, que se pode dizer que foi preocupação constante.

Garantiu Álvaro Cunhal que não estava em causa a liderança do PCP e que este continuará a ser um partido comunista, «este rumo não será modificado».

No final, um dos presentes, que se afirmou não comunista saudou a presença de Álvaro Cunhal, lamentando que só agora ali tivesse vindo.

Esclareceu o dirigente comunista que existem milhares de freguesias e que se for visitar uma freguesia por semana demorará vários anos.

Mas a Marmeleira, no concelho de Souselas, não foi esquecida.

Rádios locais **Uma afirmação de independência e de vontade de informação**

Está diferente a estrada que vai de Coimbra à Guarda. Para quem por lá passou, há mais de 10 anos, as transformações não se resumem apenas às casas dos emigrantes que a ladeiam. Um outro aspecto é mais gritante, embora passe mais despercebido aos viajantes.

É a vegetação. Onde antes só havia pinheiros, erguem-se hoje, majestosos, os eucaliptos. E a interrogação surge, naturalmente: terão os

incêndios sido casuais ou provocados?

Chegámos a Seia, onde estava prevista a inauguração do Centro de Trabalho do PCP reconstruído através do empenhado esforço dos militantes locais. Têm razão para estarem orgulhosos. A casa tem todas as condições de trabalho que a organização naquela cidade da Beira Alta já justifica.

Casa velha, em nova se transformou, sem perder a traça, respeitando as ori-

gens, fiel ao património histórico da cidade velha.

Foi aí que se realizou um encontro com os órgãos de informação regional do distrito da Guarda. Um outro encontro do mesmo tipo viria a realizar-se, no dia seguinte, na Covilhã, com os órgãos do distrito de Castelo Branco.

E quando se poderia pensar que os «disparos» dos jornalistas teriam como alvo a recente campanha de cer-

tos órgãos de circulação nacional, eis que surge uma novidade: todos se mostram mais interessados nos problemas regionais e qual a posição do PCP para a sua resolução.

Mesmo certas perguntas que se pode considerar a este aspecto têm, predominantemente, em consideração o facto de Álvaro Cunhal ter vivido em Seia durante alguns anos.

Tendo considerado que quando vem a Seia é como um regresso à infância, Álvaro Cunhal esclareceu que ali viveu até à idade dos 12 anos. «Seia está muito próxima do meu coração. Mais do que Coimbra, donde saí com dois anos e ainda não sabia ver o mundo. É uma terra onde ainda tenho familiares».

E foi a terra onde se baptizou, como recordou o padre da cidade e director do jornal «Seia Católica». Confirmando este facto, Álvaro Cunhal lembrou aos presentes que a sua mãe era uma pessoa muito católica e que foi ela que o acompanhou, aproveitando para dizer que o Partido que dirige não contraria a prática de culto dos seus militantes. Para se ser militante, recordou, ninguém pergunta qual a religião que professa.

Muitos católicos há que não encontram contradição entre a prática do culto e a sua crença e uma actividade social e política conforme às linhas programáticas do Partido Comunista Português.

A questão das rádios locais foi um tema comum aos dois encontros com os representantes da informação.

«Quando havia rádios que só davam a voz do Governo essas convinham». — disse Álvaro Cunhal, comentando a nova lei da rádio no seguimento de uma pergunta sobre este assunto. E prosseguiu:

«No momento em que foram criadas centenas de rádios locais e que, independentemente, da política das pessoas que organizaram essas rádios, porque há rádios de pessoas filiadas em partidos muito diversos, mas que, entretanto, informam da situação real, olham para os acontecimentos, olham para os fenómenos. E foi um grande acontecimento que nós consideramos de carácter democrático. Mesmo o nosso partido que, ao princípio, não tinha uma posição muito clara, começou a ver que era um movimento de carácter democrático, ainda que com a participação de gente de muitos

sectores políticos e muito diferenciados. Portanto, foi uma afirmação de independência e de vontade de informação objectiva no nosso país. Daí o nosso apreço pelas rádios locais.

Agora a ideia é outra. É a liquidação das rádios locais, mas conservando aquelas que sejam de repetição das rádios controladas pelo Governo. Nós comunistas apoiamos as rádios locais, com o controlo técnico necessário para não haver interferências noutros serviços de rádio que precisam de serem assegurados na sua limpeza sonora.

Já na Covilhã, para além da problemática das rádios locais, duas ou três perguntas pretenderam uma resposta à especulação que se faz sentir em certa imprensa.

Esclareceu o dirigente comunista que no próximo Congresso haveria mudanças, haveria renovação. Mas sobre o que vai mudar não disse. E é simples, o Congresso ainda não se realizou. Mas o que não vai mudar é o facto de o partido ter como rumo o socialismo e ser um partido comunista. Isto não vai mudar, assegurou.



Encontro em Seia, nas instalações do Centro de Trabalho, com os representantes dos órgãos de informação regionais



PCP

TRÊS DIAS PELAS BEIRAS

Em Seia CT restaurado e comunistas satisfeitos

Razão têm para estarem satisfeitos os comunistas de Seia. É que andam nas bocas da terra. Não se fala de outra coisa. E são apontados como exemplo, face à incúria que a autarquia local demonstra na defesa do património histórico.

Na velha casa onde instalaram o primeiro centro de Trabalho, incendiada no Verão de 1975, as obras de restauro foram feitas e, no sábado passado, as novas instalações eram inauguradas com a presença do secretário-geral do PCP.

No Encontro de Militantes do Distrito da Guarda que nessa tarde se realizou, tudo isto foi dito. E, ainda, que, na decisão de recuperar e remodelar a casa, «pesava muito o facto de se tratar de uma casa construída no século XVII (1650), antiga resi-

dência do Capitão-Mor de Seia (1661), com vestígios de estar assente sobre as muralhas do antigo Castelo de Seia, constituindo por isso parte integrante do património histórico cultural da cidade, que é necessário defender e preservar».

E a este grande movimento, também foi dito, «se associaram os órgãos de informação regional escrita e falada, incluindo o Boletim Paroquial, que dedicaram ao Partido palavras de apoio e admiração e até o apontaram como exemplo a seguir pelas instituições».

Da campanha para angariar fundos foi possível reunir, até 20 de Janeiro, 930 contos. Houve mil horas de trabalho voluntário. Nem tudo está ainda pago, nem todas as obras estão ainda concluídas. É o caso do salão da

juventude e do quintal, grande espaço que está a ser ajardinado e que vai ser posto ao serviço da população de Seia.

Mas quem fez obra tão grande, não vai esmorecer por pormenores, que à partida se sabem estar resolvidos. Na fachada do edifício, uma lápide, descerrada por Álvaro Cunhal, recorda para o futuro a data da reconstrução daquele edifício. Noutra fachada, uma outra lápide, cuja decifração só foi possível graças à ajuda do padre da cidade, lembra aos vindouros a quem pertenceu a casa e quando foi construída.

As antigas proprietárias

Estavam presentes, na inauguração, as antigas pro-



... a que se seguiu um breve comício com a população presente no acto da inauguração

prietárias do edifício, sendo visível a alegria que manifestavam pela reconstrução da casa.

Nem outra coisa seria de esperar, para quem foi para ali viver com um ano de idade, como sucedeu com Sara Melo Gomes, de 65 anos de idade e com quem falámos. Ali viveu, ali casou. A casa está ainda cheia de recordações, tanto para ela como

para a irmã, Armanda de Almeida Melo, de 68 anos de idade, e ver morrer uma casa onde vivemos é como se nós próprios também morrêssemos um pouco.

A vida é coisa que não falta agora naquelas paredes. Vida que a todos se transmite. E a camarada Sara revela-nos alguns aspectos que ainda não conhecemos.

Em 25 de Abril de 1974, já

a casa não era habitada. Foi então que outros camaradas começaram a pedir a casa para fazerem reuniões, daí a instalarem o Centro de Trabalho foi um passo e começaram a pagar renda, depois o Partido comprou-a.

«Quando foi assaltada, isto ficou muito mais velho e estragado» — diz-nos. «Mas resolvemos todos fazer obras e cá estamos.»

Um postal com 63 anos

Ir a Seia e não encontrar um amigo dos tempos de juventude não seria fácil para Álvaro Cunhal. E sucede às vezes que os amigos têm recordações desses tempos.

Por isso quando Manuel Toscano Pessoa mostrou a Álvaro Cunhal um postal de 1924, este não quis crer que fosse seu.

«É do meu pai — acrescentou. — Está assinado A. Cunhal e, como sabes, ele chamava-se Avelino Cunhal.»

Mas quando leu o que lá estava escrito, teve de se render à evidência. O Cunhal que escrevera aquele postal dizia ter passado no exame de admissão ao liceu, coisa que os estudantes de hoje não sabem o que é.

«Não há dúvida, tem de ser meu!» Manuel Toscano Pessoa ainda quis oferecer o postal a Álvaro Cunhal, mas este não aceitou.

Encontros de militantes em Seia e na Covilhã

Afirmou o secretário-geral do PCP, durante o Encontro de Militantes do Distrito da Guarda, e repetiu-o, depois, no Encontro de Militantes do Distrito de Castelo Branco, que todos os militantes devem defender a sua opinião, mas também que todos os militantes devem discutir as questões dentro do Partido, das suas organizações e não fora.

Salientamos isto, que não é novidade nenhuma para qualquer militante, porque em ambas as reuniões os camaradas que intervieram não tiveram pejo de levantar as questões que, na sua opinião, e até na opinião da maioria, necessitam de uma resposta adequada.

Nunca houve o receio de expor um ponto de vista. Se uma organização não funciona, pois é preciso dizê-lo. Se aquele trabalho está a ser mal conduzido, não o vamos calar. Assim sucedeu em Seia e depois na Covilhã.

Mas não era patente a posição de coçar o umbigo. Pelo contrário, todas as questões que se levantaram perante os problemas que afectam a vida interna do partido e das suas organizações, tinham a ver com as realidades locais, procuravam resolvê-las, surgiam como contributo.

Na Covilhã, se bem que tenha aumentado o número de militantes, diminuiu o número de células. Esta e muitas outras questões levaram a que nesta localidade o camarada José Soeiro, membro da Comissão Política levantasse algumas questões.

Transcrevemos sem mais comentários:

É conveniente que cada um de nós se interrogue sobre o que tem feito para que o Partido melhore.

O criticismo para esconder deficiências próprias não é a posição mais saudável no Partido.

Aos comunistas não basta dizer que são a vanguarda, têm que sê-lo.

Os comunistas não podem ficar parados à espera que as massas avancem.

É bom dizer que ser moderno, em Portugal, é ser comunista, é lutar contra o pacote laboral, contra os despedimentos, contra as injustiças.

Foi vasta a informação recolhida nestes dois Encontros de Militantes. E se uns se interrogavam sobre o que fora feito para recuperar os camaradas que tinham deixado de aparecer às reuniões, outros havia que exigiam um maior acompanhamento por parte do partido.

As próximas eleições autárquicas foram também tema de reflexão, revelando que por esse País fora os comunistas não estão desatentos a um problema que se vai levantar e que é de grande importância para o povo português — o Poder Local democrático. Melhorar a vida das populações é intenção e preocupação do partido, pelo que o problema, mesmo com mais de um ano de anteci-

dência tem de começar a ser estudado.

Mas nem só do partido se falou, nestes encontros.

Muitas outras questões foram abordadas, como seja a situação dos agricultores e a situação que enfrentam com a adesão à CEE, bem como a situação dos trabalhadores dos lanifícios e das confecções, que é a actividade industrial predominante na região.

O que se pretende com a sua reestruturação? Em que bases esta vai ser feita? Interrogações que têm uma resposta quase certa e que é o aumento dos despedimentos e o aumento dos lucros do patronato.

Mas, como dizia um camarada, no encontro da Covilhã, parafraseando um ditado local, «crocodilo que não luta, acaba em mala de senhora». Sabem isto os trabalhadores, sejam eles operários, camponeses ou empregados de serviços. Não querem acabar no desemprego nem na exploração desenfreada e humilhante. Não é em vão que o PCP tem como palavra de ordem «a luta continua».



No Espaço-Jovem, na Covilhã — cravos em Janeiro e também nos outros meses do ano. E cada vez mais cravos, que o mesmo é dizer, cada vez mais jovens

Espaço-jovem ao som da música

Alegrem-se os jovens da Covilhã. A partir de domingo passado começou a funcionar, numa parte das instalações do Centro de Trabalho daquela cidade, que não estavam aproveitadas, um «Espaço Jovem».

Quanto a isto os «jotacepês» são peremptórios. Não querem que se lhe chame discoteca. É um espaço jovem e está dito.

Foi inaugurado com a presença de Álvaro Cunhal. Rodeado de rapazes e raparigas, não faltaram os cravos, os beijos, os abraços.

Estavam satisfeitos os jovens comunistas da Covilhã por terem levado a cabo a sua iniciativa, sozinhos, sem qualquer posição paternalista do Partido.

Foram eles que construíram, pintaram e decoraram o local. E que, agora, com outros jovens, muitos dos quais não são da JCP, o vão aproveitar. E sabemos que o vão aproveitar bem.

Nesse mesmo dia, a JCP local tinha uma outra iniciativa: o convívio com jovens comunistas da Marinha Grande, que também ali foram ver esta experiência nova e que certamente não deixarão de transmitir na sua terra.



Em Seia, nas instalações da União Desportiva



Na Covilhã, no salão onde reúne a Assembleia Municipal e que antes fazia parte do antigo liceu

Na Panasqueira Mineiros furam tecto

No Encontro de Militantes do PCP do Distrito de Castelo Branco ficámos a saber uma coisa que, pelo seu interesse para as camadas trabalhadoras, decidimos destacar.

Os mineiros da Panasqueira, para além de terem afastado, através da sua luta, a ameaça de encerramento da mina, provando que ela era rentável, conseguiram agora furar (e que furo!) o tecto salarial.

Com efeito, na contratação colectiva, obtiveram mais 11 por cento no salário e no subsídio de refeição mais de quatro por cento.

Estão orgulhosos e não o escondem. E têm razões para isso. Mas a vitória não foi fácil. Só que todos eles sabiam que tinham de lutar para atingirem o seu objectivo — neste caso um novo veio dos enormes lucros da transnacional Beralt Tin.

O debate sobre a Reforma do Ensino

O ministro da Educação acaba de anunciar um dia de paralisação das escolas tendo em vista o debate dos documentos elaborados pela Comissão de Reforma do Sistema de Ensino (CRSE).

A demagogia política e algum aproveitamento com fins de propaganda dos trabalhos de regulamentação e dos estudos necessários à concretização da Lei de Bases do sistema Educativo tomam urgente uma tomada de posição nesta matéria.

O PCP de há muito considera que a Reforma do Ensino é uma prioridade política ao necessário desenvolvimento nacional. Por isso mesmo deu um contributo inestimável para a elaboração da actual Lei de Bases do Sistema Educativo, nomeadamente através do seu próprio projecto aprovado na generalidade conjuntamente com idênticas iniciativas de outros partidos.

A Lei de Bases do Sistema Educativo foi um trabalho de anos que culminou com a sua aprovação na Assembleia da República (anterior às últimas eleições legislativas) em 24 de Julho de 1986.

O PCP considera este diploma um documento de conteúdo democrático e progressista, que corresponde em diversos pontos às propostas avançadas pelo PCP nesta matéria.

Constituiu de há muito prioridade urgente a aprovação de uma Lei de Bases do sistema Educativo que definisse um quadro consensual global de princípios, objectivos, organização e desenvolvimento assentes nos preceitos constitucionais.

O PCP votou favoravelmente esta lei. Tal não significa a aprovação ou o acordo com todos os seus pontos, mas a constatação de que, em numerosas e importantes questões, ela constituiu uma boa plataforma de consenso democrático. É imperativa a defesa do cumprimento da LBSE. No entanto, o PCP desde logo considerou muito limitado o prazo de 1 ano para a elaboração de legislação complementar da Lei de Bases prevista no próprio diploma. Esse prazo, para além do mais, dificultaria ou inviabilizaria o amplo debate público necessário.

Que o PCP tem razão está à vista: o prazo previsto na lei está largamente ultrapassado, e a discussão dos poucos documentos de trabalho entretanto divulgados processa-se em moldes que não garantem um debate efectivamente amplo e esclarecido.

O processo que vem sendo seguido

A forma como foi lançado e como se vem processando este debate é profundamente incorrecta.

Ao contrário do que seria elementar, ele não assenta em qualquer diagnóstico quantificado e fundamentado da situação existente. A CRSE dispensou-se de tal tarefa, a pretexto de que «o diagnóstico da actual situação do sistema educativo está feito». Mas qual ou quais foram os documentos tomados como base pela CRSE? E se o foram, porque não são expressamente citados e divulgados como tal?

Os diversos «documentos de trabalho» já divulgados (e tardiamente editados pelo Ministério da Educação) têm um carácter avulso, disperso e descoordenado, são desprovidos de fundamentação quantificada, de especificação de alternativas, de especificação das consequências e custos previsíveis das diferentes opções possíveis.

Os «documentos de trabalho» são apresentados pelo ME como sendo «da responsabilidade dos seus autores» (um dos quais, por acaso, é o actual ministro...). A equipa ministerial adopta assim uma atitude de indefinição acerca do seu conteúdo global e procura não ter a responsabilidade de aspectos eventualmente polémicos das propostas mas chama a si indevidamente aquilo que existe de positivo nos documentos.

Dos documentos divulgados até ao momento apenas o «documento de trabalho» sobre «reestruturação curricular no ensino básico e secundário» diz respeito a matérias resultantes dos imperativos legais da Lei de Bases (Artigo 59) quando já deveriam ter sido igualmente apresentados os diplomas respeitantes a, por exemplo, gratuidade da escolaridade obrigatória, formação do pessoal docente, apoios e complementos educativos.

Assim o debate público é, à partida, prejudicado:

- pelo atraso ou omissão na divulgação de documentos;

- pela indefinição acerca do seu carácter;

- pelo seu conteúdo parcial e desarticulação global;

- pela ausência de fundamentação explícita e de uma previsão quantificada das necessidades e dos investimentos;

- pela determinação de prazos de debate muito curtos;

Acrescente-se agora a estes factores negativos a existência de um inquérito elaborado de forma nitidamente tendenciosa.

Por tudo isso, torna-se indispensável que no debate de 9 de Fevereiro estejam presentes os problemas concretos de cada ramo de ensino e cada escola.

Carácter da Comissão de Reforma do Sistema Educativo

A Comissão de Reforma do Sistema Educativo (CDSE) foi criada em 1985, como organismo consultivo, por despacho do então ME do 1.º Governo de Cavaco Silva, João de Deus Pinheiro, numa tentativa de subalternizar as iniciativas então em curso na Assembleia da República visando a elaboração de uma lei de Bases do Sistema Educativo. Durante mais de um ano não foi visível qualquer resultado dos trabalhos desta comissão, e os «documentos de trabalho» agora divulgados têm todos data posterior a Julho/Agosto de 1987.

Já foi atrás feita uma breve caracterização genérica destes documentos. Mesmo de um ponto de vista meramente técnico eles têm qualidade muito diversa. O documento mais relevante agora em debate, o que diz respeito à «reestruturação curricular nos Ensinos Básico e Secundário» justifica para já que sejam levantadas algumas interrogações e preocupações concretas como **por exemplo:**

- Este documento, desprovido de fundamentação rigorosa para a grande maioria das opções enunciadas, e de estimativas dos meios e das condições quantitativas e qualitativas

(em particular no que diz respeito às questões fundamentais das construções escolares e da formação inicial e contínua de docentes) para a implementação das inovações propostas, apresenta-se essencialmente como um conjunto de intenções sem garantias de viabilidade.

- Quanto à separação proposta do ensino profissional do tronco de formação geral, as soluções adoptadas no que respeita à iniciação tecnológica em geral apontam para um ensino quase totalmente dominado por saberes intelectuais. Tal risco é nítido no 3.º ciclo do Ensino Básico ao considerar-se esta área como aptativa e no ensino secundário ao admitir-se que são os jovens e as famílias quem decide da frequência, e as escolas quem cria a oportunidade de frequentar, a área técnica em cada grande área de estudos.

- A proposta de organização, nos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, de grupos de ensino por níveis de progressão suscita as maiores reservas, quer por poder conduzir a situações de discriminação das crianças desde o 1.º ciclo de escolaridade, quer por poder criar a «homogeneização» por níveis de sucesso ou insucesso, o que seria tanto mais grave se se recordar que existe uma correlação forte entre o insucesso escolar e as carências do meio de origem da criança e do jovem.

- A proposta de substituição, no ensino secundário, da disciplina de Filosofia pela de História das Ideias e da Cultura não garante uma melhoria significativa na formação geral dos alunos, para além de vir colocar problemas legítimos aos professores de Filosofia.

O Orçamento do Estado

O quadro da política geral do Governo não pode estar ausente do debate.

O OE aprovado para 1988 (exclusivamente com os votos do PSD) constitui um quadro confrangedor de quaisquer perspectivas reais de arranque e desenvolvimento de uma reforma. É certo que se verifica um au-

mento das verbas para a Educação de 18.2% e que o peso da Educação no OE passa de 11,83% para 12,36%. Mas a relação entre essas verbas e o PIB, que passa de 4,44% para 4,77% continua a estar muito abaixo dos valores médios dos países em vias de desenvolvimento (5,4% do PIB) e ainda mais dos países desenvolvidos (6,5% do PIB).

O Governo nega assim os meios que permitam o arranque da concretização de medidas de apoio à expansão e cumprimento da escolaridade obrigatória, das acções de reciclagem e formação contínua de docentes — há vários anos praticamente inexistentes —, da conservação e re-conversão dos edifícios escolares, do seu equipamento e/ou reequipamento, da construção de novas escolas (a verba prevista seria apenas suficiente para pagar as dívidas acumuladas pelo ME aos empreiteiros, da falência de muitos dos quais é, aliás, responsável), de apoios da ASE ou, em geral, à gratuidade da escolaridade obrigatória.

Esta política orçamental visa também a transferência dos encargos acrescidos resultantes do cumprimento da lei e do funcionamento do sistema, quer para outras instâncias (essencialmente com a transferência para o poder local de novos encargos com transportes escolares, construções escolares, e pessoal auxiliar, sem a correspondente transferência de recursos), quer para os próprios estudantes e famílias, sobrecarregados com aumentos de cantinas escolares, a acrescentar aos elevados custos actuais dos livros, do restante material escolar e dos transportes.

É evidente que o Governo não está disposto a assumir as responsabilidades e encargos que lhe cabem no cumprimento e implementação da LBSE. Não é inocente a afirmação de que «mudar o sistema não é mudar o que está mal, mas mudar as atitudes». O ME reserva-se a política (de baixo custo e elevado rendimento em demagogia) de cultivar a «mudança de atitudes». O Poder Local, os professores, os estudantes, as famílias pagariam, na manutenção das péssimas condições de trabalho actuais, no agravamento dos seus encargos e condições de trabalho e de vida, os custos do que «está mal».

A política geral do Governo

O OE constitui uma expressão concentrada da orientação geral da política do Governo, voltada para a aceleração do agravamento da exploração dos trabalhadores, para a transferência e concentração do poder económico nas mãos de um conjunto restrito de grandes grupos económicos, para a repartição cada vez mais desigual da riqueza criada entre o capital e o trabalho, para o agravamento das condições de vida de largas camadas da população, para a restrição e eliminação de liberdades e direitos democráticos, para uma prática de crescente autoritarismo e intolerância, para uma política de crescente dependência política, económica, militar, cultural, científico-tecnológica e ideológica em relação ao imperialismo.

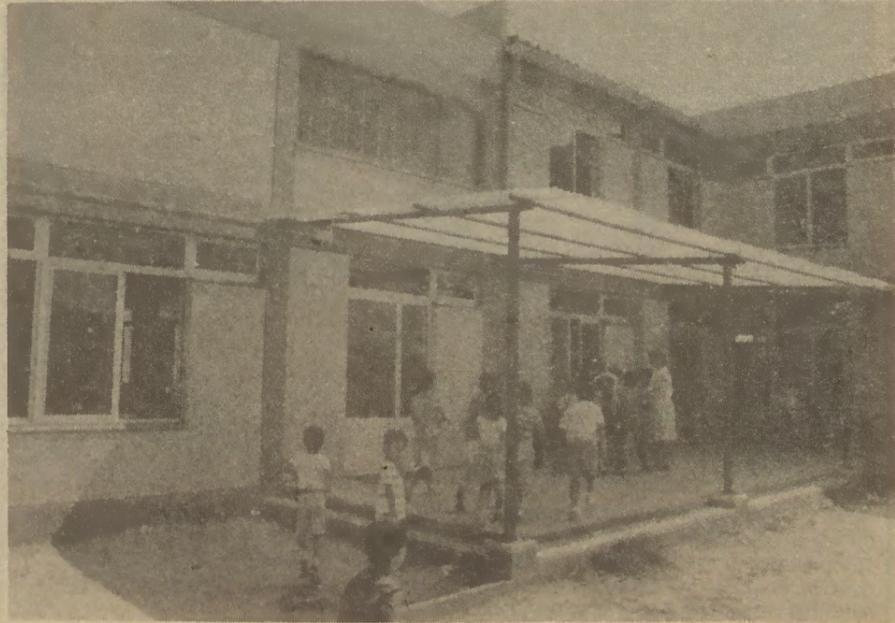
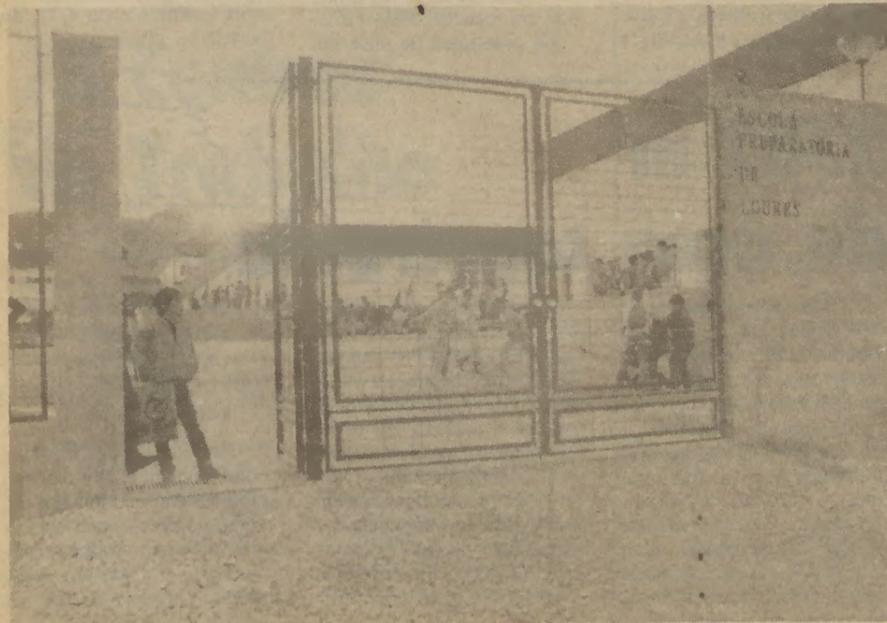
Tal política é profundamente contraditória com os objectivos e as condições mínimas necessárias para a realização da reforma democrática do sistema educativo.

O anúncio pelo ministro do aumento das propinas (ensino secundário e superior) para «valores próximos dos custos reais» e tomando como padrão os valores praticados no ensino particular, é particularmente gravoso e constituirá se vier a ser concretizado, um novo factor de segregação económica e social dos jovens no acesso à escola.

O cumprimento da Lei de Bases do Sistema Educativo exige uma real política de desenvolvimento nacional, o avanço dos processos de regionalização, de formas efectivamente desconcentradas de articulação entre o Poder Central, o Poder Regional e o Poder Local.

Exige a revalorização pedagógica, científica, técnica, profissional e material dos trabalhadores das escolas, e em especial dos professores. Exige o combate às desigualdades de raiz social e económica no acesso à escola e no sucesso escolar e educativo. Exige, de facto, uma outra mentalidade: democrática, de tolerância, de diálogo, de prioridade aos interesses das camadas mais desfavorecidas. Não são esses os objectivos políticos do actual Governo.

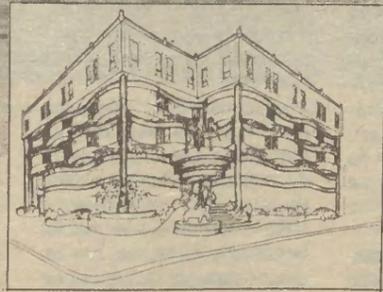
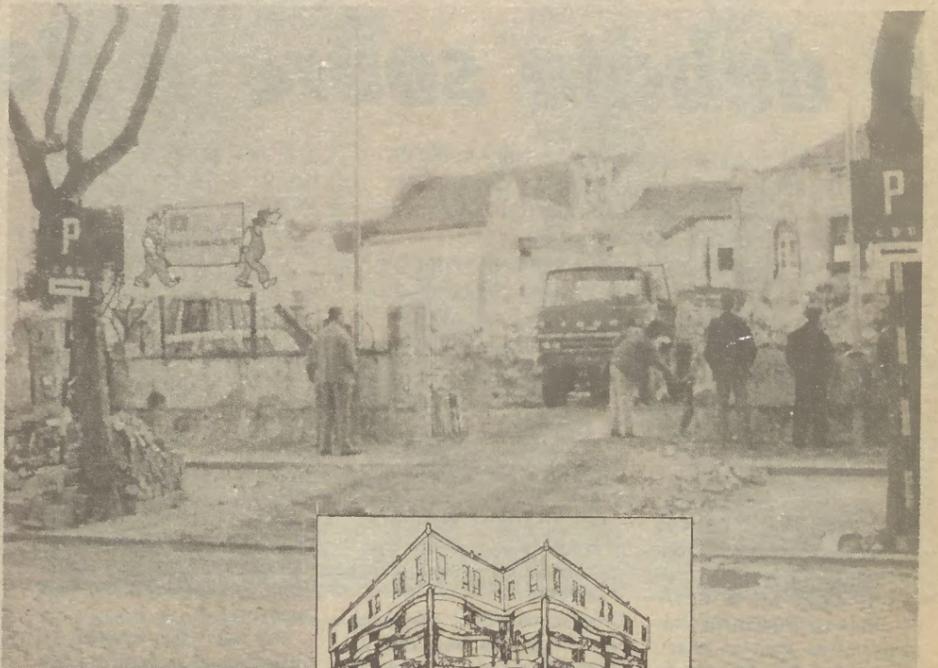
■ A Comissão Coordenadora Nacional das Organizações de Professores do PCP, 2 de Fevereiro de 1988.



PCP



Em poucas semanas a obra tem avançado em bom ritmo. Depois do «bota abaixo», adiantam-se as fundações do novo edifício, na Av. 5 de Outubro



■ José Paulo Oliveira

Novo Centro de Trabalho da DORS: campanha em movimento na região de Setúbal

Dar vida ao sonho adiado

O património construído da cidade de Setúbal vai ser brevemente valorizado e enriquecido por uma obra há muito aguardada pelos comunistas e também por diversos sectores da população laboriosa do distrito e da cidade. Na Avenida 5 de Outubro, uma das principais artérias da capital do Sado, vai nascer um novo Centro de Trabalho do Partido, à altura das responsabilidades e do prestígio do PCP nestes 13 concelhos. Agora, há que «dar vida ao sonho adiado», como salienta o camarada Carlos Ramildes, membro da Comissão Política do Partido e responsável da DORS, em conversa recente com o «Avante!», na qual também participaram os camaradas Fernando Rocha e António Dias, membros da Direcção Regional. O ponto da situação e as perspectivas da difícil tarefa assumida pela ORS — uma campanha de fundos de âmbito distrital apontada aos 60 mil contos —, num momento em que se acentua a ofensiva contra os direitos legítimos dos trabalhadores e das populações, mereceram uma abordagem desenvolvida neste encontro com o «Avante!», realizado num dos cinco locais (todos eles açanhados) onde actualmente funciona a Direcção Regional em Setúbal.

Prova de confiança

Terminada a batalha eleitoral de 19 de Julho e passado o período de férias de Verão, a campanha foi reactivada em todo o distrito. Ponto de referência importante neste relançamento foi, sem dúvida, o plenário distrital de fundos de 31 de Outubro, na «Capricho Setubalense». Depois, já na segunda quinzena

de Dezembro começava a fase de demolição do degradado edifício da Av. 5 de Outubro, onde funcionou a organização nos últimos anos.

Prova de confiança dos militantes e organizações, o arranque das obras surgiu num período assinalado por numerosas iniciativas da campanha, que o camarada Fernando Rocha exemplifica assim, falando dos passados

meses de Novembro e Dezembro:

«Realizaram-se no distrito 12 festas de passagem de ano, 34 mercados de Natal, 10 rifas de cabazes alusivos a essa quadra, três bailes e numerosas iniciativas de convívio. Foram dinamizados os «clubes» de materiais (ver mais adiante) e dirigidos 15 mil postais de boas-festas».

Mil escudos!

No dia em que a nossa reportagem esteve em Setúbal tinha sido aberta na Caixa Geral de Depósitos uma conta específica para uma iniciativa que está a arrancar no distrito e que poderá vir a revestir-se de especial significado para o êxito da campanha. A Direcção Regional, a Comissão Distrital de Fundos e o Executivo da campanha apelam a todos os militantes que possam para contribuírem com mil escudos, a depositar naquela instituição bancária: «0774 (é o balcão de Setúbal) — 69344.730 — PCP/Campanha de Fundos — DORS».

Está prevista a publicação dos contributos dos militantes, com a identificação ou referência anónima.



Carlos Ramildes, António Dias e Fernando Rocha com o repórter do «Avante!»

E já que se fala de dinheiro, saliente-se que, depois de pronto, o novo CT do Partido vai «custar» 2 mil escudos por cada militante da ORS...

Mais números: a campanha em curso, intitulada «60 mil contos para a luta dos trabalhadores», já recolheu cerca de 30 mil contos (naturalmente, algum já foi gasto).

O que falta vai exigir nos próximos tempos a continuação do empenhamento e da imaginação criativa dos comunistas de Setúbal. Pelo que ouvimos, esses «ingredientes» não escasseiam

nos 13 concelhos da Organização Regional...

Mascote simpática

Fernando Rocha, o homem da SIP/DORS, deu-nos um relato pormenorizado das iniciativas que se avizinham e também das ideias em fase de aprofundamento para a campanha. Uma primeira novidade: a divulgação da simpática mascote da obra; podemos mesmo chamar-lhe «o construtor», de peluche e plástico, com autocolante nos pés. Os primeiros milhares vão começar a ser vendidos em meados deste mês.

Na passagem de mais um

aniversário do «Avante!», vai também ser elaborada uma colecção de reproduções na ordem dos 1000 exemplares, com edições históricas deste jornal: o primeiro número (15 de Fevereiro de 1931), o último clandestino (Abril de 1974) e o primeiro legal (17 de Maio de 1974).

A excursão à Hungria em Junho é outra iniciativa em destaque na vasta programação central da campanha: prometem-se 11 dias inesquecíveis, com permanências em Budapeste e no lago Balaton. Os interessados devem contactar os CTs do Partido no distrito.



Mais de uma centena de comunistas, outros democratas e amigos do Partido encontraram-se no passado dia 29 num convívio realizado num restaurante de Setúbal em que participou o camarada Blanqui Teixeira, membro da C. Política e do Secretariado do CC. «Valorizar Setúbal» foi o lema desta iniciativa integrada na campanha de fundos em curso na região para o novo CT da DORS.

2782 m² de área construída



A área total construída do novo Centro de Trabalho em Setúbal será de 2782 m², assim repartidos: gabinetes — 525 m²; salas de reunião — 237 m²; sala de convívio — 170 m²; anfiteatro (com capacidade para 200 lugares) — 160 m²; sala de exposições — 40 m²; serviços vários (contabilidade, arquivo, gestão, telex, fotocópias, etc) — 85 m²; instalações de apoio (hall's, telefone, peque-

nas arrecadações, instalações sanitárias, etc.) — 200 m²; refeitório e cozinha — 100 m²; garagem e armazém — 580 m²; escadas — 235 m²; reserva de espaço/último piso (a não usar por agora) — 450 m².

Todo o rés-do-chão do edifício foi concebido para a circulação facilitada dos deficientes, que terão também instalações sanitárias próprias.

Tendo em conta o recuo da obra em relação ao passeio, vão ser cedidos ao Município setubalense cerca de 300 m² de área de rua.

Uma última nota: a demolição do velho edifício e o consequente transporte de entulho foram assumidos por administração directa, calculando-se um total de cerca de 75 camionetas de entulho.



PCP

Trás-os-Montes e Alto Douro Indústria e agricultura — um espelho da política cavaquista

Por vezes põe-se a circular a ideia que o Governo se preocupa muito com as «pontes» e os feriados e a consequente perda de horas de trabalho. Por vezes também, os homens de Cavaco e o próprio não pensam assim. Como se viu recentemente em Vila Real de Trás-os-Montes: a visita do Primeiro-Ministro e comitiva proporcionou, como sucedia em tempos que já lá vão, dispensa aos funcionários públicos e estudantes para a recepção com palmas aos membros do Governo e acompanhantes. Mesmo assim, o 19 de Julho já lá vai. As promessas vão por aí abaixo em saco roto. Feitas as contas à vida, e apesar destas visitas, a situação regional continua a degradar-se, como concluiu o recente plenário da DORT do PCP, realizado em Vila Real, com a participação do camarada **António Lopes**, da Comissão Política do Comité Central. Do vasto conjunto de problemas e dificuldades económicas, sociais e culturais que se agravam nos distritos transmontanos (Bragança e V. Real), examinemos por agora dois dos casos desenvolvidos no documento das conclusões da DORT: a **desindustrialização** e os «buracos» na agricultura.

Parques industriais às moscas

Acentua-se a desindustrialização regional. Depois do encerramento das instalações da **SOGRAPE** em Vila Real e do ponto final na exploração dos ferros de Moncorvo, mantêm-se fechadas as minas de volfrâmio e estanho (**Borralha, Vale das Gatas**, onde agora se cultivam cogumelos, **Portelo, Argoselo**, etc.) e prepara-se o golpe de morte na **Vicominas** e **Tabopan**. Ao mesmo tempo, desactivam-se sectores da **Quimigal**, em Chaves (armazéns) e em **Mirandela** (unidade fabril de extracção de óleos e afins a partir do bagaço de azeitona) e é re-

duzida a intervenção e actividade do Cachão, enquanto se financiam com fundos da CEE unidades fabris concorrentes!

Estão praticamente às moscas os «parques ou zonas industriais» (**V. Real, Chaves, Bragança, Moncorvo**) e alguns deles (Vila Real) parecem mais vocacionados para armazéns e instalações comerciais do que para a actividade produtiva.

Com o evidente fracasso da industrialização regional promovida pela política de direita, começam inclusive a ouvir-se vozes anunciando que no quadro da chamada «3.ª Revolução Industrial» as grandes indústrias perderam o sentido e que a região estará predestinada para as

pequenas «iniciativas locais de emprego» e para os «serviços»... Digamos que imaginação não lhes falta!

Os resultados da política de liquidação das principais empresas regionais são conhecidos. O crescer do desemprego e a manutenção de uma forte corrente migratória, sazonal ou de longa duração, a situação dramática de muitos trabalhadores que continuam com salários e outras remunerações em atraso (**Vicominas, Borralha, Tabopan**), e até com os magros subsídios legais ameaçados (**Tabopan**).

O agravamento da situação dos agricultores no caso da azeitona por falta de intervenção reguladora do Cachão é outro sintoma dos problemas. No caso da unidade da Quimigal/Mirandela são os lagareiros de azeite que se vêem a braços com dificuldades no tratamento dos bagaços de azeitona, e sujeitos aos preços arbitrários da empresa privada, agora sem concorrentes!

Agricultura: onde estão os dinheiros da CEE

Na agricultura os dinheiros da CEE cada vez «tá-pam menos buracos». A euforia causada pelos dinheiros das chamadas Indemnizações Compensatórias (que mesmo assim discriminam muitas centenas de agricultores e em particular os viti-

cultores durienses de Cima Corgo, e Douro Superior) apaga-se com os prejuízos de muitos milhares de contos resultantes de preços baixos e dificuldades de escoamento da **batata** (embora com incidência diversa conforme as zonas), da **castanha**, da **amêndoa** e sobretudo da **azeitona**, com uma baixa de 20 a 30\$/00/Kg (40/50%) relativamente à campanha de 86! Também o gado ovino e caprino sofre quebras de preço acentuadas e mesmo dificuldades de venda.

Entretanto, sobem em ritmo acelerado as importações de produtos agrícolas da CEE. Tendo como base de comparação o período de Janeiro a Julho de 86 e 87, as importações de hortícolas tiveram um acréscimo de 121,7%, as de frutas 86,9%, as de oleaginosas mais de 52,1% e as de carnes mais 44%.

As importações de borrego congelado da Nova Zelândia via CEE atingem fortemente os produtores transmontanos.

Continuam a faltar impresos para os agricultores se candidatarem a algumas das ajudas previstas (azeite). Fazem os pastores deslocarem-se a um Banco em Carrazedo de Montenegro e em Felgueiras (Porto) para lhes serem pagos os subsídios a que têm direito, e são recusados cerca de 42% dos projectos apresentados na região candidatando-se a fundos ao abrigo do Programa 797.

E para cúmulo, o Parlamento da CEE decreta escandalosamente que o vinho do Porto, o nosso vinho generoso, também pode ser fabricado fora da Região Demarcada do Douro!

Os técnicos

O novo edifício da DORS foi concebido pelos seguintes técnicos: arquitecto **Jorge Silva** — projecto de arquitectura e coordenação geral; engenheiro **Jerónimo Rijo** — projecto de estabilidade, água e esgotos; engenheiro **Joaquim Gaspar Nogueira** — projecto de electricidade.

Estes técnicos ofereceram ao Partido os respectivos projectos, contribuindo assim de forma valiosa e solidária para uma campanha erguida pela vontade individual e colectiva de quem reforça com actos a vida democrática do Portugal de Abril.

Voltando a temas de interesse para colecionadores, aponte-se a edição limitada e numerada de uma serigrafia, feita a partir do esboço estilizado do novo Centro.

Fernando Rocha referiu-se ainda aos autocolantes que vão sair e ao alargamento dos «clubes» de materiais da campanha para mais de uma dezena. Recorde-se que estão a funcionar os clubes do cimento, tijolo, telha, material eléctrico, azulejo e madeira. Os camaradas e amigos destes clubes participam com materiais respectivos ou com dinheiro para a sua compra.

Esforço colectivo

Tudo o que referimos são certezas com pernas para andar, mas também não devemos esquecer as ideias que se avançam e que terão certamente a sua concretização oportuna. Vejamos alguns exemplos: a promoção de um artigo em torno do XII Congresso, a edição numerada e limitada de um trabalho em gravura da autoria de um prestigiado artista plástico, um leilão de arte, passeios culturais no distrito, *ralies paper* e espectáculos. A todas estas ideias nos referiremos nas próximas semanas.

Lembre-se ainda que cada concelho tem as suas próprias iniciativas e programações para a campanha: festas, bailes, almoços no aniversário do Partido, participação em festas populares,

aniversário do «Avante!», etc.

As metas concelhias estão definidas e em todo o distrito há que dinamizar a campanha, num esforço colectivo de todas as organizações e sectores: de Almada a Alcácer do Sal, do Seixal a Santiago do Cacém, do Barreiro a Sines, da Moita a Grândola, de Sesimbra a Palmela, de Setúbal ao Montijo, passando por Alcochete.

Prazos

Insistimos com os camaradas da DORS para nos falarem de **prazos**, tema sempre difícil quando se trata de obras com esta envergadura. Falou **António Dias**:

«Prevemos que a implantação das fundações ocorra na segunda quinzena deste mês de Fevereiro. Terá que se chegar a 16 metros de profundidade para este trabalho, que será concretizado por uma empresa especializada.

«Em finais de Março, com as fundações prontas, estaremos em condições de avançar para o arranque propriamente dito do edifício. Depois, mais 18 meses (ano e meio, mais ou menos) e a obra estará pronta.»

(Aqui, um certo «burburinho» com os outros participantes na conversa com o «Avante!»: o Dias está optimista... 18 ou 24 meses?!)

«Estão a ser consultadas cinco empresas da Construção Civil para análise de orçamentos e condições.»

75 Centros de Trabalho

Nos 13 concelhos do distrito de **Setúbal** existem actualmente **75 Centros de Trabalho do PCP**: 47 são alugados, 4 emprestados e 24 propriedade do Partido. Alguns destes são de assinalável envergadura, como os de **Almada** e **Barreiro**. A pouco e pouco, a **Organização Regional** foi resolvendo nos concelhos e freguesias as principais carências em instalações.

E a Direcção Regional

estava «condenada» ao remediado contínuo e à proliferação de acanhados espaços de trabalho na capital do distrito? A resposta foi dada. Brevemente, o Partido terá em Setúbal um **Centro de Trabalho moderno, funcional, com condições para prosseguir a luta**. Neste futuro CT ficarão instalados os serviços da Direcção Regional, da Concelhia de Setúbal e da Direcção da Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

Novo Centro está pago

Êxito do PCP em Viana do Castelo

A meta distrital da campanha de fundos para o novo Centro de Trabalho do PCP em Viana do Castelo foi «plenamente atingida», assinala o «**Rumo Certo**», boletim da célula comunista nos Estaleiros Navais/EP. E citamos essa publicação para dar a boa notícia exactamente porque a célula do PCP naquela empresa de Viana foi, sem dúvida, um dos organismos mais empenhados na campanha. É, pois, justo que se dê a palavra ao «**Rumo Certo**»:

A campanha de fundos levada a cabo no interior da nossa empresa atingiu números que, pela sua espectacularidade, não podem deixar de envolver um profundo e sentido orgulho, quer para os comunistas, quer ainda para todos os democratas e amigos do PCP.

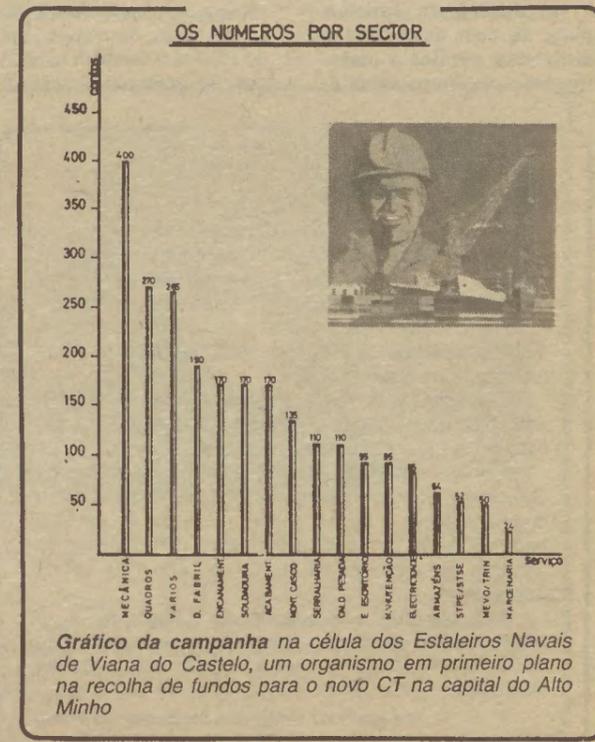
Tais resultados — 1630 contos (a meta era de 1200) — vieram demonstrar um forte empenhamento de todos os militantes do partido nos Estaleiros, inseridos num organismo impregnado de operacionalidade, dinamismo e generosidade.

O sorteio do carro, iniciativa inserida na campanha, foi visto com imensa simpatia pela esmagadora maioria dos trabalhadores. Ganhou uma dinâmica e entusiasmo profundo, levando que à mesma aderissem a quase totalidade dos que aqui trabalham. Dois mil bilhetes editados foram completamente vendidos e a procura foi imensa mesmo já depois de terem esgotado. Pode assim dizer-se que foram poucos, muito poucos mesmo, os que não participaram, não o fazendo alguns por mais bilhetes não haver. A célula do PCP pensa, no entanto, que o sorteio teve a dimensão correcta. A par do objectivo pretendido, era justo dar boas possibilidades de sucesso a quem jogou. Daí que tenha sido envolvida por uma onda de simpatia a cerimónia de entrega do prémio ao feliz contemplado.

O sucesso da campanha de fundos não se verificou apenas nos ENVC. A meta de âmbito distrital foi também plenamente atingida e o novo Centro de Trabalho, que custou 10 500 contos, foi já totalmente pago.

Dispõem assim os comunistas de um edifício que vai estar ao serviço da democracia, sendo por isso património dos trabalhadores e do povo em geral.

A célula do PCP dos ENVC manifesta o seu vivo agradecimento a todos quantos colaboraram na campanha que foi levada a cabo, confiante na mesma colaboração em iniciativas semelhantes que levará a cabo no futuro.



Trabalhadores

O consenso alarga-se: Não ao pacote laboral!

Por toda a parte se levantam cada vez mais protestos contra os projectos do Governo PSD/Cavaco para alterar a favor do grande patronato as leis que regulam os despedimentos, os contratos a prazo, o lay-off e a protecção aos representantes eleitos dos trabalhadores. Ponto alto foram as manifestações de dia 23 em Braga e dia 27 em Lisboa. Da Conferência Nacional da CGTP-IN sobre os direitos dos trabalhadores fala-se mais detalhadamente no «Em Foco».

A muitas tomadas de posição já fizemos referência em números anteriores. Deixamos aqui mais um apanhado que, certamente, falha por defeito: plenário de sindicatos da frente comum da função pública (20 de Janeiro); plenários do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora em S. Miguel de Machede, Boa-Fé, Alandroal, Aguiar, Brotas e Évora; plenários gerais nas secções da Petrogal; sindicatos das Indústrias Químicas do Sul, dos Trabalhadores Têxteis do Porto e Aveiro; Comissões Unitárias de Mulheres do Porto; Direcção da FNATES (Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes); delegados sindicais e secretariado da secção de Setúbal do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, comissão nacional de trabalhadores do Crédito Predial Português e secção do SBSI no CPP; CT da Portucel.

O pacote de Cavaco Silva e Silva Peneda foi unanimemente rejeitado também em 80 plenários em empresas e locais de trabalho abrangidos pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, com a participação total de cerca de 14 mil trabalhadores (nomeadamente na Standard Eléctrica, Siemens/Evora, Motra-Siemens, Indelma, Magnetic Peripherals, Vitrohm, Corsino e Legrand, Ahsea Eléctrica, Cabless, Grupo Central (AEP e Sistel), CEL-CAT, Cabos Ávila, SIPE, Autosil, Tudor, Comportela, Shindler, Fortis e Efacec, para além de cerca de 40 reuniões em vários locais de trabalho da EDP).

Porto

No dia 28 de Janeiro mais de cem delegados e activistas sindicais metalúrgicos do Porto desfilaram

ram da Cooperativa dos Pedreiros ao Governo Civil, onde entregaram 83 moções aprovadas em plenários de empresa (uma delegação manifestou à associação patronal do sector a recusa de aceitar os 7,5% que esta propõe na revisão do CCT, afirmando os representantes dos trabalhadores que «em muitas empresas estão já em vigor aumentos salariais de 10, 15 e mesmo 18 por cento»). Ainda na passada quinta-feira delegações de trabalhadores de mais de 200 das maiores empresas do distrito do Porto deslocaram-se ao Governo Civil para entregar documentos de rejeição do pacote laboral. Nessa tarde estiveram igualmente no Governo Civil cerca de 400 trabalhadores da Cerâmica de Valadares, em luta contra a tentativa de despedimento colectivo de 173 pessoas.

Alentejo

O pacote laboral é a segurança social (especialmente o decreto regulamentar 36/87, a «lei das baixas») foram vivamente criticados no Encontro Regional que as uniões sindicais e os sindicatos da agricultura de Beja, Évora e Portalegre efectuaram no sábado em Montemor-o-Novo, no teatro Cruvo-Semedo, com a participação de mais de mil pessoas, e onde foram exigidas a defesa e a criação de postos de trabalho e melhor protecção social.

Um vasto leque

A nível nacional e nos vários distritos, um vasto leque de personalidades e organizações do campo democrático, da Igreja, da própria área do PSD têm também tomado posição contra o pacote laboral.



boral — que, como no «Avante!» temos referido, iria atingir, a ser aplicado, os interesses de todos os trabalhadores. Delegações da CGTP-IN

encontraram-se já com representantes dos grupos parlamentares do PCP, PS, PRD e PSD. Antontem uma delegação chefiada pelo coordenador

da Central deu a conhecer ao Presidente da República a sua posição de repúdio do pacote laboral, defendendo que este deve ser liminarmente abandonado.



O protesto dia a dia

Para os próximos dias várias iniciativas contra o pacote laboral estão marcadas pelo movimento sindical unitário, com a adesão de um vasto leque de organizações e personalidades. Destacam-se as manifestações de dia 6, sábado, em Lisboa e no Porto, com concentrações marcadas para as 14.30.

O calendário, segundo as informações recolhidas até ao fecho da edição, inclui:

Hoje

No âmbito da jornada nacional de luta da metalurgia e metalomecânica (contra o pacote laboral, pela revisão do CCTV e aumentos salariais nas empresas, pelo pagamento dos salários em atraso, pela viabilização das empresas, pela revogação da «lei das baixas») efectuam-se paralisações de trabalho e outras acções em mais de 20 localidades; de destacar as concentrações em Viana do Castelo, Porto, Amadora (9.30, junto à Cometa), bem como a greve na INDEP (das 15 às 18 horas, com ida à residência

oficial do Primeiro-Ministro) e as paralisações de duas horas nos distritos de Lisboa e Porto.

Activistas sindicais da hotelaria distribuem propaganda à população e aos turistas sobre os efeitos do pacote laboral no sector; segundo a FESHOT, esta acção terá especial incidência nos aeroportos de Faro, Santa Catarina, Funchal e Pedras Rubras e na estação da CP de Coimbra.

Santarém inicia-se às 10 horas um encontro de delegados, dirigentes e activistas sindicais e das UCPS/cooperativas; para as 17 horas está marcada uma concentração perto do Governo Civil.

Em Viseu efectua-se um plenário de dirigentes e delegados sindicais, com ida à

delegação do Ministério do Emprego e ao Governo Civil.

Sexta-feira

Em Coimbra, às 18 horas, tem lugar uma concentração na Praça 8 de Maio; integrada na jornada nacional do sector, realiza-se uma paralisação de duas horas na metalurgia.

Sábado

Em Lisboa, às 14.30 horas, é a concentração de trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal, no Marquês de Pombal, seguida de desfile até ao Rossio.

No Porto, também às 14.30, efectuam-se as concentrações no Campo 24 de Agosto, no Largo da Igreja de Cedofeita e na Praceta 25 de Abril (Gala); os trabalhadores seguem depois em desfile para a Praça da Liberdade. Está também convocada

uma manifestação para Aveiro; no Algarve realiza-se uma acção distrital em Faro. Em Lamego reúne o plenário de dirigentes e delegados sindicais. Para o sábado seguinte, dia 13, está já marcada para

Leiria, às 15 horas, uma concentração junto ao teatro José Lúcio da Silva, seguida de manifestação. No dia 20 realiza-se em Mangualde um debate distrital sobre contratos a prazo e emprego precário.

«Generaliza-se o descontentamento»

«Generaliza-se na sociedade portuguesa o descontentamento e agravam-se os conflitos sociais», concluiu a Comissão Executiva da CGTP-IN na sua reunião de segunda-feira, onde foi analisada a situação sociolaboral. O pacote laboral do Governo, a tentativa de impor o tecto salarial na negociação de contratos colectivos, os salários em atraso e os despedimentos são problemas que levam os trabalhadores à luta «em todo o País e nas mais diversas actividades económicas». Além das acções previstas para os próximos dias contra o pacote laboral, a Executiva da CGTP-IN destaca ainda as lutas em curso na Carris, na CP, no sector da metalurgia, a luta dos docentes das escolas de enfermagem, dos descarregadores do Porto de Setúbal, dos trabalhadores da carreira administrativa da função pública e das cantinas e refeitórios do Norte e Centro, as lutas na INDEP, Sorefame, Equipmetal, CEL-CAT, Autosil, Mundet, Covina, Transportes Colectivos do Barreiro, Fábrica de Fiação e Tecidos da Carreira, Exportex, Jayme da Costa e Cerâmica de Valadares.

Carris Governo é responsável pelo arrastar do conflito

Embora a administração da Carris tenha afirmado em público que não pode negociar por estar manietada pelo Governo, a nova proposta dos sindicatos não foi recebida pelo mesmo Governo. Na residência oficial do primeiro-ministro recusaram-se mesmo a apor «qualquer carimbo ou assinatura comprovativos da respectiva recepção», sublinha a FESTRU. Concretiza-se entretanto a ameaça de paralisação no Metropolitan de Lisboa. Na reunião de negociações do dia 2, antontem, a administração da Carris mostrou-se mais uma vez incapaz de negociar, alegando, segundo os sindicatos, «não ter quaisquer orientações da parte do Governo para avançar fosse o que fosse». Perante o que se está a passar, designadamente diante da posição do primeiro-ministro, que despreza os esforços dos trabalhadores para acabar com o conflito, a FESTRU (Federação unitária) chama a atenção da opinião pública para os factos seguintes:

- Em documentos públicos, a comissão administrativa já confirmou que está manietada pelo Governo, conforme já tinha dito na mesa das negociações;
 - Tem sido feitos múltiplos pedidos de audiência ao primeiro-ministro e ministro dos Transportes, que até agora não foram aceites;
 - É o Governo que não mostra nem mostrou qualquer interesse em evitar o conflito, antes pelo contrário, tudo tem feito para o manter, procurando atirar a população contra os trabalhadores. Sem êxito, ao que parece.
- Recorde-se que a nova proposta sindical não chega

dos alternados de uma hora. No dia 10, quarta-feira, às 15 horas, realiza-se um plenário para analisar a situação e discutir as medidas a tomar.

Conclui a FESTRU, e certamente o resto das associações sindicais envolvidas concordarão, que «o Governo não pode continuar a tentar convencer a opinião pública de que não é o principal responsável pela situação. E, se de facto tem interesse em intervir positivamente, comece por aceitar a proposta apresentada na passada segunda-feira pelos trabalhadores, que contém as condições para o imediato levantamento da greve, concedendo as audiências há muito solicitadas. No que toca aos trabalhadores, estes tudo continuarão a fazer para que, pelo diálogo, a situação seja ultrapassada, pois que o conflito só os penaliza a si próprios, aos utentes e à empresa, sendo certo, porém, que não podem abdicar de um salário justo».

Logo depois da ocupação pacífica das instalações do Banco Português do Atlântico na Marinha Grande, em que participaram cerca de 400 dos 670 trabalhadores da IVIMA, no dia 27 de Janeiro, quarta-feira, realizou-se uma reunião com responsáveis da agência.

CEL-CAT

Na sequência da sua luta pela aplicação dos aumentos salariais já acordados, os trabalhadores da CEL-CAT efectuaram no dia 27 à tarde um plenário junto ao Ministério do Emprego. Nesta reunião foi aprovada uma moção — depois entregue no gabinete do ministro Silva Peneda — exigindo a reposição da justiça e anunciando os próximos passos a dar, caso a administração da CEL-CAT insistia na ilegalidade, como sucedeu na última reunião com a CNS/SIESI, na terça-feira. Para amanhã, terça e quinta-feira (5, 9 e 11 de Fevereiro) estão convocadas greves de 4 horas, em perío-

do alternados de uma hora. No dia 10, quarta-feira, às 15 horas, realiza-se um plenário para analisar a situação e discutir as medidas a tomar.

SGM

Os trabalhadores da Sorefame e da Equipmetal com contrato de cessão de exploração à SGM, que lutam contra a forma como foi feita a escritura de trespasses da Sorefame/Amora para a Sociedade Geral Metalomecânica, pela rápida negociação do caderno reivindicativo e em defesa de regalias e direitos conquistados, tinham convocada para antontem e ontem greves de 3 horas (em períodos de uma hora).

Frutos da luta

Logo depois da ocupação pacífica das instalações do Banco Português do Atlântico na Marinha Grande, em que participaram cerca de 400 dos 670 trabalhadores da IVIMA, no dia 27 de Janeiro, quarta-feira, realizou-se uma reunião com responsáveis da agência.

Para amanhã, terça e quinta-feira (5, 9 e 11 de Fevereiro) estão convocadas greves de 4 horas, em perío-

do alternados de uma hora. No dia 10, quarta-feira, às 15 horas, realiza-se um plenário para analisar a situação e discutir as medidas a tomar.

Os enfermeiros docentes desconvocaram a greve marcada para a passada segunda-feira, após o Ministério da Saúde ter depositado a verba necessária ao pagamento da nova letra e dos retroactivos desde 1 de Janeiro.

Considerando não haver motivo visível para justa causa de despedimento colectivo, o juiz do tribunal de Vila Real de Santo António mandou reintegrar os 21 trabalhadores despedidos no Hotel Vasco da Gama. A administração aceitou a reintegração, efectuada no dia 1, segunda-feira, na presença de dirigentes sindicais da hotelaria.

Reforma Agrária

Realiza-se amanhã, a partir das 9.30 horas, no cine-teatro Pedro Nunes, em Alcácer do Sal, um Encontro Distrital da Reforma Agrária, que tem como objectivos preparar as sementeiras da Primavera e analisar a actual situação das cooperativas agrícolas do distrito de Setúbal. Em nome do Sindicato, aquele membro da direcção acusa o Governo de ter demonstrado «má consciência» ao inserir no referido decreto-lei o artigo quinto onde «especifica que as remunerações auferidas pelos professores das escolas privadas e cooperativas são consideradas apenas por metade do seu valor para efeito de imposto profissional, durante o ano de 1988». No entender daquele dirigente sindical, «mesmo assim, a maior parte dos pro-

Flagrante injustiça Professores movimentam-se contra discriminação no Imposto

Na aplicação do imposto profissional aos trabalhadores da Função Pública e designadamente aos professores, só não ficam compensados, de forma a que o valor líquido das remunerações não seja afectado, os docentes das escolas particulares e cooperativas. Até agora, apesar dos esforços feitos pelos sindicatos dos professores e pela respectiva federação nacional, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais desde Fevereiro do ano passado que faz ourelhas moucas a um pedido de reunião da FENPROF para tratar do assunto.

Manuel Pinto André, membro da direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, afirma que «segundo o decreto-lei 415/87, de 31 de Dezembro, tanto os professores das escolas públicas como de escolas particulares passam a pagar imposto profissional. Até aqui tudo bem — adianta Pinto André. Só que enquanto uns vêem as respectivas remunerações compensadas dos efeitos da introdução do imposto profissional, resultando sensivelmente igual o montante da remuneração líquida, aos outros as remunerações não são compensadas, resultando daí que, em Janeiro deste ano, já recebem menos do que em Dezembro de 1987».

Em nome do Sindicato, aquele membro da direcção acusa o Governo de ter demonstrado «má consciência» ao inserir no referido decreto-lei o artigo quinto onde «especifica que as remunerações auferidas pelos professores das escolas privadas e cooperativas são consideradas apenas por metade do seu valor para efeito de imposto profissional, durante o ano de 1988». No entender daquele dirigente sindical, «mesmo assim, a maior parte dos pro-

(Instituições Privadas de Solidariedade Social) relativamente aos seus colegas das escolas públicas.

Pinto André, porta-voz do SPGL neste caso, afirma que a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) e os professores do ensino particular, cooperativo e das IPSS têm razões mais que suficientes para protestarem e exigirem que esta medida seja suprimida, até que se encontre uma fórmula compensatória para evitar, também por este motivo (porque há outros), a profunda injustiça a que continuam sujeitos estes professores».

Estabilidade de emprego e alargamento dos quadros

Paulo Sucena, dirigente do SPGL, considerava entretanto, em nome do Sindicato, como «importantes vitórias dos professores e dos sindicatos membros da FENPROF», a abertura de «mais de catorze mil vagas do quadro nas escolas do ensino preparatório e secundário». Depois de frisar que esta é «uma luta antiga do SPGL e dos professores», aquele dirigente sindical acrescenta que, até à data, essas vagas «estavam vedadas à maior parte dos professores provisórios no sistema». Esta abertura é recente (decreto-lei 18/88) e a sua aplicação faz-se já no curso de Fevereiro. Mas esse decreto inclui também disposições que o SPGL considera negativas.

«De facto — acrescenta Paulo Sucena — questões como a não subida de letra para os professores que venham a adquirir a categoria de efectivos de nomeação provisória em iguais circunstâncias com o que vinha acontecendo desde há dois anos, a indefinição do momento em que iniciarão a sua formação e o impedimento de acesso aos quadros para os professores que completarem dois anos de serviço após Setembro de 1987, são aspectos profundamente negativos, alguns claramente contraditórios com o estipulado no artigo 62.º da lei de bases, e que terão de ser urgentemente revistos».

Encontro nacional no politécnico

Entre outras iniciativas, o SPGL anuncia para finais de Abril um Encontro Nacional do Ensino Superior Politécnico. Dos temas a debater destacam-se a gestão e o estatuto da carreira docente daquele ensino, assim como «a continuação da discussão das questões relativas à carreira docente e à estrutura de graus do ensino superior, prevendo-se que se chegue dentro em breve a uma conclusão que permita lançar a discussão entre os docentes, tendo em vista a apresentação de uma proposta reivindicativa ao Ministério, nessas áreas».

Calendário de iniciativas

De um vasto calendário de iniciativas que se prolongarão por todo este ano, no âmbito do Sindicato dos Professores da Zona Sul e da FENPROF destacam-se, para além das já realizadas em Janeiro e nos primeiros dias do mês em curso, o Encontro sobre Gestão das Escolas do Ensino não Superior, no próximo dia 8, em Lisboa, nos dias 8, 9 e 10, as Jornadas Pedagógicas de Santarém, e também no próximo dia 9, em Viana do Castelo, a primeira das reuniões nas escolas sobre a Reforma do Sistema Educativo.

A 5.ª vez

«Esta é a 5.ª vez que os governos ao serviço do grande patronato tentam rever a legislação laboral conquistada com o 25 de Abril, para liquidarem os direitos dos trabalhadores e os poderes exploram sem limites. Mas é também pela 5.ª vez que os trabalhadores se mobilizam por todo o País, nos locais de trabalho e nas ruas, contra o pacote laboral. Derrotámos a primeira tentativa de liquidarem os direitos dos trabalhadores. Derrotámos a segunda. Derrotámos a terceira. Derrotámos a quarta... E temos agora pela frente a 5.ª tentativa de um Governo para fazer passar um pacote laboral. Com duas diferenças a ter em conta: a primeira é que este pacote é o pior de todos; a segunda é que o partido do Governo tem a maioria na AR, o que exige mais luta da nossa parte. Está provado que quando os trabalhadores se unem, quando lutam com determinação e energia, não há lei alguma contra os seus interesses que possa ser aplicada.»

(Do apelo da União dos Sindicatos do Porto)



A INDEP fecha as portas a 33 trabalhadores alvo de suspensões «preventivas», por tempo indeterminado. Estão impedidos de entrar nas instalações da empresa, incluindo os delegados sindicais e os membros da CT. Destes, só um não se encontra suspenso. Antontem, em plenário fortemente participado em Braga de Prata e em Moscavide, foi reafirmada a intenção do Governo de criar um «quadro de excedentários» que, segundo as ORT's faz parte de um plano para liquidar 1500 (mil e quinhentos) postos de trabalho, dos 2100 que hoje a INDEP tem. Para hoje foi marcada uma greve, das 15 às 18 horas, e uma deslocação à residência oficial de Cavaco Silva.

Trabalhadores

Privatizar... os lucros (9)

A Quimigal

No passado dia 16 as organizações representativas dos trabalhadores da Quimigal assinalaram, com uma sessão solene na unidade fabril de Alverca, o 10.º aniversário da criação desta empresa pública, travestida da química pesada em Portugal. Nessa iniciativa, em que participaram o coordenador da CGTP-IN e outros sindicalistas, bem como deputados e autarcas, foram mais uma vez denunciados os projectos de desmantelamento da empresa (com a constituição de uma *holding* e várias empresas a ela ligadas) para a posterior privatização das partes mais rentáveis. Embora com prazos e vias específicas, também na Quimigal o objectivo do Governo é entregar os lucros ao grande capital, sem ter em conta os interesses dos trabalhadores, da empresa e do País.

É evidente que o facto de a Quimigal ter vendido mais de 261 milhões de contos nos últimos 5 anos, realizando um VAB (valor acrescentado bruto) de quase 100 milhões de contos, aguçava a gula dos grupos nacionais e estrangeiros; ainda por cima, a produtividade *per capita* passou de 915 contos em 1983 para 3308 contos em 1986.

Tal como na sessão solene de dia 16, já antes os trabalhadores e as suas estruturas representativas tinham chamado por várias vezes a atenção para os perigos que apresenta a *reestruturação* da Quimigal EP, iniciada com o actual conselho de gerência e cujos estudos foram encomendados a empresas con-

sultoras estrangeiras (Boston Consulting Group, Apraz, Mackensy e outras); tal projecto levou também à formação de grupos de trabalho internos para a reestruturação da Divisão de Infra-estruturas Industriais, do Negócio Adubos e do Departamento Financeiro.

Reestruturação? E os problemas?

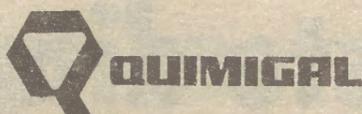
«Mas não têm sido resolvidos os graves problemas da Quimigal» — denunciam as organizações representativas dos trabalhadores, precisando as medidas que entendem necessárias: «**não foi feito o**

saneamento financeiro da empresa, não foi tida em conta a necessidade de contar com o empenhamento de todos os trabalhadores para a sua recuperação económica, não houve desenvolvimento e expansão de novas actividades, nem melhoramento na rentabilidade das capacidades instaladas, não foi aproveitado o *know how* de toda a empresa e não foi realizada a integração das empresas associadas no seu projecto de desenvolvimento.

Os conselhos de gerência e os governos têm vindo a en-

cerrar unidades da Quimigal. Fecharam a Kowa-Seiko e as Fibras de Vidro, fábricas únicas no País. Em consequência, a Siderurgia Nacional passou a comprar as *peleles* no Canadá, em divisas; ainda por cima, a qualidade nem é superior à dos produtos antes fornecidos pela Quimigal.

Insistem, apesar dos prejuízos evidentes, em encerrar ou reduzir a laboração de outras unidades: Estarreja, Barreiro, Ansião. Tentam encerrar infantários e refeitórios, põem já em causa o futuro da colónia de férias. Apostam ainda na venda do património da Qui-



Plenários hoje

As ORT's da Quimigal convocaram para hoje plenários de trabalhadores no Barreiro e no Lavradio, em que participa o coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva. Nas reuniões — segundo a União dos Sindicatos de Setúbal — será analisada a actual situação da empresa, a próxima revisão do AE e o pacote laboral do Governo.

migal EP e das suas participações em empresas altamente rentáveis, como a Fisi-pe ou a Isopor.

Desde 1983 foram reduzidos — segundo afirmou Rogério Rato, na intervenção que fez no dia 16 em nome das ORT's — cerca de 3 mil postos de trabalho e o actual CG aponta para a redução de mais 2500 até ao fim de 1990.

Não há trabalhadores a mais

Mas tem vindo a aumentar brutalmente na empresa o número de trabalhadores por conta de empreiteiros — só nos meses de Verão foram 1500 no Barreiro —, com salários miseráveis, sem o mínimo de condições de trabalho e sem qualquer protecção social. Para cúmulo, há centenas de trabalhadores efectivos sem qualquer ocupação por terem sido afastados dos seus postos de trabalho («desocupados»).

O CG, entretanto, obriga à prestação de trabalho extraordinário em excesso e injustificado. As ORT's da Quimigal

referem casos «escandalosos» em que o volume de horas extraordinárias triplicou em apenas 5 meses.

Apesar das instantes reclamações e propostas de alternativas e dos apelos ao bom senso feitos pelos trabalhadores, a gerência da Quimigal protela o diálogo com as ORT's, adiando uma atrás de outras as reuniões para discutir a *reestruturação* da empresa, e insiste, sem respeito pelas leis, em levar por diante os projectos de desmembramento dos sectores rentáveis.

Os trabalhadores, em dezenas de plenários (9 gerais e 88 sectoriais, segundo informavam as ORT's em Outubro passado), têm vindo a insistir com o CG para alterar a orientação da gestão, propondo que, em vez de se desmantelar a Quimigal EP, se faça o saneamento financeiro, se renove o investimento tecnológico, se promovam novas actividades, se ponha termo à política de desemprego e se suspendam os projectos de desmantelamento dos serviços sociais.

«A Quimigal — protestam — não tem postos de trabalho a mais, tem é falta de novas actividades, porque a sua natural expansão está bloqueada».

Um banco do Governo

«Entre 1982 e 1986 os encargos financeiros da Quimigal eram de 67,8 milhões de contos, fundamentalmente a bancos estrangeiros. Vários governos obrigaram a empresa a adquirir as divisas que faltavam ao Estado, ou seja, a Quimigal funcionou como angariadora de divisas sem que tivesse sido, por isso, compensada.

Nesse tempo o Estado não aumentou o capital social da empresa nem tão pouco procedeu às dotações de capital de que ela necessitava face à sua actividade e volume de negócios.»

(Do documento «A Quimigal EP faz falta ao País», distribuído à população pelas ORT's na jornada nacional de 17 de Novembro em defesa do SEE)

Entreposto Lisboa
luta pelo caderno reivindicativo

Está marcada para hoje (das 9.30 às 11.30 e das 14 às 16 horas) mais uma paralisação no Entreprito Lisboa (Olivais), depois das greves efectuadas nos dias 14 e 20 de Janeiro e 2 de Fevereiro. No calendário da luta pela negociação do caderno reivindicativo para 1988 inclui-se ainda um plenário de trabalhadores, a realizar amanhã, às 9.30.

Anteontem, quando a reportagem do «Avante!» esteve com os trabalhadores concentrados à porta da empresa, ainda não tinha sido apresentada uma contraproposta da gerência, que pretende descarregar as responsabilidades na *holding* Finantécnica e fazer depender as negociações da aprovação do orçamento para este ano.

Os trabalhadores pretendem ver contemplados no caderno reivindicativo, apresentado em Novembro de 1987, além dos aumentos salariais, a manutenção do emprego, a

redução do horário máximo de trabalho para 40 horas semanais, diuturnidades, complementos de reforma e outras regalias.

Os 6 jipes desaparecidos

No fim-de-semana passado desapareceram das oficinas do Entreprito Lisboa seis jipes já desmontados, meio lixados, dois deles prontos para pintar na segunda-feira.

O prazo para concluir o trabalho e entregar os seis jipes à GNR (proprietária) termina dia 12 e os trabalhadores e membros da CT afirmaram à nossa reportagem que, mesmo com a luta em curso, ficariam prontos nessa data.

Tudo leva a crer, no entanto, que os jipes desaparecidos devem ter sido levados para outro sítio onde, na opinião dos responsáveis do Entreprito Lisboa, o trabalho seja feito em melhores condições que na sua própria oficina.

Levantam legítimas interrogações, os trabalhadores, acerca das intenções que levam a procedimentos deste género.

Competências

O conselho de gerência faz depender qualquer acordo — e mesmo a apresentação de uma contraproposta — da aprovação do orçamento da empresa para 1988 pela Finantécnica. Mas assume com todo o zelo as pressões e intimidações aos trabalhadores. Basta ler um ou dois parágrafos do seu último comunicado aos trabalhadores.

Em jeito de castigo por mau comportamento, diz que «o quantitativo da revisão salarial que seria possível antes das paralisações já efectuadas está comprometido neste momento, pelo que não serão possíveis retroactivos a Janeiro», antes reconhecidos numa reunião com a CT.

Mas o «castigo» vai mais longe. Então não querem ver que «era intenção do conselho de gerência proceder a um aumento superior ao da inflação» — segundo o tal comunicado de 29 de Janeiro. — «Quer isto dizer que a recuperação da empresa significava uma recuperação do poder de compra dos seus trabalhadores». Intenções muito justas, mas... apenas intenções, já que nas reuniões com a CT a gerência nada avançou de concreto.

Agora, depois de os trabalhadores terem sido obrigados a recorrer à greve, vem o CG dizer que a utilização desse legítimo direito «compromete seriamente» aqueles objecti-



As paralisações têm registado a adesão de cerca de 75% dos trabalhadores abrangidos (foto à entrada para as oficinas, onde a adesão atinge os 95%, após o 1.º período de greve de terça-feira)

vos, informando os trabalhadores que «não procederá a qualquer aumento salarial enquanto a presente situação se mantiver».

Melhores salários

Desde 1984, altura em que foi reestruturado o Entreprito Comercial, dando origem a várias empresas da *holding* Finantécnica, foram liquidados no Entreprito Lisboa mais de uma centena de postos de trabalho.

Das 237 pessoas que hoje emprega, 158 têm 15 anos ou mais de casa; com menos de 10 anos na empresa haverá cerca de 30 trabalhadores. Entretanto, nestes anos, apenas foram admitidas 4 pessoas, 3 delas a prazo — segundo os membros da comissão de trabalhadores com quem falámos.

O salário médio não chega a 50 contos; mas mais de metade dos trabalhadores do Entreprito Lisboa não atinge esse valor.

Os gastos com salários

podiam e deviam — na opinião dos representantes dos trabalhadores — ser maiores.

Este ano, nas oficinas, o custo das obras (reparações de veículos) passou de 950 para 1150 escudos por hora. Só este aumento, sem contar com os lucros das secções de peças, venda de viaturas e preparação de carros para entrega, dá, segundo a CT, para cobrir os encargos que acarreta o aumento de 25% na massa salarial reclamado pelos trabalhadores.

Trabalhadores

RTP contra-informa

Prevista greve na Função Pública

● 4 de Março, manifestação nacional

«Uma greve nacional para Abril, caso se mantenha a intransigência do Governo», foi aprovada, entre outras iniciativas, no plenário que os trabalhadores da carreira administrativa na Função Pública efectuaram no passado dia 29 em Coimbra. Em causa estão as carreiras e o inadmissível aumento salarial de 6,5 por cento, imposto pelo Governo e por alguns mentores da UGT, para este ano, naquele importante sector da vida económica e social do País.

Num forte protesto contra a RTP, por não ter dado cobertura ao plenário, que indiscutivelmente era notícia, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública (FNSTFP)

considera a iniciativa «a maior de sempre neste sector profissional» e recorda que a mesma abrange 80 000 trabalhadores na Administração Central e 20 000 na Administração Local.

Os 750 delegados que, em números redondos, participaram no plenário de Coimbra, além da greve, aprovaram ainda, sem votos contra, uma resolução na qual:

• **Rejeitam frontalmente a política de afronta e desvalorização da carreira administrativa;**

• **Exigem o diálogo e a negociação de uma carreira com mais níveis, quadros de pessoal actualizados, formação profissional, condições de trabalho e imediata abertura de concursos;**

• **Além da greve referida (ainda sem data marcada, mas, segundo, já veio a público, prevista para 18 a 22 de Abril), os trabalhadores decidiram preparar uma manifestação nacional para o dia 4 de Março próximo.**

refeição, comparticipação da ADSE e diuturnidades.

A posição dos sindicatos unitários e da sua Federação foi sempre contrária a esta pseudo-actualização, baseada numa inflação «esperada», que morde fundo nos salários reais da maioria indesmentível dos TFPs e no seu poder de compra.

No entanto, o Governo continua a sua propaganda na televisão e na Imprensa, pagando anúncios de página inteira, enquanto que a RTP, estação oficial, ignora as tomadas de posição que interessam a todos os trabalhadores.

Um exemplo citado pela FNSTFP: «Dia 30, o Governo deslocou-se ao Porto (Centro Regional de Segurança Social) para mais

uma das suas acções, que apenas visam criar uma imagem de dinamismo junto da opinião pública. A porta do referido Centro (CRSS), trabalhadores e utentes manifestaram-se contra a política de privatizações, privilegiada pelos governantes também neste sector».

Perante isto o que fez a RTP: «Entrou no edifício pela "porta do cavalo" — frisa a FNSTFP — para não querer ver a realidade (e muito menos mostrá-la) de contestação e repúdio dos trabalhadores e utentes face à política de segurança social do actual Governo».

Aliás, ainda recentemente, trabalhadores do Centro Infantil de Matosinhos tinham

efectuado greves contra a entrega de bens patrimoniais do CRSS e tinha havido plenários de utentes e autarcas que rejeitaram frontalmente essas medidas de privatização. A RTP não esteve em nenhum desses sítios. No entanto, tratava-se de factos amplamente noticiados, inclusivamente em directo pela rádio. A televisão preferiu as cerimónias oficiais dos membros do Governo.

A Federação acentua que esta atitude da RTP não pode passar sem forte protesto e nesse sentido aprovou, em Coimbra, durante o plenário do dia 29, uma moção que transcrevemos em caixa nesta página, para que se saiba como funciona o direito à informação para os dirigentes da RTP.

Miopia e sectarismo

Segue na íntegra o texto da moção aprovada em Coimbra:

«A miopia, o sectarismo, o partidarismo e a falta de rigor e isenção informativa da RTP impede-a de ter dado cobertura à maior iniciativa dos trabalhadores administrativos da Função Pública.

«Mais uma vez é necessário lembrar à administração da RTP que de nada lhes serve serem a voz do dono e tentarem esconder o descontentamento e a luta dos trabalhadores. Informar e ser informado é um direito de todos, e nós, trabalhadores, não abdicamos dessa conquista de Abril, quer os governos, quer as administrações queiram ou não.

«Os trabalhadores administrativos, reunidos em Coimbra, no seu primeiro encontro:

- «a) Repudiam mais uma atitude ilegal da RTP.
- «b) Informam o Governo que não é limitando o direito à informação que consegue esconder a luta dos trabalhadores administrativos.
- «c) Reafirmamos ao senhor Primeiro-Ministro a nossa disposição de continuar a luta».

Os seis e meio já foram publicados

No próprio dia do plenário de Coimbra, 29 do mês passado, era publicada no «Diário da República» a nova tabela salarial para a Função Pública, que impõe um aumento global de 6,5 por cento.

O vencimento máximo da tabela (letra A) passa para 119 500 escudos. Na mais baixa (letra U) o salário é de 28 200 escudos. Directores-gerais e equiparados passam a ganhar 126 700 escudos.

O diploma oficial, além das remunerações-base, faz que actualiza as pensões, ajudas de custo, subsídio de

2.º Congresso dos Gráficos

Sob o lema «Defender os direitos e o futuro/Pela dignificação profissional/Unir, organizar e lutar», a Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa anuncia o seu segundo Congresso para 27 e 28 do corrente.

O projecto do novo programa de acção, já distribuído para debate, inclui temas de grande interesse actualidade, não só para os sindicatos do sector, mas todo o movimento sindical. Um exemplo: as novas tecnologias.

Uma das alíneas do pro-

jecto dedicada a este assunto refere, nomeadamente, que «as novas tecnologias devem estar ao serviço do homem» e que «à sua aplicação e desenvolvimento» (...) «têm que corresponder medidas que impeçam efeitos nocivos sobre as condições de vida e de trabalho».

Ainda sobre esta questão, o projecto em debate acrescenta entre outros pontos, que «as consequências da aplicação de novas tecnologias, nas sociedades capitalistas são largamente negativas, diminuindo o emprego, provocando desqualificação e desorganização do traba-

lho, diluindo a estrutura industrial do sector».

Destaque-se ainda a alínea sobre «o reforço da organização sindical no sector». Aí se afirma, designadamente, que «é necessário, possível e fundamental, particularmente nas médias e grandes empresas, não subestimar o trabalho de sindicalização dando particular atenção aos jovens e novos admitidos, planificando e organizando iniciativas práticas para a filiação sindical, combatendo na sua origem os factores que levam à dessindicalização, sempre e onde este fenómeno se verifique».

Salários: Muito acima dos «concertados»

Apesar da tentativa do Governo de reduzir os aumentos salariais este ano aos impenáveis 6-6,5 por cento, que impôs no papel, pelo menos, à Função Pública é que tenta alargar à Carris, sem êxito devido à luta nesta última empresa e à movimentação de protesto que se verifica da parte dos sindicatos e dos TFP's, foram assinados ultimamente novos contratos com aumentos salariais que oscilam entre os 9,5 e os 11 por cento.

É o caso da indústria das madeiras (acréscimo de 11 por cento), dos editores e livrelros (9 por cento a partir de 1 de Janeiro), grossistas de material electrónico, fotográfico e electrodoméstico (10,3 por cento), bem como em outros sectores com negociações em curso e onde os sindicatos não estão dispostos a abdicar das suas prerrogativas da livre negociação nos contratos e outros instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho.

Correios: Defesa das Obras Sociais

Os sindicatos e a comissão de trabalhadores dos CTT afirmam que não recuarão e que «a luta vai avançar» na defesa das Obras Sociais, designadamente no que respeita aos «centros de assistência e retirada de beneficiários». A CT e os sindicatos (FCT, SNTCT e SINTEL) acrescentam

que, depois da reunião que tiveram com a comissão administrativa, em 15 de Janeiro findo, a empresa continua a manter centros encerrados em Santarém, Leiria e Setúbal, ignorando, assim, o Regulamento das Obras Sociais, «apesar da vontade expressa pelas estruturas sindicais de analisarem eventuais situações abusivas».

Contactados em 20 do mês passado, os sindicatos afirmaram, em nome da Frente Comum de Defesa da Empresa, que esta decidiu propor-lhes várias formas de luta, entre as quais a greve geral na empresa. As associações sindicais, segundo comunicado da mesma data, assinado pela FCDE, irão analisar e discutir com os trabalhadores a maneira mais rápida de levar à prática aquelas formas de luta, incluindo a greve.

Subsídio de inserção dos jovens: A CGTP protesta

A CGTP-IN protestou recentemente contra a forma como foi apresentada pelo Governo na Assembleia da República a proposta de lei 19/V, que institui para os jovens à procura do primeiro emprego uma prestação pecuniária designada por «subsídio de inserção dos jovens na vida activa».

Segundo a CGTP «a primeira observação crítica que há a fazer a esta proposta de lei é que ela foi apresentada pelo Governo na AR sem que previamente tivesse sido ouvido o Conselho Consultivo da Juventude, que é o órgão de ligação da juventude com os órgãos do po-

der, competindo-lhe dar consulta ao membro do Governo responsável pela área da juventude».

Quanto ao conteúdo específico da proposta governamental, a CGTP não está de acordo com a limitação do subsídio aos jovens entre os 18 e os 25 anos. Para a Central, o subsídio deveria ser extensivo a «todos os candidatos ao primeiro emprego, independentemente da sua idade».

Depois de criticar também a exigência de um mínimo de seis meses de inscrição do candidato, quando actualmente é de três meses, e a exigência do 9.º ano de escolaridade, a Inter considera «aviltante» a quantia do subsídio a atribuir e propõe que, por ser exiguo, e retomando a separação entre candidatos ao primeiro emprego com pessoas a cargo e sem elas, «o montante a atribuir no segundo caso seja de 70 por cento do valor mais elevado do salário mínimo nacional e de 80 por cento nos restantes».

Médicos: Novas formas de luta em Portalegre

Foi convocada para amanhã, dia 5, no Hospital Distrital de Portalegre, uma reunião de médicos de clínica geral do distrito. Dessa iniciativa pode sair, segundo a direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, «a convocação de uma greve de zelo».

Esta forma de luta pode ser adoptada apenas nas «horas em litígio», mas também pode ser geral, afectando, segundo a mesma fonte, «o normal funcionamento

de catorze centros de saúde do distrito».

Além de reivindicações específicas, os médicos do distrito, que desde Janeiro de 1983 se movimentam conjuntamente e têm desenvolvido outras formas de luta, não querem que sejam encerrados os serviços de urgência, como pretende a ministra Leonor Bezeira, na «quase totalidade dos centros de saúde».

Em 27 de Janeiro findo, o Sindicato dos Médicos da Zona Sul sublinhava que «os médicos do distrito de Portalegre apenas reivindicam o cumprimento da lei, a melhoria da qualidade do seu trabalho, igualdade de tratamento com os seus colegas dos restantes distritos do País, o não encerramento dos serviços de urgência dos centros de saúde, o pagamento das cerca de 4000 a 7000 horas de trabalho (a cada médico) não pagas desde 1983, e o direito a gozar uma folga quando a lei prevê».

Debate sobre emprego precário

Anunciado para se efectuar no dia 30 do mês passado, foi adiado no passado dia 26 o debate sobre emprego precário, iniciativa da União dos Sindicatos de Setúbal. A direcção da USS esclarece que teve de adiar o debate por «motivos imprevistos, que se prendem com o local do debate, bem como noutros impedimentos» não especificados. É intenção da USS realizar a mesma iniciativa no dia 27 deste mês em local a anunciar oportunamente.

Assembleia da República

Esfumadas as promessas eleitorais

Cresce o número dos que passam da reflexão à contestação e à luta

O contraste flagrante entre as promessas eleitorais do Governo e do PSD e a realidade social decorrente da política governamental, com especial destaque para o acentuado agravamento da situação laboral, foram objecto na passada semana de pormenorizada análise numa declaração política proferida pelo deputado comunista José Manuel Maia.

Para o PCP «alguma coisa de socialmente profundo»

Custas judiciais

O brutal agravamento das **custas judiciais** e a situação dos **estabelecimentos prisionais** foram objecto de dois requerimentos recentemente apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP no decorrer de uma reunião com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Em resultado da generalizada inquietação que tem percorrido os agentes e utentes do sistema judiciário e tendo em vista eventuais medidas parlamentares a ensejar, o primeiro requerimento propõe um contacto com o ministro da Justiça no sentido da marcação de um encontro de trabalho com a Comissão da Assembleia que trata desta matéria.

Na comissão foi unânime a preocupação dos deputados de todos os partidos pelo clima criado, tendo-se manifestado favoráveis à introdução de alterações a curto prazo. Em conformidade com o consenso verificado na Comissão, o PCP propôs entretanto em conferência de líderes o agendamento urgente do pedido de ratificação do referido diploma com o objectivo de responder por completo à problemática das custas judiciais por forma a que não seja denegado o acesso do Direito.

Quanto ao requerimento relativo à situação dos estabelecimentos prisionais solicita-se igualmente uma audiência ao ministro da Justiça dado o clima de «mal estar que persiste no interior das cadeias» e o desconhecimento da Assembleia sobre os acontecimentos ocorridos na penitenciária de Lisboa.

No texto do requerimento refere-se ainda a necessidade de serem programadas visitas às cadeias com o objectivo de «apurar os contornos presentes da situação prisional» e, em face dos elementos recolhidos, instruir a acção da subcomissão dos assuntos prisionais.

Intransigência na Carris

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou recentemente numa reunião da Comissão de Equipamento Social uma proposta para que o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações viesse à Comissão clarificar a posição do Governo quanto às negociações salariais da Carris e às consequências decorrentes do arrastamento da situação.

Para os comunistas a intransigência da Administração da Carris, mantendo uma proposta salarial que se traduziria na diminuição dos salários reais, bem como a postura governamental de imposição de tectos salariais, revela-se lesiva dos interesses da empresa e dos utentes.

A proposta viria a ser rejeitada, segundo apurámos, com os votos contra do PSD tendo os restantes grupos parlamentares apoiado a iniciativa do PCP, o que demonstra que o partido do Governo não está interessado em desenvolver esforços para desbloquear a situação, nem sequer em explicar perante a Assembleia da República as razões da sua inqualificável atitude.

Ano sabático para professores

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na Assembleia da República um projecto de lei que consagra o direito ao ano sabático para os educadores de infância e os professores do ensino básico e secundário.

O PCP fundamenta o seu projecto na necessidade de os professores fazerem um trabalho de permanente actualização de forma a serem no serviço da educação e em especial dos alunos, uma larga panóplia de conhecimentos ajustados às mudanças que se verificam no mundo de hoje.

O projecto prevê nomeadamente que, de sete em sete anos, os professores possam requerer a dispensa da actividade docente pelo período de um ano para frequentarem cursos de actualização, participarem em seminários e outras actividades relacionadas com a formação contínua.

De acordo com uma nota do gabinete de imprensa do Grupo Parlamentar do PCP o projecto fixa ainda que em cada estabelecimento de ensino ou zonas escolares não poderão gozar de licença sabática, em simultâneo, mais de 15 por cento dos docentes.

começa a mover-se na situação nacional — as medidas do Governo na área laboral e a pronta resposta dos trabalhadores estão a ser disso um exemplo — facto que em sua opinião está a deitar por terra as teses de Cavaco Silva que davam como seguro a aceitação da sua política pelos trabalhadores em simultâneo com um decréscimo da influência e da confiança no PCP e no movimento sindical unitário.

Goradas que continuam a ser em número cada vez maior as expectativas criadas com as promessas eleitorais a acção do Executivo tem como efeito vindo a impor uma crescente reflexão que, em muitos casos, dá já hoje lugar à contestação e à luta.

O balanço da política governamental a este respeito é elucidativo e a um número crescente de portugueses não vai escapando, como tratou de salientar o deputado comunista, a intensificação da exploração dos trabalhadores, o aumento do trabalho precário com o seu enorme cortejo de contratados a prazo e trabalho clandestino, os milhares de desempregados, os salários em atraso, o aumento dos preços de bens e serviços essenciais, a redução dos salários reais, o agravamento

das carências em áreas vitais como a saúde, a habitação e a segurança social.

Insatisfeito, o Governo não fica, porém, por aqui, continuando a somar malféitorias à sua nefasta acção com óbvios resultados no agravamento da injustiça e da instabilidade. É manifestamente o caso do brutal pacote laboral que vem tornar precário qualquer posto de trabalho.

José Manuel Maia chamou justamente a atenção para este aspecto e recordou que com a aprovação do pacote laboral aumentaria o poder discricionário do patronato — «só a vontade do patrão seria lei», disse —, qualquer motivo poderia passar a ser invocado para despedir com justa causa, no despedimento colectivo tudo passaria igualmente a ser possível (motivos de ordem económica, tecnológica, estruturais

ou de mercado), os contratos a prazo subiriam em flecha.

«O trabalhador seria pouco mais que uma mercadoria nas mãos do patrão, poderia ser despedido a qualquer momento sem justa causa, sem protecção do tribunal e os representantes eleitos dos trabalhadores seriam o alvo preferencial», acentuou o deputado comunista.

Depois de enumerar alguns dos mais recentes aumentos decretados em diversos bens e de recordar o lu-

díbrio sentido por muitos jovens que frequentaram os chamados cursos de formação profissional, José Manuel Maia deteve-se na «vasta frente de luta» que hoje abrange trabalhadores dos mais diversos sectores de actividade, sinal ineludível de que crescentes estratos da população resolveram passar à acção na defesa dos direitos das classes trabalhadoras, das conquistas de Abril e do regime democrático.

Intervenção do PCP

Os trabalhos do plenário de terça-feira foram preenchidos no período da ordem do dia com a apreciação da proposta de lei n.º 17/V, a qual prevê o regime de participações do Sector Público e procede à concentração dos princípios gerais a ele relativos.

Materia de grande importância, a ela nos referimos desenvolvidamente na próxima edição, destacando designadamente as posições defendidas pelos deputados comunistas. Do mesmo modo, abordaremos o agravamento da situação escolar e os recentes acontecimentos ocorridos nos Serviços Municipalizados do Porto, assuntos levados à Assembleia, respectivamente, pelos camaradas Lourdes Hespanhol e António Mota.

Deficientes carecem de apoios

As lacunas existentes no domínio da prevenção, reabilitação e integração dos deficientes em resultado da ausência de uma política nacional de fundo orientada para tratar das questões relacionadas com estes cidadãos — hoje aproximadamente 800 mil deficientes, cerca de 8 por cento da nossa população — esteve recentemente

em foco na Assembleia.

A lume, por intermédio do deputado comunista Anastácio Filipe, vieram também as conclusões do 1.º Congresso das Instituições não lucrativas do Ensino Especial, conclusões que no essencial traduzem a preocupação existente pela quase completa falta de apoio governamental aos deficientes.

Como recordou Anastácio Filipe são os subsídios nitidamente insuficientes para a manutenção das respectivas instituições (enquanto os colégios privados, com fins lucrativos, recebem ajudas substancialmente maiores), é a diversidade de ministérios de que dependem provocando perturbações ao nível da sua própria administração,

são as promessas não cumpridas como aconteceu com o ex-ministro João de Deus Pinheiro que garantiria 30 mil contos para a pré-profissionalização que nunca chegaram a receber, é, em suma, o não cumprimento dos artigos 74.º e 75.º da Constituição que atribuem ao Estado a responsabilidade pela educação das crianças.

Património arquitectónico de Lisboa

Na última reunião da Comissão de Assuntos Regionais do Parlamento Europeu, em Bruxelas, a 28 e 29 de Janeiro, foi feita a primeira abordagem do projecto de relatório de C. Beazley sobre a preservação do património arquitectónico de Lisboa, resultante de uma anterior proposta de resolução assinada por mais de uma centena de parlamentares, entre os

quais deputados portugueses de todas as formações políticas.

Intervindo no debate, o deputado comunista Aboim Inglês defendeu que o plano contemplasse, como zonas prioritárias de intervenção não se limitar aos aspectos monumentais, mas ter uma forte componente social, nomeadamente pela criação de

condições de fixação permanente e habitação da população, combatendo a tendência para a desertificação. Referiu igualmente a importância de o plano contemplar soluções para o problema dos transportes e poluição da zona da baixa.

De acordo com uma informação da SIP chegada à nossa redacção, intervieram no debate, entre outros, os

deputados portugueses Coimbra Martins, Santos Machado, Manuel Pereira e Carlos Pimenta.

Na mesma reunião foi atribuída a um deputado do Grupo Comunista do Parlamento Europeu a elaboração de um relatório sobre um plano de desenvolvimento dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Visita a Moscovo

Uma delegação do Grupo Comunista e aparentados do Parlamento Europeu, conduzida pelo seu presidente Gianni Cervetti, e que integrava representantes de todas as suas componentes nacionais (italiana, francesa, grega, portuguesa, espanhola e dinamarquesa) visitou Moscovo de 24 a 27 de Janeiro, a convite do Soviete Supremo da URSS e do Comité Soviético para a Segurança e Cooperação Europeia. Em representação do PCP participou na delegação Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central do PCP.

Segundo uma nota da SIP do PCP a delegação europeia teve conversações com o vice-presidente do Comité Soviético, Siline; com o secretário-geral do CAME, Sitohov, e outros membros do Secretariado; com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Petrovski.

Particular relevância tiveram as conversações com Andrei Gromiko, presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, que estava acompanhado pelo primeiro vice-presidente Demichev e Anatoli Dobrinine, secretário

do CC do PCUS e presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Soviete das Nacionalidades, que estava acompanhado por Vadim Zagladine, membro do CC e primeiro vice-chefe da Secção Internacional do PCUS e Iuri Zuev, vice-chefe da Secção Internacional, além de outros peritos.

No decorrer das conversações, salienta a referida nota da SIP, foi tratado um largo leque de questões relativas ao processo de estabelecimento das relações oficiais, entre a CEE e o CAME, bem como entre a URSS e a

CEE, e sobre a paz e segurança na Europa e as relações de cooperação entre países europeus nos domínios político, económico, científico-técnico, cultural, ecológico, dos direitos humanos e outros.

A ampla troca de impressões, informações e opiniões decorreu num ambiente de cordial camaradagem, franqueza e amizade, tendo ambas as partes considerado útil prosseguir estes contactos, no interesse da paz, segurança e cooperação entre todos os povos e Estados da Europa.

Assembleia da República

Inconstitucional e obscura a caça aos bens públicos

Embora subsistam as zonas obscuras, continue a faltar transparência e irregularidades e omissões continuem por esclarecer, a verdade é que, ainda assim, não se pode dizer que o debate realizado faz hoje oito dias sobre a proposta de lei que autoriza as empresas públicas a transformarem-se em sociedades anónimas de maioria de capital público (n.º 18/V) não tenha trazido alguma luz a esta problemática, designadamente quanto aos reais motivos que determinaram a opção de Cavaco Silva pela escolha deste preciso momento para preparar a abertura da caça aos bens públicos e dar início ao leilão das EPs.

Mais do que antecipar na prática a revisão constitucional, mais do que inculcar na opinião pública uma alegada irreversibilidade da entrega de bens públicos ao grande capital e por esta forma tentar também condicionar outros órgãos de soberania vocacionados para zelar pela constitucionalidade das leis, o que faz verdadeiramente correr Cavaco, embora saiba que as privatizações não correspondem aos interesses do desenvolvimento socioeconómico, «é a sofreguidão e a impaciência da sua clientela mais chegada». Quem o garante é o deputado comunista Carlos Carvalhas que adiantou como explicação a necessidade de «tranquilizar os tais lobbies que não precisam de ser toupeiras para entrarem dentro dos gabinetes ministeriais porque... estão lá. E talvez por isso o Primeiro-Ministro nem precise de os ler...».

A verdade é que, horas antes, o próprio Primeiro-Ministro, na intervenção com que iniciou o debate, justificava a apresentação do presente diploma com o cumprimento de um «compromisso eleitoral», recordando ainda que era ponto de honra da

sua conduta «cumprir as promessas aos portugueses».

Acontece assim que só por tolice é que se poderá pensar que estes portugueses a que Cavaco se referiu sejam os trabalhadores portugueses, hoje a braços com outras preocupações que não propriamente as de adquirir parte do capital das empresas públicas. Interessados no negócio, esses sim, estão os grupos económicos ávidos de deter nas suas mãos o comando e gestão dos sectores-chave da nossa economia.

A voragem das multinacionais

Ora é esta realidade que o Governo — pese embora todas as inverdades e sofismas — não consegue esconder e que terá estado aliás na sua recusa em aceitar a criação de uma comissão eventual para acompanhamento do Sector Público recentemente proposta pela bancada comunista na Assembleia, preferindo antes uma comissão criada pelo próprio Governo cuja composição, segundo foi dito, «poderá ser inspirada na Comis-

são Directiva da Bolsa do Porto em que um dos seus membros é o patrão de um dos principais grupos económicos do Norte».

Mas se a verdadeira razão para esta lufa-lufa do Governo em privatizar está esclarecida já outros «enigmas» — assim os apelidou o deputado comunista — continuam envolvidos em mistério, ainda por cima adensado pela completa ausência de esclarecimento quer do Governo quer da bancada que o sustenta ao longo do debate produzido.

Com efeito, ficaram sem resposta qualquer das cinco perguntas formuladas pelos deputados comunistas (ver caixa) tendo merecido igual tratamento as questões colocadas por Carlos Carvalhas na sua intervenção. Quis saber concretamente, por exemplo, por que é que o Governo escolhe o momento em que se abrem as nossas fronteiras em resultado do «mercado único» para em simultâneo «abrir as comportas das EPs à voragem das transnacionais». «É uma curiosa maneira de defender a independência nacional», diria com ironia Carlos Carvalhas, depois de recordar que com a entrada do «mercado único» a nossa economia fica mais vulnerável, obtendo consenso a opinião de que só um sector empresarial do Estado forte e reorganizado, nomeadamente nos sectores-chave, poderia constituir a melhor garantia de que esses sectores não viriam a ser dominados pelas multinacionais.

O silêncio mantido pelo Governo quanto às empre-

zas e das participações cruzadas. razões que o levam a mantê-lo, escondendo assim da opinião pública e dos outros órgãos de soberania o plano de privatizações, foi outra das questões colocadas para a qual também não foi dada qualquer resposta.

A mesma sorte tiveram, por seu turno, o pedido de comentário ao facto de os próprios gestores das EPs apontadas como privatizáveis «não vislumbrarem melhorias na gestão com a desnacionalização» e o pedido de garantia de que as acções a alienar serão todas nominativas. Embora o Governo tenha garantido que nenhuma entidade não pública nacional ou estrangeira adquira mais de 10 por cento das acções a alienar a questão tem razão de ser dada a existência, como bem lembrou Carlos Carvalhas, da figura dos «testas de ferro» e das participações cruzadas.

Ebulho das EPs

O silêncio mantido pelo PSD e pelo Governo relativamente a todas estas questões após um debate que entrou pela noite dentro — a bancada da maioria limitou-se a produzir intervenções inflamadas sem rigor nem precisão — não deixa de ser um facto relevante que legitima a afirmação dos que acusam o Executivo de no fundo procurar apenas dar transparência ao esbulho das EPs, à restauração do capitalismo monopolista de Estado, ao domínio do poder político pelo poder económico, ao engrossar das fortunas pessoais à custa dos bens públicos.

Em causa Lei Orgânica da Assembleia PSD quer condicionar acção dos deputados

Assumindo uma postura classificada pela oposição como de uma clara falta de «ética política e de lealdade», o PSD levou por diante a apresentação do seu projecto de Lei Orgânica da Assembleia da República — diploma de grande importância para a acção e funcionamento do Parlamento — cujo conteúdo introduz profundas alterações que se traduzirão numa significativa diminuição do apoio aos deputados, no condicionamento da sua actividade, na extinção dos agrupamentos parlamentares e na presidencialização da gestão da Assembleia da República.

Duramente criticado pela totalidade dos partidos da oposição, o projecto foi alvo na passada semana de um pedido de impugnação apresentado pela Intervenção Democrática (ID), tendo na ocasião Jorge Lemos considerado o diploma com uma peça reveladora da «Inqualificável falta de princípios mínimos de respeito pelos direitos que são de todos e não apenas de uma malora autocrática».

Atingindo directamente a ID, o projecto seria ainda considerado pelo deputado comunista como «uma vingança mesquinha» do PSD, partido que, disse, «dá-se mal com o debate das ideias, fica incomodado pela presença nesta casa de forças que o não aben-

çoam. O importante é arrasar direitos da oposição para que o monólogo se possa ir instalando».

Direitos das mulheres são letra morta para o Governo

Há quatro anos, a Assembleia da República aprovava três leis relativas à mulher (interrupção voluntária da gravidez, planeamento familiar e protecção da maternidade e paternidade) que constituíam uma das mais importantes achegas ao cumprimento dos seus direitos constitucionalmente estabelecidos. Quatro anos depois, sem que razões válidas o expliquem, qualquer delas é letra morta para as autoridades, assistindo-se por tal motivo ao crime do aborto

isolamento do PSD nesta matéria foi de tal ordem que acabaria por suscitar uma iniciativa alto inédita das restantes bancadas da oposição que, em conjunto, por unanimidade, subscreveriam pelo punho dos seus líderes um projecto alternativo de Lei Orgânica da Assembleia da República.

Esta iniciativa decorreu do facto do partido do Governo ter inviabilizado um projecto consensual, pondo em causa questões essenciais para a gestão democrática da As-

sembleia e para o seu funcionamento.

No seu projecto unilateral, o PSD acaba por pôr em causa o funcionamento da Assembleia nos termos do importante papel que lhe cabe desempenhar, pouco contribuindo, e nalguns casos agravando, as conhecidas dificuldades de trabalho actualmente existentes na A.R.

Pensões dos bombeiros

Colmatar e atenuar as consequências sociais e fa-

Silêncio comprometedor

Para lá de sustentar a inconstitucionalidade da proposta-de-lei n.º 18/V com uma sólida argumentação a que já demos público relevo nas nossas páginas por ocasião do pedido de impugnação, a bancada comunista considera também que o diploma é lesivo da economia nacional, não escapando igualmente todo o processo que o Governo se prepara para levar a cabo da mais completa falta de transparência em aspectos considerados fulcrais.

Tendo por base estes pressupostos, vários deputados comunistas questionaram os membros do Governo no decorrer do debate no sentido de aclarar um conjunto de aspectos, propósito este que acabaria por resultar infrutífero dado o silêncio e a insuficiência das pequenas explicações adiantadas pela bancada do PSD e do seu Governo. No ar, sem resposta, ficaram assim por saber «quais os poderes a conferir aos grupos privados no tocante à gestão das empresas públicas cuja alienação (inconstitucional) o Governo pretende».

A ausência de qualquer referência «aos critérios de avaliação» dessas empresas constitui um segundo aspecto que a bancada comunista quis ver esclarecido tanto mais que o silêncio sobre tal matéria legitima a suspeição de que as avaliações pretendidas possam vir a ser feitas, directa ou indirectamente por entidades, elas próprias interessadas no leilão das EP's.

Uma terceira questão relaciona-se com a falada existência de negociações e contactos vários tendentes a «assegurar posições», pretendendo a bancada comunista saber se tais contactos existem ou não e, no caso afirmativo, se eles são na opinião do Governo «compatíveis com os padrões a que constitucionalmente está sujeita a Administração Pública».

O recente despacho do ministro das Finanças determinando inspecções a sete empresas do Grupo SONAE bem como às instituições financeiras que participaram nas operações das OPV's dessas empresas, a par das diligências efectuadas no âmbito deste processo, foram objecto de uma quarta pergunta, pretendendo os deputados comunistas saber concretamente se o Governo está disponível para «aclarar de imediato todos os aspectos nebulosos e omissos sobre os quais ou vem mantendo silêncio ou (como ocorreu com o ministro Cadilhe) produzindo declarações que agravam um quadro extremamente obscuro e melindroso».

A situação da Bolsa e as responsabilidades do Governo no clima especulativo que a envolveu constituiu por sua vez a última questão avançada pelo Grupo Parlamentar do PCP que concretamente quis saber se «é neste quadro de irregularidade, ilegalidade e incerteza» que o Governo pretende aplicar a proposta de lei, interessando-se ainda por saber se esta não fosse inconstitucional (como é) e pudesse furtar-se à sanção do Tribunal competente, «que impacto teria a aplicação da proposta no mercado de capitais».

miliares da perda de mais de 30 vidas de bombeiros no combate aos incêndios que têm assolado as nossas florestas, reparando designadamente o que de injusto está contido nos decretos-leis (n.ºs 404/82 e 413/85) relativos à situação dos «soldados da paz», eis o objectivo do projecto de lei da autoria do PRD apreciado em Plenário na passada semana e que prevê designadamente o aumento das pensões de sangue.

Definindo a posição do

PCP sobre este assunto de grande importância para aqueles que tomaram na luta em defesa de vidas e bens ameaçados pelos incêndios, o deputado Luís Roque sublinhou a justeza dos referidos aumentos das pensões, lembrando contudo que se deveria ir mais longe e proceder também a alterações nos dois decretos-leis citados de molde a «desburocratizar o sistema e retirar toda a carga de discricionariedade que perpassa os respectivos articulados».

clandestino, à degradação das consultas de planeamento familiar, à angústia e aos riscos de não conseguir emprego ou ser despedida apenas pelo simples facto de ser mãe.

Desta lamentável situação, indigna do regime democrático, falou Odete Santos, dando expressão ao sentir de milhões de mulheres e muito especialmente daquelas que continuam a alimentar, sem que tenham alternativa, o escabroso negócio do aborto

clandestino com todas as graves consequências que daí advêm para a sua saúde física e psíquica apenas porque, salientou «subitamente nasceram neste País os objectores de consciência a interrupção voluntária da gravidez», muitos dos quais eram precisamente aqueles que «nada objectivavam quando o aborto era feito no seu consultório ou aqueles que fechavam os olhos ou aconselhavam mesmo um médico ou uma parceira amiga».

Encarando a moralidade pelo ângulo que lhes convém tais indivíduos são no fim de contas uma pequena fatia de quantos, seus pares, derrotados na votação que deu força de lei aos três projectos, não desistiram contudo de «manter as mulheres na opressão exigida por determinados projectos políticos que em nada se identificam» com a nossa Lei Fundamental.

Daí que, como salientou Odete Santos, a educação

sexual nunca tenha chegado aos currículos escolares (enquanto proliferam as revistas pornográficas), os centros de planeamento familiar especialmente dirigidos aos jovens em todo o País se contem pelos dedos de uma mão e a lei de protecção da maternidade tenha um tratamento idêntico.

Uma situação que urge alterar sem o que, como sublinhou Odete Santos, a «democracia se quedará incompleta».

Nacional

PORTO

Gás canalizado na região

O abastecimento de gás canalizado à região do Porto reveste-se de grande importância económica para a população. A Câmara Municipal do Porto, com a activa participação do camarada Oliveira Dias, um dos vereadores CDU do município portuense, iniciou um aprofundado estudo sobre o abastecimento de gás canalizado à região, cujas conclusões foram publicamente divulgadas no passado dia 15 de Janeiro. Todos os estudos económicos, de mercado e de engenharia realizados, bem como os exemplos colhidos noutros importantes municípios europeus confirmam não só o interesse como a possibilidade real de os municípios da região avançarem com tal iniciativa.

A constituição de uma empresa intermunicipal para o abastecimento de gás canalizado, constituída pela acção e iniciativa comum das autarquias da região do Porto aparece não só como a solução lógica para garantir a concretização deste importante serviço público, como para garantir no futuro que a sua gestão seja realizada em benefício das populações, seja através da prática de uma tarifa de gás justa e adequada às possibilidades da população, seja em maté-

ria de investimentos municipais visando a melhoria das suas condições de vida.

Os municípios, designadamente os da região do Porto, têm dado sobejas provas de capacidade de gestão de empresas e de serviços públicos municipais, que fazem cair por terra os argumentos interesseiros dos grandes grupos capitalistas que pretendem apropriar-se, com objectivos exclusivamente lucrativos, das áreas mais rentáveis de serviços essenciais para a população.

Mas, encarado numa óptica do grande capital, o abastecimento de gás canalizado à região do Porto representa um chorudo negócio de muitos milhões de contos por ano.

É por isso que, ao mesmo tempo que a Câmara Municipal do Porto prossegue os seus estudos e dá passos no sentido do avanço do projecto intermunicipal, os grandes grupos económicos privados começaram a agitar a vida política e autárquica da região com o objectivo de retirar o abastecimento de gás às autarquias e de garantir para si a posse deste tão lucrativo projecto.

Não pode deixar de ser denunciado que o Governo do PSD e em particular o Secretário de Estado da Energia não só se tenham colocado de imediato numa posição contra as autarquias da região, como também tem aparecido a privilegiar determinados grandes grupos

económicos (Quintas e Quintas, COLEP, PAP) e a apadrinhar publicamente a constituição da empresa PORTGÁS. Interessa sublinhar que o carácter de capital misto que a PORTGÁS assume na primeira fase se destina a encobrir o plano de ulterior e total privatização da empresa e portanto do abastecimento de gás à região do Porto.

Neste contexto e perante estas manobras do grande capital e do seu governo PSD, os eleitos comunistas nas autarquias da região não pouparão esforços, em conjunto com os autarcas de outras forças que se mantêm fiéis aos interesses das populações que os elegeram, para que os municípios da região não sejam espoliados de um serviço que nas mãos das autarquias garantirá o abastecimento de gás como efectivo serviço social e não como fonte de fabulosos lucros para meia dúzia, à custa de todos os municípios.

Assembleias e outras acções em preparação no distrito

Plenários de militantes, encontros, convívios, contactos individuais, porta-a-porta nos bairros, distribuição de documentos, uma actividade diversificada crescente tem vindo a caracterizar a vida das organizações do Partido no distrito do Porto, na linha do reforço da intervenção e acção dos comunistas no distrito. O fim-de-semana passado foi particularmente fértil em iniciativas — um encontro de jovens e uma reunião de quadros, em Ama-

rante; plenários para discussão da situação política nas principais freguesias da cidade do Porto, em Gondomar e na Maia, aproveitando para entregar os cartões do Partido; um baile em Felgueiras; um almoço-debate em Rio Tinto. Gondomar, são alguns dos exemplos.

Prossegue entretanto a preparação de outras iniciativas já anunciadas a nível regional — o destaque vai para as comemorações do aniversá-

rio do Partido, no Palácio de Cristal, em 6 de Março — e nos vários concelhos.

Embora a definição da data do XII Congresso possa eventualmente conduzir a alterações de calendário, muitas iniciativas do Partido, da CDU e em diversas frentes unitárias estão consideradas para os próximos meses.

Particular atenção está a ser dada à realização de assembleias das organizações,

para debate de planos de trabalho e eleição de organismos de direcção. Ainda em Fevereiro será a Assembleia de Militantes da UTIC e da Organização de Freguesia do Bonfim, no Porto. Em Março, no dia 19, realizar-se-á a Assembleia da Organização Concelhia da Maia e, em 15 de Maio, será a II Assembleia da Organização Local do Porto, cujas bases de preparação foram já aprovadas na última reunião plenária do Comité Local do Porto.

CDU em movimento

No âmbito do desenvolvimento e alargamento da actividade da CDU no distrito do Porto, com a promoção do debate sobre questões de carácter local e os problemas das populações, estão em preparação várias iniciativas nos principais concelhos e freguesias.

Em Fevereiro o destaque vai para a realização de encontros concelhios da CDU na

cidade do Porto, em Gondomar e em Amarante (no dia 20), e em Vila Nova de Gaia (no dia 21). Em Gondomar está prevista a concretização de encontros nas principais freguesias — Rio Tinto, S. Cosme, S. Pedro da Cova, Valbom, Fânzeres, Lomba e Beguim do Monte.

Entretanto, os eleitos pertencentes à CDU da freguesia de S. Jorge de Vizela, em Fel-

gueiras, divulgaram uma «Carta ao Povo da Freguesia» na qual denunciam o facto de a Assembleia de Freguesia ter apenas reunido uma vez desde que tomou posse de não haver planos de actividade e orçamentos desde há dois anos. A falta de prestação de contas por parte da Junta de Freguesia e o conjunto de problemas que existem por resolver em S. Jorge de Vizela exigem a mar-

cação urgente de uma Assembleia de Freguesia.

Também em Talões, Amarante, foi tornado público um documento em que se chama a atenção para a não distribuição, por parte da Câmara, das verbas que por lei deveria entregar à Freguesia. A reivindicação de um abrigo para transportes é outro dos problemas colocados pela CDU de Telões.

Comissões Unitárias de Mulheres lançam abaixo-assinado

As Comissões Unitárias de Mulheres, na sequência de uma decisão tomada em 16 de Janeiro, puseram a circular um abaixo-assinado em que «as mulheres da cidade do Porto reclamam contra o aumento de preços, reclamam a revisão do decreto das baixas e afirmam o seu repúdio pelo projecto de pacote laboral».

O abaixo-assinado, que está já a recolher apoios nos principais bairros e zonas da cidade do Porto, afirma nomeadamente que as mulheres «não podem calar mais tempo a grave situação em que se encontram com o agravamento permanente das suas condições de vida, apesar de todas as promessas feitas». Protestando contra o

aumento de preços de bens essenciais como o leite e o pão, consideram que «o decreto das baixas é uma lei inaceitável, pois corta muitos direitos dos trabalhadores e em particular das mulheres», dando como exemplo as grandes dificuldades criadas no caso de doença durante os primeiros quatro meses após uma licença por parto.

As Comissões Unitárias de Mulheres, entretanto, fizeram sair mais um número da «Voz das CUM's», a sua folha informativa, que no mês de Janeiro dá particular atenção à luta contra o projecto de pacote laboral e anuncia o apoio aos desfiles marcados para 6 de Fevereiro, com partida, no Porto, do Campo 24 de Agosto e do Largo da Cedofeita.



Praça da Liberdade

Cerâmica de Valadares — um balão de ensaio

A Fábrica Cerâmica de Valadares, alegando dificuldades económicas, pretende despedir 173 trabalhadores do sector do azulejo.

No entender da administração da empresa, é Imprescindível que aquele sector seja encerrado para permitir a laboração satisfatória dos restantes. É, ao fim e ao cabo, o patronato pressuroso em antecipar, de facto, a legislação do Governo Cavaco que pretende legitimar despedimentos «por motivos económicos, tecnológicos, estruturais ou de mercado».

No entender dos trabalhadores, ao contrário do que diz a administração, o sector do azulejo não dá prejuízo. A empresa vende toda a produção do sector e não tem conseguido satisfazer as encomendas. A Fábrica Cerâmica de Valadares disfruta de uma situação económico-financeira satisfatória e os despedimentos não têm razão de ser.

Que se passa, então, na Cerâmica de Valadares? Empresa que teve já no activo 1562 trabalhadores, hoje apenas 692 continuam a laborar. Alegando situação económica difícil, tem obtido do Estado milhares de contos com vista à sua recuperação e saneamento financeiro. Em vez disso tem utilizado esses dinheiros para despedir trabalhadores a troco de supostas indemnizações. Com os dinheiros do Fundo Social Europeu passa-se o mesmo. Destinado a subsidiar cursos de formação profissional, é sabido que tais «cursos» até agora se têm traduzido pela ocupação dos jovens noutra tipo de tarefas nas instalações da empresa.

A situação na Cerâmica de Valadares demonstra bem o conceito que o patronato e o Governo têm do que chamam «maleabilidade nas relações de trabalho». Ao patronato permite-se a utilização indevida de milhares de contos dos cofres do Estado e a possibilidade de despedir sempre que lhe interesse. Para os trabalhadores reserva-se a instabilidade nos postos de trabalho, os salários em atraso, o desemprego, a fome.

Os trabalhadores da Cerâmica de Valadares continuam a lutar. Em 28 de Janeiro foram mais de quatrocentos os que se deslocaram ao Porto e, no Governo Civil, manifestaram colectivamente a sua discordância com o propósito de despedimento de 173 camaradas de trabalho. Só a luta e a unidade de todos os trabalhadores impedirá que o Governo dê corpo aos projectos do patronato.

■ M. R.

Escândalo em Gondomar

Os vereadores da CDU vão apresentar recurso da decisão do Governo para os tribunais competentes — anuncia a Comissão Concelhia de Gondomar do PCP, numa nota divulgada anteontem aos órgãos de Informação a propósito da anunciada dissolução da Câmara Municipal em comunicado da Presidência do Conselho de Ministros. Vejamos o comentário e a posição assumida pelos comunistas de Gondomar:

O comunicado do Governo não adianta quaisquer factos ou argumentos em relação ao pretenso inquérito que havia sido presente à reunião da Assembleia Distrital do Porto do passado dia 4 de Janeiro e que esta rejeitou por esmagadora maioria (incluindo os votos de muitos elementos do PSD). Não aponta o Governo quaisquer irregularidades que possam ser consideradas graves. E nas irregularidades que aponta não prova a existência de dolo.

Fica assim demonstrado, tal como havíamos anteriormente referido: primeiro — que o «inquérito» não foi mais que o material encomendado para servir de justificação ao ministro Valente de Oliveira para dissolver uma Câmara em que o PSD está em minoria, e que poderosos interesses económicos ligados à habitação e ao negócio do gás canalizado pretendem controlar; segundo — que se trata de uma manobra de baixa política de dirigentes do PSD, que vão ao ponto de utilizar o Governo para desestabilizar autarquias locais só porque o PSD nelas está em minoria.

A má-fé do Governo e o seu propósito de agir ao serviço de interesses partidários mesquinhos do PSD, pode perfeitamente ser comprovada pelo facto de o Governo dissolver a Câmara de Gondomar por ter havido atrasos na aprovação de planos de actividade e orçamentos, mas nada fazer em relação às numerosas autarquias dirigidas pelo PSD que se encontram na mesma situação. Recorde-se que só no distrito do Porto, 12 das 17 Câmaras Municipais se encontram em situação idêntica à de Gondomar, no início de Janeiro, sem que o Governo tivesse tido qualquer procedimento.

A Comissão Concelhia de Gondomar do PCP sente-se inteiramente à vontade para denunciar os objectivos e propósitos desestabilizadores do Governo, pois é publicamente conhecido o facto de os vereadores pertencentes à CDU não terem quaisquer responsabilidades nos atrasos verificados na aprovação dos planos e orçamentos da Câmara.

Internacional

BULGÁRIA

Conferência do PCB debate reestruturação

«A tarefa que a Conferência tem pela frente é, ao fazer o balanço do que já foi realizado e definir os problemas e tarefas fundamentais para a ulterior realização da reestruturação no nosso país até ao próximo XVI Congresso do partido, **mobilizar as forças do partido e do povo com vista à materialização na vida desta obra histórica**» — com estas palavras o dirigente búlgaro, Todor Jivkov, secretário-geral do Partido Comunista Búlgaro, define o objectivo central da realização da Conferência realizada a 29 e 30 de Janeiro, em Sofia.

A Conferência reuniu 3226 delegados de todo o país (em 1 de Outubro de 1987, o número de militantes do Partido era de 968 729), sendo o maior número de delegados da esfera da produção material — 1551, ou seja, 48%.

No relatório da Comissão de Mandatos, assinala-se ainda que entre os delegados, os operários de indústria, construção, transportes, comunicações, comércio, fornecimentos materiais e técnicos e serviços, eram 1000. Os trabalhadores agrícolas, 247. Os investigadores e especialistas com formação superior, 2146.

A Conferência foi precedida da múltiplas reuniões das organizações do Partido, onde se registaram mais de 230 000 intervenções e foram avançadas cerca de 13 000 propostas e observações críticas no que respeita à nova abordagem em relação à construção do socialismo na Bulgária.

Também nas diferentes organizações sociais, os problemas e princípios em debate foram previamente discutidos. Os trabalhos da Conferência foram transmitidos em directo pela televisão e a rádio e os documentos publicados na imprensa.

No centro dos debates, questões hoje particularmente actuais na Bulgária, a formulação de princípios fundamentais na actual etapa de construção do socialismo no país, tais como a unidade e diversidade de formas da propriedade socialista, o abandono da prática de um tipo de centralismo administrativo e burocratizado (mas não do centralismo democrático), a institucionalização de



um novo tipo de relações sociais (o sistema de autogestão), o lugar e o papel do Partido enquanto força política dirigente.

A Conferência aprovou integralmente a concepção do desenvolvimento do socialismo na Bulgária, elaborada pelo plenário do CC do Partido Comunista Búlgaro, de Julho de 87.

Os delegados à Conferência aprovaram ainda por unanimidade o projecto de resolução apresentado pelo Comité Central.

Jordan Jotov, membro do Bureau Político e do Secretariado do CC do PCB, que apresentou o relatório em

nome da comissão encarregada de redigir a resolução da Conferência nacional, afirmou que as novas propostas formuladas em relação à resolução da conferência foram propostas construtivas, evidenciando fundamentalmente o desejo de lhe imprimir um carácter mais activo.

Jotov sublinha também que o novo modelo de socialismo entretanto elaborado, reflecte antes do mais a consideração das gigantescas conquistas entretanto alcançadas em todas as esferas da vida e o esgotamento das possibilidades do velho modelo de socialismo.

No encerramento da Conferência Nacional, Todor Jivkov afirmou que a Conferência amou o Partido do ponto de vista teórico, prático e político e no plano organizativo para trabalhar com maior convicção e eficiência para levar a cabo a reestruturação.

No próximo «Avante!» iremos abordar no concreto o que foi discutido na Conferência. O que é a reestruturação na Bulgária. O pouco que vimos em tão curto espaço de tempo. O muito que se discute e transforma num momento considerado como histórico pelos comunistas búlgaros.

O desarmamento na Europa

Se a Europa não for abrangida pelo processo de desarmamento, será fácil imaginar que um dia nos encontraremos num beco sem saída. É estranho que haja hoje na Europa quem se interrogue se deve ou não a Europa Ocidental desnuclearizar-se, proceder ao desarmamento ou apenas começar a pensar nele.

As palavras são de Valentin Falin, presidente do conselho directivo da Novosti, agência soviética que na passada quarta-feira promoveu em Moscovo uma mesa redonda subordinada ao tema «A Europa do Atlântico aos Urais», em que participaram peritos soviéticos em relações internacionais, um representante do estado-maior general da URSS e vários especialistas de centros de estudos políticos da Polónia, Grã-Bretanha, França, Alemanha Federal e Itália.

A mesa redonda, dominada pelas divergências sobre as vantagens ou desvantagens de uma Europa desnuclearizada, debateu ainda as perspectivas decorrentes do tratado soviético-americano de liquidação dos mísseis de médio e curto alcance, o princípio da «suficiência razoável» dos armamentos, as realidades político-militares existentes e a redução dos armamentos convencionais.

Nos debates confrontaram-se duas posições: uma favorável à desnuclearização e outra, expressa por alguns especialistas ocidentais, de defesa da eficácia dissuasiva das armas nucleares.

Combatendo a posição armamentista, Valentin Falin chamou a atenção para alguns dos graves problemas que se colocam à Europa e que a tornam muito vulnerável, como sucede já do ponto de vista ecológico, sublinhando a propósito que **temos pouco tempo para tomarmos medidas drásticas, mas seremos capazes de tomá-las se obtivermos meios necessários. E poderemos ter esses meios desde que deixemos de esbanjar recursos para fins militares. Na Europa há 40 vezes mais armas por quilómetro quadrado que noutros pontos do mundo.**

O apego ao passado — disse Falin — **impede-nos de ver claramente o presente. Sentimos dificuldade em rejeitar hoje aquilo que aprendemos ontem e em libertar a nossa consciência das doutrinas e concepções antiquadas. Se não fizermos isso, não haverá paz estável nas nossas «casa nacionais» em que, se calhar, vivemos com tranquilidade, por enquanto.**

Este alerta é justificado, tendo em consideração a posição francesa e britânica de



«compensar» com novos armamentos, incluindo nucleares, a destruição dos mísseis de médio e curto alcance na Europa, bem como o alargamento da cooperação militar entre a França e a República Federal da Alemanha (RFA).

No primeiro caso, segundo o especialista soviético, Volf Sedykh, Paris conta aproveitar a situação actual para fundar e dirigir uma nova organização militar na Europa ocidental, mais um «apoio» para a Nato.

No segundo caso, visa-se a criação de um conselho conjunto de defesa e de uma brigada mista franco-ocidental-alemã.

Ambas as situações contradizem o processo de desarmamento, bem como o estabelecimento de relações novas, verdadeiramente pacíficas, entre os Estados.

Estas tendências põem ainda em causa a perspectiva de redução em 50 por cento dos armamentos estratégicos ofensivos da URSS e dos EUA, actualmente em debate, podendo dizer-se o mesmo quanto à possibilidade de proibição das armas químicas e à redução dos armamentos convencionais e das forças armadas no continente europeu.

Para a URSS, a melhor maneira de suprimir eventuais assimetrias no domínio dos armamentos é conseguir alcançar, nas negociações em curso na capital austríaca entre a Nato e o Pacto de Varsóvia, um acordo sobre o mandato das conversações para a redução das forças armadas e armamentos convencionais na Europa, do Atlântico aos Urais. Numa primeira etapa deveriam ser definidos os desequilíbrios existentes e, numa segunda etapa, destruídos tais desequilíbrios.

Estas medidas, diz Volf Sedykh, **juntamente com o «plano Jaruzelski», a criação de um corredor desnuclearizado no centro da Europa, e de uma zona desnuclearizada no norte da Europa** (propostas por diversos países), **poderiam contribuir para prosseguir o processo de desarmamento, inclusive, tendo repercussões favoráveis na redução dos armamentos nucleares estratégicos dos EUA e da URSS.**

RDP DA COREIA

A resposta às calúnias e «sanções» dos EUA

No dia 15 de Janeiro, as autoridades sul-coreanas publicaram um «resultado do inquérito» sobre o acidente com um avião civil, ocorrido em fins de Novembro do ano passado, em que se pretende atribuir a sua responsabilidade à República Popular Democrática da Coreia (RPDC). Dia 21, os Estados Unidos divulgavam a adopção de «medidas de sanção» contra a RDP da Coreia, apodada por Washington de «Estado terrorista».

Não é a primeira vez que se pretende atribuir ao Norte a responsabilidade de acontecimentos na Coreia do Sul. Com o óbvio objectivo que acrescentar mais e mais obstáculos a uma reunificação do país, devido por obra do imperialismo, e ainda dificultar, a nível interno, a luta popular pela democracia, e contra o domínio dos EUA (com uma sufocante expressão militar).

Um dos exemplos particularmente esclarecedores foi a atribuição, aos «espíões do Norte», da responsabilidade do grande levantamento popular de Kuangzu, em Maio de 1980.

Denunciando a calúnia dirigida contra a RPD da Coreia — por parte do governo ditatorial da Coreia do Sul e do

imperialismo norte-americano — foi divulgada uma declaração proveniente do Ministério das Relações Externas da RPD da Coreia, em que se acentua o absurdo e infundado da calúnia e ainda o carácter efectivamente terrorista de muitas acções promovidas por Washington no plano internacional, e em particular em relação ao povo coreano.

«Antes de falar de «sanções» contra a RPDC, os EUA deveriam retirar-se da Coreia do Sul levando

consigo as suas armas nucleares e o Exército agressor e tirar as mãos da Coreia».

Face à situação criada, o governo da RPDC decidiu tomar contra-medidas. Na Declaração já referida afirma-se que «como contramedidas às medidas de sanção» por parte dos Estados Unidos, a partir do dia 1 de Fevereiro de 1988 suspenderemos todos os contactos com diplomatas norte-americanos no plano internacional, não permitiremos a entrada na

RPDC de pessoas com nacionalidade norte-americana. Não participaremos em nenhuma negociação sobre o problema dos restos mortais de norte-americanos» (questão ainda ligada à guerra da Coreia).

E sublinha-se entretanto: «consideramos que para a solução pacífica do problema coreano é necessário melhorar as relações Coreia-EUA, mas não temos vontade de mendigar aos Estados Unidos a solução do problema».

Delegação da RDA visita Portugal

A convite do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) encontra-se em Portugal, desde a passada segunda-feira, uma delegação do Conselho da Paz da República Democrática Alemã (RDA) que terá hoje um encontro com a comunicação social, cerca das 17 horas, na nova sede do CPPC.

A visita desta delegação, integrada no âmbito do normal intercâmbio de delegações internacionais pela paz e o CPPC, é considerada pela organização portuguesa como particularmente importante, dada a nova situação criada na Europa face aos recentes acordos soviéti-

co-americanos, propiciadores de novos e promissores entendimentos entre os povos, tendo em vista a diminuição e agora possível eliminação dos meios de destruição massiva, nucleares e outros.

O programa da visita culmina hoje com a realização de um debate público, na

sede do CPPC (R. Rodrigo da Fonseca, 56, 2.º, em Lisboa), subordinado ao tema «Da dupla à tripla opção zero, que segurança na Europa».

Entretanto, a delegação da RDA tem vindo a cumprir um intenso programa de que se destacam diversos encontros e contactos com partidos políticos, grupos parlamentares, CGTP, sindicatos, representantes da Igreja, autarquias, empresas, organizações não governamentais, Associações de Paz de jornalistas, médicos, cientistas, pro-

fessores e comissões de paz.

A delegação da RDA, que é chefiada pelo dr. Ernest Schwabe, director e redactor chefe da revista semanal «Horizonte», e membro da presidência do Conselho da Paz da RDA e da Associação de Amizade RDA-Portugal e que conta também com a presença da dra. Karin Meier, professora de direito internacional e membro da Comissão para a proibição das armas químicas e do Conselho da Paz da RDA, deixa amanhã o nosso país.

Internacional

Angola e EUA debatem problemas da África Austral

Representantes do governo de Angola e dos Estados Unidos concluíram na passada sexta-feira mais uma ronda de conversações inserida, de acordo com um comunicado do Ministério angolano das Relações Exteriores, «no quadro dos esforços e do contributo da parte angolana para a procura de uma solução negociada para os problemas da paz na África Austral, com base na implementação da resolução 435/78 sobre a independência da Namíbia».

O comunicado distribuído no final do encontro refere que durante as conversações foram apresentados «elementos novos», que deverão ser analisados por ambas as partes, para prosseguimento ulterior das negociações.

Pela primeira vez, uma representação do governo de Cuba esteve presente nas conversações, integrada na delegação angolana. Esta era chefiada pelo ministro das Relações Exteriores, Afonso Van-Dunem (M'Binda), e integrava o chefe de Estado-Maior General das FAPLA, António dos Santos França (Nдалu), o vice-ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, e o secretário do presidente da República para os Assuntos de Defesa e Segurança, José Maria.

A delegação americana era chefiada pelo subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Chester Crocker.

De acordo com o referido comunicado, a parte angolana reafirmou as posições de princípio segun-

do as quais a questão da retirada das forças internacionalistas cubanas de Angola está condicionada à retirada das tropas sul-africanas do território angolano, ao fim da ajuda norte-americana e sul-africana aos bandos terroristas da Unita, à implementação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia e ao respeito pela soberania e integridade territorial da República Popular de Angola.

Nos Estados Unidos, por seu turno, o porta-voz do Departamento de Estado, Charles Redman, anunciou que pela primeira vez Angola afirmou «a sua aceitação da necessidade da retirada de todas as forças cubanas de Angola», no âmbito de uma solução regional.



Viver e trabalhar em paz, uma aspiração angolana ainda longe da realidade

Charles Redman disse ainda que Cuba apoia esta posição do governo de Angola, a quem cabe, na sua opinião, apresentar agora formas específicas de ultrapassar as divergências quanto à data da retirada das tropas cubanas. Logo que Angola o faça, afirmou, os EUA prosseguirão o diálogo com o governo de Luanda a fim de alcançar uma solução de paz regional na base da resolução 435/78 das Nações Unidas.

De assinalar que nesta primeira declaração oficial dos Estados Unidos não é feita qualquer referência ao fim do auxílio militar norte-americano à Unita, que constitui uma das exigências da parte angolana.

O pretenso perigo comunista

A guerra de agressão que o regime racista da África do Sul conduz contra Angola «reflecte sobretudo uma política expansionista e aventureirista virada para a conquista de posições há muito perdidas na África Austral com a derrocada do colonialismo português» — afirma-se na declaração divulgada no passado sábado, em Luanda, pelo Bureau Político do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho.

A declaração, emitida por ocasião do XXVII aniversário do início da luta armada pela libertação nacional, que hoje se comemora, analisa a situação que se vive no sul e sudeste de Angola, onde as tropas invasoras sul-africanas tentam ocupar algumas localidades estratégicas como o Cuito Cuanavale e conclui que esta agressão «não constitui apenas uma acção de protecção aos bandos fantoches».

O MPLA-PT alerta a comunidade internacional para o facto dos dirigentes racistas sul-africanos estarem a envolver de maneira crescente as suas forças, avaliadas em seis mil homens e grande aparato bélico, em combates contra o exército angolano, no interior de Angola.

Aos pais e familiares dos soldados sul-africanos mortos ingloriamente no sul de Angola — lê-se no documento — assim como a toda a opinião pública sul-africana, chamamos a atenção para o facto de o regime racista de Pretória estar a envolver-se numa aventura que só trará pesadas consequências para a própria África do Sul.

O documento refere, por outro lado, a argumentação falaciosa de Pretória segundo a qual estaria a defender a África Austral de um pretenso perigo comunista.

Não existe nenhuma ameaça comunista na África Austral e tão pouco na África do Sul. O que se passa objectivamente é um descontentamento popular generalizado na África do Sul por causa de uma política retrógrada de segregação racial e da recusa de direitos legítimos a mais de 20 milhões de negros sul-africanos — diz o MPLA-PT.

Sublinhando que a instabilidade na região não tem outra causa senão a existência do *apartheid* e a sua política agressiva desestabilizadora contra os países da Linha da Frente, a direcção do MPLA-PT reafirma que a República Popular de Angola continuará a dar provas de flexibilidade na procura de uma solução justa para a grave situação que se vive na África Austral.

Citando declarações recentes do presidente José Eduardo dos Santos, o documento sublinha que o facto de o governo angolano insistir na busca de soluções negociadas em vez da guerra não é sinónimo de fraqueza, mas sim da sua consciência da necessidade de evitar o sacrifício de vidas e a destruição de recursos que deveriam ser postos ao serviço do desenvolvimento da região.

Ao Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho Ao Camarada Presidente José Eduardo dos Santos

Queridos camaradas

Por ocasião do 27.º aniversário do 4 de Fevereiro de 1961, marco histórico da luta do povo angolano, sob a direcção revolucionária do MPLA, pela sua emancipação nacional e social, o Comité Central do PCP saúda calorosa e fraternalmente o MPLA-Partido do Trabalho, todos os seus militantes e o povo angolano e expressa-lhes a inteira solidariedade dos comunistas portugueses para com a sua heróica luta em defesa da independência, soberania e integridade territorial da sua pátria e pela edificação na República Popular de Angola de uma nova sociedade de paz, progresso e justiça social.

As celebrações do aniversário do desencadeamento da luta armada de libertação têm lugar num momento em que as FAPLA travam duros combates contra as forças invasoras da África do Sul racista e em que no plano internacional, com destaque para Portugal, estão em curso grandes operações de promoção dos fantoches da Unita e de mistificação da real situação existente no Sul de Angola e na África Austral. Este um motivo mais para vos expressar nesta ocasião a nossa fraternal amizade e solidariedade e a nossa profunda confiança na vitória da justa causa do MPLA-PT e do povo angolano, que sendo a causa dos povos da África Austral e de todos os povos do mundo é também sentido pelos comunistas e trabalhadores portugueses como se sua própria fosse. Na luta em que estamos empenhados para defender as conquistas do 25 de Abril e o regime democrático constitucional que as consagra, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para pôr fim à continuada utilização do território português para actividades hostis à RPA e ao seu governo legítimo e por uma política de amizade e cooperação entre os nossos dois povos e países.

Viva o 4 de Fevereiro!

Viva o MPLA-PT e a RPA!

Viva a amizade e a solidariedade entre o Partido Comunista Português e o MPLA-PT!

4-2-88

O Comité Central do Partido Comunista Português

4 de Fevereiro comemorado em Lisboa

O XXVII aniversário do início da luta armada de libertação de Angola é assinalado em Lisboa com uma série de iniciativas promovidas pela embaixada da RPA, pela Associação de Amizade Portugal-República Popular de Angola (APA) e pela Comissão de Paz de Lisboa.

O programa, que ontem se iniciou com a inauguração de duas exposições fotográficas na Casa do Alentejo e a exibição, em vídeo gigante, de um filme sobre as consequências da invasão do sul de Angola, a que se seguiu uma conferência de imprensa concedida pelo embaixador da RPA em Lisboa, Mawette Batista, culmina com uma sessão solene.

Na sessão solene, que se realiza hoje às

21 e 30 h na Casa do Alentejo, usarão da palavra o embaixador da RPA, Mawette Batista, o presidente da APA, Daniel de Matos, Maria Louro, da Comissão de Paz de Lisboa e um representante da Liga Angolana de Amizade e Solidariedade com os Povos (LAASP).

A sessão incluirá ainda um sarau cultural, em que participam o cantor Waldemar Bastos, o conjunto Raízes e Kiki Lima, de Cabo Verde.

A convite da APA encontra-se de visita a Portugal uma delegação angolana, composta por Diógenes Boavida e Roque Tchiendo, ambos da LAASP, e ainda por Ivone Tuta, chefe de secção do Departamento de Relações Exteriores do MPLA-PT.

«Na madrugada de 4 de Fevereiro, grupos de patriotas angolanos armados lançaram um ataque conjunto às prisões de Luanda onde estão encarcerados inúmeros lutadores pela independência do seu país. Apesar de repelidos pela polícia fascista portuguesa, os patriotas angolanos não retiraram sem combate, registando-se muitos mortos e feridos de parte a parte.

Desde então ainda não pararam as manifestações populares e choques nas ruas de Luanda e noutros pontos da colónia.

A repressão das autoridades salazaristas é feroz: sucedem-se as prisões e assassinatos de patriotas angolanos que defendem heroicamente a causa da sua independência. Muitas dezenas de angolanos perderam já a vida no meio das maiores torturas. No campo de concentração de Dalatando amontoam-se centenas de africanos que os facistas se preparam para assassinar friamente. O terror domina em Angola.

Angola conquistará a sua independência

Os combates de 4 de Fevereiro não são um acontecimento ocasional. Eles revelam o grau elevado que atingiu a luta do povo de Angola pela sua independência. A partir de 4 de Fevereiro tornou-se impossível ao governo de Salazar continuar a falar na «tranquilidade absoluta» reinante em Angola. Se os massacres de Scolo Bengo, de Cabinda e outros puderam ser ocultados à maioria da opinião pública nacional e internacional, o mesmo não acontece com a acção de 4 de Fevereiro em Luanda: ela assinala o começo de uma fase decisiva na luta do povo de Angola — e dos povos das outras colónias portuguesas — pela sua independência. (...)

Os combates de 4 de Fevereiro (...) demonstraram que a repressão salazarista, por mais cruel e eficiente que seja, é incapaz de impedir a organização dos povos oprimidos e a sua luta armada pela independência. (...) É evidente que, mesmo que sejam derramados rios de sangue, esta luta só poderá terminar com a independência de Angola e com a derrota dos colonialistas portugueses.

Que posição deve tomar o povo português perante estes acontecimentos?

Aliados do povo português

Os povos de Angola e das outras colónias, que lutam pela sua independência, não ameaçam quaisquer interesses do povo português. Não são os trabalhadores portugueses que lucram com a exploração desenfreada dos trabalhadores negros nas roças, nas minas, nas fábricas. São os roceiros, é a CUF, são os grandes monopólios internacionais que enriquecem com a escavidão dos povos coloniais e que encontram aí força para continuar a oprimir também o povo de Portugal. A grande burguesia e o governo de Salazar que lhe defende os interesses são os verdadeiros inimigos tanto do povo português como dos povos de Angola, de Moçambique e das outras colónias. Os povos das colónias em luta pela sua independência são poderosos aliados do nosso povo na luta pelo derrubamento do fascismo.

O Partido Comunista Português reconhece o direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação, à imediata e completa independência, e apoia a sua luta libertadora. O Partido Comunista Português chama o povo de Portugal a levantar-se contra a guerra colonial.

(«O Povo de Angola inicia a luta armada pela sua independência» — «Avante!», VI Série, N.º 297, 1.ª quinzena Fevereiro 1961)

A lógica do patronato posta em prática pelo seu Governo

MUDAR AS LEIS LABORAIS PARA IMPOR A LEI DA SELVA

Vão realizar-se durante este fim-de-semana importantes acções em todo o País contra os projectos governamentais para alterar as leis que regulam os contratos a prazo, os despedimentos e a suspensão temporária do vínculo laboral (lay-off) e estabelecem normas de protecção aos representantes eleitos dos trabalhadores. Já referimos no «Avante!» as consequências que adviriam para todos os trabalhadores da aplicação das intenções do Governo e os principais motivos por que o movimento sindical se pronuncia totalmente contra mais este pacote laboral e seja liminarmente retirado e que se criem condições para um debate amplo, aberto e participado sobre a problemática das leis do trabalho.

Na Conferência Nacional da CGTP-IN sobre os direitos dos trabalhadores, realizada em Braga nos dias 22 e 23 de Janeiro e de que hoje aqui falamos, esteve em foco o pacote laboral e a necessidade de intensificar a mobilização para a luta contra as modificações nele apontadas.

Chama a atenção, no entanto, ao tomar conhecimento das comunicações que foram apresentadas no Teatro-Circo bracarense, a denúncia das inúmeras situações em que os direitos dos trabalhadores, ainda reconhecidos legalmente, são desrespeitados com o maior descaramento e impunidade. Os dois casos que destacamos nesta página são particularmente escandalosos.

O Governo, que no início se autoproclamava «de todos os portugueses», fecha os olhos à ilegalidade e actua segundo a lógica do grande patronato mais retrógrado: **as leis reconhecem direitos aos trabalhadores; esses direitos não são respeitados; logo, mudam-se as leis.** A unidade e a luta dos trabalhadores e de todos os democratas, defendendo o regime democrático e as outras conquistas da revolução de Abril, são a melhor resposta a esta lógica, torcida por interesses de classe que se opõem ao desenvolvimento do País e à melhoria das condições de vida do povo português. ■

«Reflecta»

«Quando se processou a transferência de trabalhadores da AGFA-Gevaert para a Reflecta, todos os activistas sindicais e membros da CT estavam na lista para irem para a rua. Como tínhamos uma forte organização dentro da empresa e em torno do nosso sindicato e tínhamos também um representante eleito pelos trabalhadores para intervir junto à administração em Munique, consegui-se que a gerência de cá fizesse dois convites de trabalho a 2 activistas sindicais. Um deles fui eu, outro, a camarada Olga.

Já na nova empresa Reflecta, com todos os trabalhadores a prazo, ao fim de 6 meses a camarada Olga foi despedida, alegando a administração que tinha pessoal a mais, mas admitindo outra trabalhadora para o seu posto de trabalho. A intervenção do sindicato, em 4 reuniões com a entidade patronal, e a movimentação dos trabalhadores dentro da empresa foram determinantes na decisão da gerência: a camarada foi readmitida e alguns trabalhadores passaram a efectivos.» (...)

«Em Outubro de 1987, e logo após uma reunião no Ministério do Trabalho para que a gerência cumprisse com o que está determinado no contrato colectivo de trabalho, fui

chamado à gerência, onde me provocaram, dizendo que ficava proibido de fazer actividade sindical e de colocar qualquer comunicado aos trabalhadores, e que seria melhor para mim pedir a minha demissão da empresa, que não me iam deixar sossegado e me iam perseguir.» (...)

«No dia seguinte fui informado pelo meu encarregado que me tinha que apresentar noutra posto de trabalho, vindo um colega substituir-me para sempre. Pedi que fizessem por escrito o que pretendiam, logo me foi entregue a ordem interna que não esclarecia aquilo que me era dito verbalmente.

Logo a seguir, uma outra ordem escrita de suspensão com retribuição. Moveram-me um processo disciplinar e aplicaram-me um castigo de 8 dias sem retribuição.

Findo esse tempo, apresentei-me na empresa, indo desempenhar as minhas funções de fiel de armazém; logo me foi transmitido que tinha que ir substituir outro colega, e esse vinha ocupar as minhas funções. Como esse posto de trabalho era de embalador, inferior à minha categoria profissional, pedi que o fizessem por escrito, o que recusaram, recebendo eu novamente outra carta de suspensão com retribuição — que ainda continua.» ■

«Esmaltal»

«Trabalho na empresa metalúrgica Esmaltal há 18 anos, sou delegado sindical há 9 anos e estou suspenso há 43 meses (...)

«Na Esmaltal, cujo accionista e administrador principal é o sr. Alípio Neves, o horário de trabalho é frequentemente alterado sem quaisquer satisfações aos trabalhadores. A administração obriga o pessoal a trabalhar para além do horário normal, sem qualquer retribuição suplementar. Os que se recusam aguentam com processos disciplinares e há até 2 casos de despedimento por causa do horário.

Na Esmaltal os trabalhadores estão proibidos de abandonar as instalações para irem a consultas médicas. Os responsáveis da empresa praticam uma curiosa variedade de discriminação salarial, pagando muito melhores salários aos contratados a prazo do que aos trabalhadores efectivos da mesma categoria, na esperança confessada de empurrar toda a gente para ligações instáveis com a empresa.» (...)

«Até há poucos meses um trabalhador da Esmaltal foi especialmente destacado para rondar as casas de banho, de papel e cronómetro em punho, controlando minutos e segundos daquilo que vocês já adivinharam. A intenção deste controlo era não só chatear os trabalhadores, mas sobretudo amesquinhar a própria pessoa encarregada de

apontar nomes e tempos.

Mas há mais: no ano passado, para cima de 30 dos 110 trabalhadores da Esmaltal não gozaram férias. A administração impede boa parte do pessoal de gozar férias, por haver **muito que fazer...** Há trabalhadores que vão para férias e recebem depois telegramas chamando-os à empresa. Quem não recebe os telegramas, porque não está em casa, ouve depois, durante duas horas, um chá do chefe; aqueles que recebem telegrama e mesmo assim não interrompem as férias, sujeitam-se a processos disciplinares e a despedimento. No dia 18 de Janeiro um camarada meu foi despedido por causa disto.» (...)

«Os patrões proibem-nos de fazer plénarios. Proibem-me, como delegado que sou, de entrar nas instalações. Não permitem a entrada na empresa de dirigentes do sindicato dos metalúrgicos. Não descontam directamente as quotas sindicais. Não deixam distribuir nem afixar documentos sindicais.» (...)

«Infelizmente, não sou eu o único atingido com o verdadeiro terrorismo anti-sindical praticado na Esmaltal. Neste momento há mais 2 membros de ORTs suspensos: os meus camaradas Henrique Amorima, suspenso há 5 anos, e Francisco Pereira, suspenso há cerca de 3 anos.» ■

Atentados sistemáticos e organizados

Os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores sofrem constantes atentados que ultimamente vêm assumindo forma sistemática e organizada, correspondendo à ofensiva no campo ideológico contra esses mesmos direitos, frequentemente com recurso ao próprio aparelho público repressivo — afirma-se na Resolução aprovada pelos mil delegados que participaram na Conferência Nacional da CGTP-IN sobre os direitos dos trabalhadores.

Desses atentados destacam-se no documento, a título exemplificativo, bem ilustrado por alguns

casos contados em Braga de viva voz:

- o crescente recurso a formas

ilegais e atípicas de contratação de trabalhadores, como a generalizada subcontratação de mão-de-obra, a transformação de trabalhadores assalariados em colectados, a utilização abusiva da lei dos contratos a prazo, publicamente reconhecidas pelo Governo, a proliferação do trabalho infantil;

- a persistência da prática do não pagamento atempado dos salários; a utilização de prémios como forma de discriminação sindical e das mulheres e o não cumprimento dos mínimos contratualmente fixados;
 - a não observância das normas em vigor sobre horário de trabalho, o não pagamento de trabalho suplementar, a imposição de trabalho nocturno às mulheres;
 - a sonegação do direito à segurança social (já de si muito limitada nas prestações que confere), por via da referida contratação ilegal e atípica, pela não inscrição dos trabalhadores, pela retenção das contribuições destes que, por sua vez, se vai também reflectir no âmbito da protecção aos desempregados, que é manifestamente insuficiente, cobrindo apenas 19 por cento do seu número total;
 - as normas de higiene e segurança continuam a não ser respeitadas a maior parte das empresas.
- No campo dos direitos colectivos, assumem particular gravidade as violações aos direitos sindicais, desde logo, através

- dos condicionamentos à livre sindicalização, da retenção ilícita das quotas sindicais, do impedimento à realização de plenários, ao acesso dos dirigentes aos locais de trabalho, à afixação e distribuição da informação sindical;
- da perseguição aos activistas sindicais e da sua discriminação nos salários, promoções e até ao seu despedimento selectivo;
- do não reconhecimento da liberdade sindical aos trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas e aos agentes da PSP.
- A contratação de trabalhadores do exterior, o lock-out e o impedimento à acção dos piquetes são as mais comuns violações do direito à greve.

- É negado o direito à negociação colectiva, quer pela subtracção de vastas matérias do seu âmbito, quer pelo favorecimento .a parte patronal — não emissão de portarias de regulamentação do trabalho sancionatórias de comportamentos ilegais de associações patronais, sensíveis atrasos na emissão de portarias de extensão —, quer pelo suporte dado pelo Governo e patronato à acção dos divisionistas, muitas vezes com frontal violação do princípio da igualdade, designadamente em matéria salarial.

Não são cumpridas as disposições legais que permitem a participação dos trabalhadores na gestão das empresas públicas e ainda o direito de participação da CGTP-IN em inúmeros órgãos do aparelho do Estado (IEFP, INATEL, Comissão Nacional de Aprendizagem, etc.) e das associações sindi-



Foi grande a combatividade manifestada na Conferência de Braga sobre os direitos dos trabalhadores. Face ao ataque cerrado do grande patronato e do Governo PSD/Cavaco, cada vez mais portugueses que vivem do seu trabalho se vão apercebendo do verdadeiro carácter de classe desta política

A CGTP e as leis laborais

«Responsabilizar as leis do trabalho por certos flagelos sociais, pela falta de investimento criador de postos de trabalho, pelo atraso na modernização do aparelho produtivo mais não é do que uma face da ofensiva ideológica que se referiu (para legitimar as alterações preconizadas pelo patronato e o Governo); mais não é do que um processo de fabrico de mitos e de criação de alibis que, a um tempo, permitam a absolvição dos verdadeiros culpados e a destruição de alguns progressos sociais penosamente alcançados.

«A CGTP-IN opõe-se frontalmente ao obscurantismo do discurso oficial, capaz de criar a ilusão de que a alteração das leis do trabalho é a terapêutica milagrosa para os males de que padece a sociedade portuguesa ou o ovo de Colombo para a saída da crise. Opõe-se, em suma, a um discurso que se aproveita da crise para justificar a mudança no sentido preconizado pelos meios patronais mais conservadores e revanchistas e não para a superar em termos democráticos e equilibrados.

«Não tem a CGTP-IN uma concepção imobilista das leis do trabalho. Não ignora que mudam as realidades, mudam as condições objectivas e subjectivas em que assenta, em certa época, um dado conjunto de leis, muda o entendimento das leis e acabam por mudar as próprias leis.

«O problema não reside, pois, na alteração das leis. O problema reside nas leis que se pretende alterar, no sentido que se lhes pretende imprimir e na metodologia que o Governo resolveu adoptar. (...)

«Apesar da ambiguidade e, até, da incongruência que o caracteriza, pode contudo dizer-se que o conjunto das actuais leis do

trabalho se traduz num certo equilíbrio, embora precário, do complexo sistema de relações profissionais, equilíbrio que o Governo se propõe romper unidireccionalmente com o natural aplauso das confederações patronais.

«É a este equilíbrio do conjunto das leis do trabalho que elas devem, em boa parte, a sua sobrevivência, apesar do fogo cruzado a que estão sujeitas há vários anos. Mas é esta característica que explica também que a alteração isolada de apenas alguma ou algumas das mais importantes provocará a rotura do equilíbrio existente e tornará inevitável a agudização das tensões e dos conflitos sociais.

«O caminho ensaiado pelo Governo com a proposta de alteração da lei dos despedimentos, da lei de protecção contra despedimentos de representantes eleitos dos trabalhadores e da lei dos contratos a prazo é o caminho da ruptura do equilíbrio a favor dos capitalistas e contra os trabalhadores.

«O Governo pôs em marcha uma das mais graves ofensivas anti-trabalhadores e anticonstitucionais desta década, afrontando conquistas fundamentais do 25 de Abril.

«E não foi certamente por acaso que o Governo iniciou a sua ofensiva pelas referidas leis. São leis que respeitam a valores e interesses fundamentais, são leis que definem condições básicas do exercício de outros direitos e que marcam as linhas de fronteira dos poderes e contrapoderes das classes em confronto.» ■

(Da Resolução aprovada na Conferência da CGTP-IN sobre os direitos dos trabalhadores)

cais na estrutura central e regional da segurança social e o direito à participação na elaboração da legislação do trabalho — afirma-se ainda na Resolução.

Esta prática de violação sistemática das leis por parte do patronato e do Governo consubstancia o propósito mais vasto de, por um lado, criar condições para a desregulamentação nas áreas que consagram direitos aos trabalhadores e que constituem o seu património longa e dificilmente conquistado e, por outro lado, atacar a organização sindical, que constitui um firme obstáculo à realização do seu propósito de intensificação da exploração. ■



No dia 23 de Janeiro, após a sessão pública de encerramento da Conferência Nacional da CGTP-IN, milhares de trabalhadores de todo o distrito manifestaram na rua o seu repúdio pelo pacote laboral do Governo, numa das acções mais participadas que se realizaram em Braga nos últimos quatro ou cinco anos

Paula Xavier, da Federação do Comércio, Escritórios e Serviços, denunciou na conferência de Braga atentados à igualdade universal dos cidadãos perante a lei e aos direitos específicos das mulheres: «Quando as trabalhadoras exigem o direito às consultas pré-natais, à amamentação ou à assistência aos filhos, isso traz-lhes geralmente como consequências a mudança sucessiva de secção e de local de trabalho, entre outras formas de repressão. Mais grave ainda é a situação das trabalhadoras contratadas a prazo ou com outro vínculo precário, que de forma alguma podem sequer reclamar esses direitos»



Cavaco quer legalizar isto!

Não há um número do «Avante!» em que se não denunciem casos de violação de direitos individuais e colectivos de trabalhadores em várias empresas e por todo o País; a informação sindical e outros jornais preencham com relatos semelhantes muito do seu espaço (uns menos que outros, é certo, mas não é por falta de matéria). O Governo e as autoridades fecham os olhos e os ouvidos, demoram tempos e tempos a responder às queixas, fazem que punem de vez em quando mas deixam andar a roda das ilegalidades.

Na Conferência Nacional da CGTP-IN foram recordados algumas das graves situações que os trabalhadores vivem em muitas empresas.

Com o pacote laboral anunciado pelo Governo, o patronato passaria a dispor de pretextos para instalar «legalmente» o seu poder absoluto e o desrespeito por quaisquer direitos dos trabalhadores.

Viseu

Não vão além de uma centena as empresas que fazem o desconto directo da quotização sindical em todo o distrito de Viseu. Exceptuando a função pública, só é possível fazer plenários em cerca de 3 dezenas de empresas; as empresas onde os plenários se podem realizar utilizando o crédito de horas que a lei concede contam-se pelos dedos de uma mão. Na generalidade das empresas a distribuição de informação sindical tem que ser feita à porta. Regra geral, quando um trabalhador solicita a intervenção do sindicato, a primeira coisa que pede é que não seja mencionado o seu nome. De 85 mil trabalhadores por contra de outrem, pouco mais de 40 mil estão inscritos na segurança social.

Na URFIC, empresa metalúrgica do concelho de Tondela que emprega 200 pessoas, o patrão obriga os trabalhadores a assinar documentos abdicando dos seus direitos; despede quem não assina; despediu e agrediu o delegado sindical por este defender os direitos e liberdades legais; não só impede a actividade sindical, como se dá ao luxo de impedir a actuação da Inspeção do Trabalho.

Na J. L. Tavares, empresa têxtil de Canas de Senhorim, o patrão chega a impedir que as trabalhadoras vão almoçar se se apercebe que alguém do sindicato anda por perto. O medo está de tal forma instalado esta empresa que as trabalhadoras, mesmo quando contacta-

das à noite em suas casas, recusam-se a falar, embora reconheçam razão aos activistas sindicais.

Na Visabeira, empresa da construção que detém o monopólio das empreitadas dos CTT a nível nacional, só alguns quadros técnicos e encerregados é que serão efectivos, dos mais de 1400 trabalhadores que ocupa. Estes são contratados, na sua maior parte, em Viseu, e depois deslocados para qualquer ponto do País; dormem em barracões, trabalham noite e dia, e alguns nem o ordenado mínimo recebem.

Porto

Na própria semana em que se realizou a conferência o patrão da fábrica de calçado Manuel Casal (Porto), que é também dirigente da associação patronal, pôs um processo disciplinar para despedimento ao delegado sindical porque este convocou um plenário de trabalhadores.

Na Electromecânica Portuguesa PREH (Trofa) o gerente suspendeu todos os delegados e dirigentes sindicais e membros da comissão de trabalhadores, chegando ao cúmulo de tentar impedir que recebesse assistência hospitalar um dirigente acometido de doença súbita.

Um delegado sindical da Facar esteve suspenso durante sete anos por ter distribuído um comunicado sindical; foi julgado duas vezes e por duas vezes o tribunal lhe deu razão. Ao fim de sete anos, acabou por ser integrado.

Braga

Hoje, no distrito de Braga, para se sindicalizar um trabalhador do sector da construção civil e madeiras, é preciso garantir que o seu patrão só saberá disso se um dia tiver de o processar; caso contrário, poucos são os que arriscam a preencher o impresso de sócio.

Mas a repressão assenta essencialmente sobre os quadros sindicais.

Em Merelim há um dirigente sindical que, há nove meses, tem como «tarefa», a cargo do sr. Manuel Roriz de Oliveira, acarretar pedra com um carrinho de mão, de um lado para o outro, sem utilidade nem interesse, como um condenado a trabalhos ignóbeis. Em Barcelos, na empresa António da Silva, há um dirigente a quem este empreiteiro nunca distribui tarefas. Num caso e noutro aparecem os insultos, a gozação, o enxovalho, as ameaças físicas e morais, o aviltamento. A Inspeção de Trabalho nada faz, nada vê, nada pode e nada quer.

Coimbra

Na CERES a administração apenas admite a realização de reuniões de trabalhadores no momento por ela escolhido; um trabalhador, só por ter sido eleito recentemente delegado sindical, viu já instaurados contra si seis processos disciplinares. Bastava, por exemplo, que utilizasse o crédito de horas que a lei concede — e lá vinha o processo.

Um dirigente sindical que trabalha na empresa A. Batista de Almeida está há quase 3 anos sem que lhe seja destinado qualquer tipo de trabalho. Uma forma de vingança por, tempos atrás, o tribunal lhe ter dado razão e ter obrigado a empresa a cumprir a lei.

É geral, no distrito de Coimbra, o incumprimento dos contratos colectivos de trabalho, designadamente em matéria salarial; é quase certo que só passados alguns meses após o acordo é que as entidades empregadoras começam a pagar os vencimentos actualizados. Só o Casino da Figueira da Foz deve aos seus trabalhadores mais de 3 mil contos de retroactivos. ■

«A generalidade dos jovens que têm emprego, têm-no em condições de absoluta precariedade. Desde o contrato a prazo, em que cerca de 75% do seu total são jovens, à inexistência de qualquer tipo de contrato; desde os baixos salários, aos horários que por vezes atingem as 10 e 12 horas diárias; desde a ausência das normas de higiene e segurança, ao não cumprimento do estatuto do trabalhador-estudante, pode dizer-se que vale tudo menos tirar olhos» — lembrou Maria da Luz Nogueira, da comissão nacional de jovens da CGTP-IN



A «justificação económica»

«Não se cansam o Governo e o patronato de associar a liberalização dos despedimentos e a precarização do emprego ao aumento da confiança dos investidores, à criação de postos de trabalho, à modernização do aparelho produtivo. O Governo e o patronato dão por demonstrado o que carece de demonstração. Melhor, o Governo e o patronato querem fazer crer que a liberalização do mercado de trabalho dará entre nós as provas de eficiência económica que têm falhado em muitos outros países.

«O agravamento do volume de desemprego a partir de 1984 nos países em que foi aplicada a política liberalizadora tem levado a um progressivo arrefecimento do entusiasmo com que era defendida. Somente o grande capital continuou a fazer dela o seu cavalo de batalha.

«A experiência tem provado que já não existe qualquer relação causal entre a flexibilização do mercado de trabalho e a baixa do desemprego e tem destruído um a um pressupostos em que tem assentado tal afirmação.

«Quanto à precarização, ela não tem deixado de aumentar nos países que têm realizado a flexibilização das leis laborais. O trabalho clandestino e precário tem continuado a crescer na Europa.

«No quadro actual, o problema da economia portuguesa reside, basicamente, nos seus crónicos défices tecnológico, energético, alimentar e comercial, e não, obviamente, nas leis laborais. Como revelou um recente inquérito oficial a potenciais investidores estrangeiros, a burocracia e a corrupção foram considerados como obstáculos ao seu investimento, secundarizando a questão das leis do trabalho.

«O que o Governo e o patronato procuram, na verdade, é destruir muitas das conquistas dos trabalhadores a coberto de um discurso que apela à conjuntura de crise para alterar a relação das forças sociais.

«E nem se diga, como se tem pretendido fazer crer, que as leis em vigor não permitem ultrapassar situações de dificuldade conjuntural ou estrutural das empresas por falta de mecanismos jurídicos adequados. Trata-se de mais uma falsidade.

«Com efeito, são várias as normas que contemplam situações de crise económica e financeira, catástrofes ou outras ocorrências graves, as necessidades de inovações tecnológicas e de reestruturação das empresas, as necessidades temporárias de mão-de-obra.» ■

(Da Resolução aprovada na Conferência da CGTP-IN sobre os direitos dos trabalhadores)

REUNIÃO NACIONAL DE QUADROS DO PCP

DEFESA DA CONSTITUIÇÃO EXIGE *transparência e participação* popular

A largar e dinamizar ao máximo a participação popular em todo o processo de revisão constitucional tendo em vista sobretudo a sua completa transparência, denunciar desde já com determinação as manobras dos partidos de direita e do Governo tendentes a antecipar a revisão através da aprovação de leis ordinárias claramente inconstitucionais, mobilizar todo o Partido para com redobradas energias e confiança assumir o papel determinante que lhe cabe na defesa activa da Constituição, eis, no essencial e em síntese, as principais direcções de trabalho apuradas na reunião nacional que no último fim-de-semana juntou em Lisboa cerca de 250 militantes comunistas provenientes de todo o País sob o lema «A Participação Popular no Processo de Revisão Constitucional».

Transparência, participação popular, luta de massas e confiança, constituem assim pedras de toque em torno das quais se desenvolverá com renovado vigor (o clima que se viveu e as intervenções produzidas deixam legitimamente supor isso) a acção dos comunistas, para quem — pela sua importância decisiva para o futuro da nossa vida democrática — a revisão diz respeito a todo o povo português e não apenas a um grupo restrito de pessoas ou grupos.

Afastar qualquer possibilidade da revisão vir a ser cozinhada no segredo dos gabinetes, longe da opinião pública e do povo, susceptível de estar sujeita a combinações e negociações lesivas do regime democrático, surge assim desde logo para o PCP como uma preocupação prioritária que, por esse facto, preconizou já a abertura à comunicação social dos trabalhos da Comissão em que decorrerá numa primeira fase os trabalhos do processo de revisão.

Defesa do regime

Carlos Brito equacionaria nos seus termos precisos esta questão ao lembrar que a Constituição «terá tanto mais força e a direita tanto mais dificuldades de fazer triunfar a revisão subversiva» da Carta Fundamental quanto mais transparentes forem os trabalhos da revisão, quanto maior for a participação popular na revisão da Constituição.

Este aspecto seria de resto largamente referido por muitos dos oradores que subiram à tribuna da reunião, em intervenções de enorme interesse e valor, chamando sectorialmente a atenção para as grandes questões que estão em jogo nesta revisão designadamente para o respeito pelas regras constitucionais aplicáveis e para a defesa do regime democrático, em particular das suas conquistas essenciais.

Incidindo sobre este conjunto de questões, muitas são já entretanto as iniciativas levadas a cabo por todo o País promovidas quer pelo PCP quer por estruturas populares, iniciativas estas que pelas numerosas referências feitas ao longo de toda a reunião se multiplicarão em larga escala nos próximos meses. Particular destaque merece neste quadro, o Encontro de Reflexão sobre a revisão da Constituição no dia 2 de Abril, data do décimo segundo aniversário da aprovação da Constituição, encontro aberto a outras forças e personalidades democráticas cuja atenção se centrará, por um lado, na organização económica e direitos económicos, sociais e culturais, e, por outro, na organização do poder político, direitos, liberdades e garantias pessoais e garantia da Constituição.

Projectos

Duramente criticados ao longo das quase sete horas por que se prolongou a reunião foram por sua vez os projectos do PSD e do CDS — alvo de pormenorizadas análises por parte de vários oradores — bem como declarações de Cavaco Silva e de outros dirigentes da direita,



sendo unânime a conclusão de que o que pretendem não é a revisão da Constituição mas a sua completa subversão, num verdadeiro processo de ruptura constitucional.

Num breve encontro com a comunicação social num intervalo dos trabalhos, Carlos Brito iria mais longe e acentuaria a este propósito que se torna cada vez mais claro que as forças de direita ao mesmo tempo que procuram impor uma revisão subversiva da Constituição, «visam também antecipar a revisão constitucional através da aprovação de leis ordinárias escandalosamente inconstitucionais que atacam conquistas e traços fundamentais do regime democrático».

Na sua corrida desenfreada para se antecipar à revisão, o Governo enviou já com efeito para a Assembleia da República, o pacote das privatizações (leilão das empresas públicas de comunicação social, lei sobre alienação das participações do Estado, lei da privatização dos 49 por cento das empresas públicas) e o pacote laboral (de onde se destaca a liberalização e a redução da protecção legal dos representantes eleitos dos trabalhadores) tendo ainda em carteira o pacote agrícola, o qual, pelo que já se sabe, prevê a prática liquidação da Reforma Agrária, a diminuição dos direitos dos rendeiros e a retirada dos baldios aos povos.

De acordo com opiniões expres-

sas na reunião e a que o texto de apoio distribuído aos participantes dá particular ênfase, importa sublinhar que o Governo de Cavaco Silva tem em mira com este plano atingir quatro objectivos: primeiro, tornar a dificuldade dos dois terços necessários à alteração de qualquer norma constitucional; segundo, esvaziar antecipadamente e tanto quanto possível o conteúdo da revisão constitucional; terceiro, comprometer o PS desde já em alterações de facto da Constituição; por último, onde não conseguirem atingir tais objectivos, aumentarem o capital de acusação à Constituição, alimentando por esta forma a campanha para a sua revisão subversiva. Como salientou Carlos Brito, tais diplomas

constituem a «tropa de choque» do Governo para «enfraquecer as forças que defendem a Lei Fundamental».

As cedências do PS

Exame atento dos militantes comunistas mereceu igualmente o projecto de revisão do PS — partido com especiais responsabilidades no processo de revisão — sendo opinião geral de que este contém aspectos positivos e que divergem dos projectos de direita mas onde não estão ausentes simultaneamente aspectos particularmente negativos, cedências e coincidências com a direita, especialmente no que diz res-

peito à organização económica (nacionalizações e Reforma Agrária).

«Instrumento de defesa activa da Constituição e contributo para o reforço da liberdade e o aprofundamento da democracia nascida do 25 de Abril», foi por último, em resumo, a definição dada ao projecto de revisão apresentado pelo PCP. Partido a quem incumbiu uma contribuição decisiva na luta contra a revisão subversiva da Lei Fundamental tal como contra os pacotes inconstitucionais, batalha esta que pressupõe «a unidade dos democratas e coloca como questão central a acção de massas contra os pacotes do Governo e a participação popular no processo de revisão da Constituição.»

A reunião nacional de quadros do PCP versando o tema a «participação popular no processo de revisão da Constituição» reuniu em Lisboa no salão da Junta de Freguesia de Alcântara perto de três centenas de militantes comunistas oriundos de todos os pontos do País.

Os trabalhos, que se prolongaram durante todo o dia de sábado até perto das 19 horas, foram dirigidos por uma mesa onde se encontravam os camaradas Carlos Brito, José Casanova, José Vitoriano, Luís Sá e Jerónimo de Sousa.

A Justiça e os direitos fundamentais, o Poder Local e a regionalização, a juventude, a agricultura, a comunicação social, o sector empresarial do Estado, os pacotes governamentais, a ofensiva contra as nacionalizações, o sistema eleitoral e a acção do Grupo Parlamentar do PCP foram alguns dos temas focados nas cerca de duas dezenas de intervenções produzidas ao longo do Encontro.

Confiança e empenhamento partidário foram ainda notas salientes que transpareceram do ambiente vivido neste Encontro sobre revisão constitucional, processo que condicionará e do qual dependerá em larga medida o futuro do regime democrático e da nossa vida colectiva.



A reunião decorreu no último sábado no salão da JF de Alcântara em Lisboa, com camaradas oriundos de todas as regiões do País

Revisão constitucional: Aperfeiçoar ou subverter

Na intervenção de encerramento do Encontro, o camarada Carlos Brito consubstanciou em seis pontos os aspectos mais relevantes a retirar do debate.

O papel da participação popular na revisão da Constituição constituiu o primeiro aspecto a ser destacado, considerando-o «decisivo» e lembrando que a Constituição «terá tanto mais força e a direita mais dificuldades» quanto maior for a transparência e a participação dos trabalhadores e do povo português em todo o processo.

O segundo aspecto a merecer referência reside na circunstância dos resultados de 19 de Julho não terem qualquer relação directa — como a direita pretende fazer crer — com o processo agora iniciado. «As eleições não tiveram carácter plebiscitário em relação à Constituição, nem sequer foram alvo da campanha eleitoral», afirmou, para logo recordar a tese do PCP segundo a qual o apoio eleitoral de que o Governo beneficiou não tem correspondência num apoio político e social à sua acção governativa.

A tentativa de querer antecipar a revisão constitucional, procurando deste modo nomeadamente ultrapassar as dificuldades dos dois terços, esvaziar o conteúdo da revisão e aumentar o capital de acusação ao Texto Fundamental caso não

vençam as suas pretensões, constitui, por seu turno, o terceiro ponto a merecer realce da reunião do último fim-de-semana.

Objecto de destaque do líder parlamentar comunista foram em quarto lugar os projectos de revisão dos partidos de direita, projectos que em seu entender visam nada mais nada menos do que a «subversão do regime». Na prática, o que pretendem, sublinhou, é «substituir a Constituição progressista do 25 de Abril pela Constituição de Cavaco Silva», projecto «sombrio» que não tem nada de «inovador ou moderno».

O papel do PS neste contexto foi

por sua vez, o quinto motivo de reflexão introduzido na intervenção do dirigente comunista que a este propósito lembrou que se trata de um projecto com «aspectos positivos e que divergem da direita, mas que tem também em elevado grau, ao mesmo tempo, graves cedências». Recordando a revisão de 82, Carlos Brito acentuou que a unidade com os socialistas deve ser feita pelos «pontos mais altos da fasquia», ou seja, não cedendo no respeito pelas regras (limites formais e materiais da revisão) ou na defesa das conquistas da Revolução. «A resposta é de luta e de trazer para a luta e é aqui que surge a batalha do escla-

recimento», garantiu.

Como sexta e última nota a reter, encontra-se o papel do PCP, partido que é chamado de novo a «intervir» numa batalha que pode ser decisiva. Nesse sentido, lembrou, mantém-se o conflito central dos últimos onze anos, isto é, ou a consolidação e defesa do regime democrático ou a sua subversão. «A nossa atitude não é defensiva», acentuou ainda, para referir que o PCP apresentará um projecto próprio susceptível de acolher outras propostas desde que estas visem o aperfeiçoamento da Constituição e nunca a sua subversão como os partidos da direita e o Governo pretendem. ■

A subversão do PSD

A revisão da Constituição aparece como uma arma que a reacção, o Governo, o PSD procuram utilizar para, alterando inteiramente a Lei Fundamental e aprovando de facto uma nova Constituição, institucionalizar a subversão e a liquidação das conquistas de Abril e do regime democrático de que estas são componentes.

O projecto do PSD de revisão da Constituição, violando os limites materiais de qualquer revisão, pretende:

- a eliminação das normas que consagram a irreversibilidade das nacionalizações e a consequente liberalização sem quaisquer limites ou regras constitucionais da privatização das empresas públicas;
- a eliminação das normas que consagram a reforma agrária e visam a eliminação do latifúndio, bem como das que interditam a sua restauração;

- a redução dos direitos dos trabalhadores e das suas organizações, com destaque para a eliminação da garantia constitucional de que compete aos trabalhadores definir o âmbito e os interesses a defender através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito;
- a violação do princípio da representação proporcional, conduzindo na prática à sua eliminação e outras graves adulterações dos princípios democráticos do actual sistema eleitoral.

O projecto do PSD adianta muitas outras propostas que conduziriam à completa desfiguração do regime democrático, ao desequilíbrio a favor do Governo das relações de competência entre os órgãos de soberania e à hegemonização pelo PSD da vida política nacional, como:

- a redução dos prazos relativos à promulgação pelo PR dos decretos-lei do Governo e, na proposta de introdução do referendo, a possibilidade de ultrapassar a oposição do Presidente da República;
- a redução da competência fiscalizadora da Assembleia da República em relação à legislação produzida pelo Governo;
- a introdução do referendo (sem quaisquer limites ou regras que previnam a sua perversão plebiscitária, incluindo o referendo sobre a Constituição), que nas condições actuais poderia ser imposto pelo PSD sozinho sobre qualquer matéria à sua escolha.

O projecto do PSD procura também impôr em termos constitucionais graves limitações aos direitos sociais designadamente no acesso ao ensino, à habitação e à saúde e a eliminação do Serviço Nacional de Saúde.

Não se trata de uma simples revisão. Trata-se de ruptura e subversão.

(Comité Central do PCP, 11 e 12 de Dezembro 1987) ■



Carlos Brito no encerramento dos trabalhos

E agora, presidente Abecasis?!...

CDU quer pelouros na Câmara de Lisboa

A segunda força política mais importante do Concelho de Lisboa — a CDU, integrada por comunistas e seus aliados — não tem qualquer pelouro distribuído no executivo camarário, estando por isso (e há anos) impedida de intervir na gestão da cidade. Trata-se de uma aberração que subitamente saltou para as páginas dos jornais devido a mais uma iniciativa dos vereadores da CDU solicitando, institucional e formalmente, ao presidente Abecasis — que, legalmente, tem a responsabilidade da gestão — a distribuição de pelouros.

Até agora não há qualquer resposta por parte do presidente da Câmara, aguardando-se com expectativa a evolução dos acontecimentos, como ficou patente na concorrida conferência de Imprensa dada no início desta semana pelos vereadores apoiantes da CDU, explicando as razões da sua solicitação. Os numerosos jornalistas que participaram nessa conferência de Imprensa, representando a generalidade dos órgãos de Comunicação Social, mostraram bem o interesse que esta iniciativa está a despertar. Por isso mesmo entrevistámos os quatro vereadores apoiantes da CDU que estiveram com os jornalistas na passada segunda-feira. São eles Rui Godinho, Victor Costa, Victor Alves (todos do PCP) e Anselmo Anibal (independente). Segue-se a condensação das suas respostas ao «Avante!».

Anselmo Anibal começou por historiar a posição dos vereadores da CDU em relação à atribuição de pelouros:

Sempre entendemos que a outorga de pelouros — isto é, a gestão de áreas sectoriais de intervenção municipal — nos Municípios, deve reflectir a das representatividades efectivas do julgamento do eleitorado face às várias forças políticas. Na Câmara de Lisboa sempre nos disponibilizámos a essa prática. Tivemos um Pelouro, o das Obras, no mandato autárquico de 1977 a 1979 e procurámos aí uma intervenção sobre todos os aspectos funcionais e urbanos, dando especialíssima atenção às zonas mais degradadas. Em 80-82, com a maioria de 9 vereadores da AD no conjunto de 17, o problema não foi posto por essa maioria. Em 83-85, quando a representação do PSD e CDS se reduziu a 7 vereadores, propusemos de novo a nossa intervenção em Pelouros — designadamente na gestão de obras municipais, face à estrutura orgânico-funcional existente — mas a situação evoluiu para, no contexto da «época do Bloco Central», uma homogeneização CDS-PSD/PS, protagonizada pelo Eng.º Abecasis. Em 86, em resultado das eleições autárquicas, reafirmámos a nossa disponibilidade que não foi aceite liminarmente pelo Presidente. Afirmou-se então antagonismo do programa e das metodologias de acção e enquadramento dos recursos.

A Câmara continuou, assim, a ser gerida pelo CDS-PSD e PS em termos e condições formalizadas por protocolos de partilha do poder e da estrutura de aliança.

Entretanto a CDU não tem ficado parada, apesar de impedida de intervir directamente na gestão da cidade:

Temos vindo a construir um projecto alternativo — de concepção e construção — feito ao mesmo tempo na Câmara, nas Freguesias e na Assembleia Municipal, um projecto colectivamente assumido e consolidado. Daí a Câmara alternativa, que apresentámos recentemente, não ser a formulação de um simples desejo, mas o equacionamento de propostas crescentemente consolidadas e aferidas.

Na verdade o grupo de vereadores apoiantes da CDU têm apresentado, ao longo dos anos e a par de severas críticas à gestão camarária, inúmeras propostas de actuação,

fundamentadas em estudo sério e qualificado levantamento dos problemas, produzindo assim a mais profunda análise da cidade de Lisboa jamais feita por qualquer outra força política com representação na Câmara.

Alguns exemplos

Anselmo Anibal começou também a apresentação de alguns exemplos ilustrativos dessa acção da CDU:

Já várias vezes propusemos a reestruturação dos Serviços Municipais, pois muito do desmazelo urbano de Lisboa decorre do su-



de Alfama, Mouraria e Bairro Alto. São propostas onde é adiantada uma metodologia de intervenção em dois tempos: um primeiro constituído por medidas cautelares e de emergência, que atalhe a degradação crescente e garanta a permanência do tecido urbano e arquitectónico para reabilitação; um segundo, no sentido de desenvolver e executar planos de pormenor integrados de recuperação das áreas referidas.

Uma nota importante e a reter: estas propostas têm como objectivo o parque habitacional e o património cultural, fixando as populações residentes nos diversos locais a recuperar. Isto é um ponto de honra das nossas propos-

de CDU sobre esta matéria quando da discussão do Plano de Actividades e Orçamento para 1987, esta foi aprovada por unanimidade mas nunca foi implementada; por esse motivo retomámos a mesma proposta na reunião do passado dia 27, cujo tema era a discussão e aprovação do Orçamento para 1988 e... foi rejeitada!

É na verdade bizarra esta resistência da gestão Abecasis (mais PSD, PS e CDS) ao apetrechamento da Câmara, sabendo-se, como se sabe, das vantagens da administração directa na resolução de muitos problemas, quer pela maior rapidez e qualidade na concretização das obras, quer pela economia obtida. Mistérios... privados. Mas Victor Costa já retomava a palavra para falar de habitação:

Nesta matéria temos apresentado várias propostas, quer no sentido de promover a construção de habitação social, quer no sentido de recuperar o parque habitacional existente. Entre as primeiras, avulta a proposta para se negociar com a FENACHE (Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica) para cedência de terrenos com área significativa para construção de projectos cooperativos. A situação de Lisboa é extremamente grave nesta matéria, se atendermos às 15 730 barracas recenseadas, onde vivem cerca de 48 000 pessoas, e aos fogos sobreocupados, onde vivem 80 000 cidadãos.

Entretanto, no ano passado foi assinado entre a Câmara e dois institutos públicos, em cerimónia pública apadrinhada pelo primeiro-ministro Cavaco Silva em plena época eleitoral, um plano visando a construção de cerca de 10 000 fogos em sete anos. A discussão do Orçamento e Plano de Actividades da Câmara para este ano mostra, entretanto, que só estão garantidas cerca de 28% das verbas necessárias para este empreendimento, o que mostra a quebra de compromissos, quer por parte do Governo, quer por parte da Câmara.

Victor Alves rematou esta «ron-da» de exemplos da actividade da CDU, comentando:

Isto sem amiudarmos o vasto conjunto de propostas que apresentámos, nomeadamente no que toca à rede viária e trânsito, mercados, feiras e venda ambulante, desporto e actividades culturais, juventude, escolas e segurança social e, especificamente, sobre situações tão importantes como o desaparecimento do Monumental, a urbanização do Alto do Parque Eduardo VII (projecto Hilton), Alto do Lumiar, «torres do Tejo», etc.

Melhores soluções

Todavia, neste quadro, pôde pôr-se uma questão: como vai ser possível à CDU trabalhar com o engenheiro Abecasis, dada a sua conhecida, frontal e aguerrida oposição à política por ele conduzida na Câmara Municipal de Lisboa? Anselmo Anibal respondeu-nos:

A nossa participação em pelouros, que é uma decorrente da expressão eleitoral municipal que Lisboa tem, não avaliza a gestão que tem sido protagonizada pelo engenheiro Abecasis e sobre a qual nos pronunciamos em todos os momentos necessários. Trata-se, sim, de gerir sectores de actividade em que impoza um ritmo, um estilo e uma vontade política claramente diferentes, que trarão de certeza melhores soluções num tempo relativamente breve.

Essa Intervenção sectorial só será possível em áreas em que não há uma oposição na raiz dos conceitos e do entendimento da cidade. Manteremos — como é evidente e sempre temos frisado — a mais completa independência de julgamento, de crítica sobre a gestão prosseguida e que variadas vezes temos qualificado de medíocre e desastrosa nos seus traços gerais. Daí não aceitarmos integrar aquilo que o engenheiro Abecasis tem classificado «a sua maioria homogénea» (compsta pelo PSD/CDS/PS) nem aceitamos subscrever qualquer protocolo que defina direcções de actuação quanto à política geral da Câmara.

Entretanto Krus Abecasis tem afirmado ultimamente que «há várias maiorias possíveis dentro da Câmara». Será que estará, deste modo e em alguma medida, a «contar» com a CDU para pressionar alguém? Victor Costa esclareceu-nos:

A nossa entrada não poderá, obviamente, servir de pretexto à saída de outros. Aceitamos ter pelouros, não marginalizando outras grandes forças políticas e em condições que, desde sempre, são conhecidas: conformemente à nossa representatividade eleitoral, com trabalho em áreas significativas e com recursos disponibilizados, em autonomia de julgamento face ao âmbito geral de actuação do município.

Uma última nota: a vida já demonstrou profusamente a indispensabilidade da CDU na resolução dos problemas da cidade de Lisboa. ■

• Entrevista com os vereadores Rui Godinho, Victor Costa, Victor Alves e Anselmo Anibal

baproveitamento do aparelho municipal nos seus diversos serviços e nas suas variadas valências. A não reestruturação dos serviços tem permitido um verdadeiro escândalo de gestão, que é o facto de a Câmara ter realizado, quer em 1986, quer em 1987, menos de 50% dos investimentos previstos. E estamos a falar de um município com cerca de 10 000 trabalhadores, dos quais cerca de 400 são quadros técnicos, gerindo um orçamento de 30 milhões de contos/ano, com 14,7 milhões para investimentos!

Victor Costa pegou, entretanto, noutra exemplo da dinâmica da CDU na Câmara Municipal de Lisboa:

Já apresentámos e retomámos várias vezes a proposta para que seja elaborado o Plano Director Municipal; trata-se de um instrumento indispensável para o desenvolvimento equilibrado e racional das diferentes funções urbanas da cidade, em coordenação com a região. Até agora não se avançou nada...

Património a defender

Rui Godinho interveio, trazendo à baila a intervenção da CDU na defesa das zonas patrimoniais históricas:

Fomos nós que propusemos a recuperação e a reabilitação urbana e arquitectónica dos bairros

tas para estes bairros.

Mas apresentámos mais, para outras zonas e áreas importantes da cidade, com este mesmo objectivo. É o caso da recuperação das vilas operárias (certo tipo de habitação construído em Lisboa entre os finais do século passado e os anos 20/30, no período da industrialização crescente para albergar as massas de trabalhadores que afluíam à cidade — e há-os na Graça, em Xabregas, Alcântara e Campo de Ourique), dos núcleos antigos de Carnide, Paço do Lumiar, Ameixoeira, Charneca e Olivais Velho, da Avenida da Liberdade e áreas adjacentes, de toda a zona ribeirinha, com o objectivo de devolver o Tejo à cidade, articulando-o com os bairros históricos. Apresentámos ainda a proposta de classificação de toda a colina do Castelo como património mundial (o que já foi aprovado).

Sem máquinas

Foi a vez de Victor Alves recordar o que a CDU fez em relação à não existência de um parque de máquinas na Câmara Municipal de Lisboa:

Trata-se de um duplo escândalo: um, pelo simples facto de uma cidade com a complexidade de problemas como os de Lisboa, não ter um parque de máquinas próprio; o outro porque, tendo sido apresentada uma proposta

Paz na Nicarágua

passa pelos EUA

projecto de paz para a América Central, que tem na regularização da situação nicaraguense um dos seus principais vectores, conheceu a semana passada um novo desenvolvimento: a realização, pela primeira vez, de conversações directas entre o governo da

Nicarágua e os «contras».

Anunciadas no final da última cimeira centro-americana, as negociações iniciaram-se balizadas entre dois acontecimentos que atestam bem as dificuldades de levar à prática o plano de paz. Antecedendo o encontro, foi derrubado na Nicarágua um avião procedente das Honduras que lançava armas e víveres para os «contras», em manifesta violação dos acordos de Esquipulas. Precedendo as negociações, está o pedido da administração Reagan ao Congresso de novos financiamentos aos grupos armados anti-sandinistas.

Numa palavra, a paz na América Central — e muito em particular na Nicarágua — passa por Washington.

A celebração de um acordo sobre o cessar-fogo era o objectivo central das negociações de São José da Costa Rica, embora, como é do reconhecimento geral, a sua grande importância resida no facto de se realizarem.

Como alertou o presidente costarriquenho, Oscar Arias, «não convém alimentar demasiadas expectativas em relação à reunião», pois sejam quais forem os seus resultados imediatos, o respectivo impacto, tal como a sua análise, só serão possíveis a médio prazo.

Pela simples razão, atestada por exemplos passados e recentes, de caber neste processo uma responsabilidade ineludível aos Estados Unidos.

É do conhecimento geral que, antes de partirem para a Costa Rica, os dirigentes dos «contras» se reuniram em Washington com o secretário de Estado George Shultz e não foi propriamente com o objectivo de lhe apresentarem cumprimentos.

Sabe-se também que, nas vésperas das conversações, Oscar Arias recebeu o representante especial de Reagan na América Central, Morris Busby, cuja missão era a de tentar convencer o presidente da Costa Rica de que a ajuda aos «contras» pedida pela administração norte-americana é «praticamente insignificante». De salientar o facto de, na ocasião, Oscar Arias ter reafirmado a sua oposição à continuação de tal ajuda, alertando para a necessidade dos EUA apoiarem os esforços de paz.

Não se ignora, por outro lado, que os acordos de Guatemala não obrigam apenas a Nicarágua mas todos os Estados signatários e que, ao contrário do que certa imprensa procura fazer crer, as infracções ao estabelecido não têm partido do governo sandinista.

O derrube em território nicaraguense de um avião DC-6, proveniente das Honduras, é bem o exemplo disso. De acordo com as declarações do único sobrevivente, Alejandro Herrera, o avião saiu da ilha hondurenha El Cisne, uma base militar que dispõe de uma pista de aterragem com três mil metros e casas de campanha onde vivem os soldados norte-americanos aí estacionados. Em El Cisne, de acordo com as declarações de Herrera, encontram-se também 45 soldados hondurenhos.

Não se trata de nenhuma novidade. De há muito que as Honduras estão transformadas numa autêntica base militar norte-americana, verdadeiro trampolim para as intervenções armadas contra a América Central. Ai se refugiam os «contras», recebem instrução e treino militar, informações e planos de ataque à Nicarágua.

Fazendo fronteira com El Salvador, Nicarágua e Guatemala, o território das Honduras serviu já de centro de apoio aos ataques contra Cuba em 1961, contra a República Dominicana em 1965, por exemplo, e é palco constante dos jogos de guerra dos EUA na região.

Basta referir que em meados de Novembro último se encontravam no país 15 500 soldados norte-americanos para participar na quarta fase das manobras «Blazing Trail», ditas conjuntas. Como de costume, a ocasião foi aproveitada para novas transferências de equipamento bélico e a construção de infra-estruturas militares.

Como é evidente, a manter-se este estado de coisas, que viola um dos principais princípios dos acordos da Guatemala, segundo o qual nenhum dos países poderá servir de base para agressões aos outros, a boa vontade manifestada pelo governo sandinista não bastará para levar a bom termo o plano de paz.

Um relatório pouco divulgado

Num artigo publicado recentemente na imprensa norte-americana, o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, refere as dificuldades que se colocam à paz na região e demonstra, de forma clara, como os EUA são os principais responsáveis pelo facto.

Cita, a propósito, um relatório a que a imprensa não deu qualquer destaque. Trata-se do relatório da Comissão Internacional para a Verificação e a Aplicação dos acordos de paz, um documento de 100 páginas apresentado em São José, onde se revela que a Nicarágua, tal como a Costa Rica, cumpriram mais integralmente os acordos do que qualquer outro país da região.

No entanto — diz Daniel Ortega — as afirmações falsas da campanha de desinformação da Administração Reagan contra nós continuavam a ser objecto de grande publicidade. A fim de esclarecermos inequivocamente a nossa posição, demos os últimos passos no sentido do cumprimento dos acordos de paz, sem esperar que os outros países fizessem o mesmo, como o tínhamos combinado em São José a 16 de Janeiro de 1988.

O que está agora em causa é a seguinte questão: nós, na América Central, no exercício da nossa



Viver e trabalhar em paz, uma aspiração que está ainda longe de se tornar realidade na América Central

soberania de nações independentes, chegámos a acordo sobre um plano regional destinado a trazer a paz, a justiça e a democracia aos nossos países.

Os Estados Unidos têm de dar uma oportunidade a essa pacificação, deixando de sabotar o acordo regional de paz. Têm de deixar de financiar o sofrimento, a morte e a destruição, a bem da América Central e da imagem dos Estados Unidos em todo o hemisfério.

A decisão de Reagan de pedir ao Congresso 36 milhões de dólares para os «contras», dos quais «ape-

nas» 10 por cento seriam para armamento, ainda que represente um recuo considerável (a proposta inicial era de 270 milhões), não é propriamente a resposta desejada pelos povos centro-americanos.

Nem sequer por grande parte dos norte-americanos, onde as iniciativas de protesto contra a guerra à Nicarágua tendem a generalizar-se.

A greve de fome que várias dezenas de pacifistas norte-americanos anunciaram levar a cabo nas escadas do Congresso é disso testemunho. Outro tanto se pode dizer do número crescente de congressistas que publicamente se afirmaram con-

trários à continuação dessa ajuda.

Lee Hamilton, presidente do comité especial permanente para a investigação do caso «Irangate» da Câmara dos Representantes, foi claro ao afirmar que a concessão de nova ajuda militar terá como resultado «o prosseguimento e a escalada da guerra».

O mesmo pensa a maioria dos políticos e dos meios de comunicação social dos países centro-americanos, para quem a intenção de Shultz de visitar os seus países será (caso o Congresso aprove o pedido de Reagan) como uma inspecção às «ruínas do diálogo pacífico». ■

Juventude... só para eleições!

Em períodos eleitorais «eles» falam na juventude. A quem prometem este e o outro mundo. Depois, a música é outra. O desemprego, a pobreza da formação profissional, as más escolas, as entupidas saídas das carreiras profissionais, os obstáculos constantes aos mais novos das carreiras profissionais (professores, médicos, trabalhadores de vários sectores), os bloqueios à justa formação cívica, cultural e desportiva de largas camadas de jovens, a redução do subsídio para os jovens à procura do 1.º emprego, acabam por constituir a realidade imposta por uma política que se quer servir dos jovens, sem os servir minimamente. Os exemplos surgem de cima. Mas também ao nível dos municípios isso sucede no dia-a-dia. Como por exemplo nas **Caldas da Rainha**, onde o presidente PSD, a JSD e os simpatizantes do Governo decidiram agora deixar cair (ou ameaçar) a Comissão Municipal de Juventude.

Neste contexto de abandono e frieza, uma voz se ergueu: a da JCP, que em nota divulgada há dias pela sua Comissão Concelhia afirma: «O nosso concelho, grande centro estudantil e industrial, com tradições culturais próprias, não pode abdicar de uma forte participação da juventude no seu desenvolvimento em todas as áreas de actividade.

«A criação de uma CMJ é um dado de grande importância para que os jovens se sintam integrados na sociedade a que pertencem.

«A JCP tudo fará para que este processo se torne transparente.»

O Algarve Cavaco e a regionalização

Mais uma vez este ano a instituição da Região Administrativa foi colocada, justamente, no centro dos vários debates produzidos, da cultura à economia, no 5.º Congresso do Algarve (ver última edição do *Avante!*). Só que, pela voz de destacados dirigentes regionais e nacionais do PSD, entre eles, o actual ministro dos Assuntos Parlamentares, foi lançado um autêntico balde de água fria sobre tão importante aspiração. De facto, os dirigentes do PSD, dando o dito pelo não dito e contrariando todas as promessas eleitorais, feitas nesse sentido, vieram afirmar que quanto à regionalização o melhor seria esperar. Defendendo de novo o princípio da simultaneidade na instituição das regiões e limitando drasticamente os poderes a conferir às mesmas (o projecto apresentado pelo PSD retira a capacidade das futuras regiões elaborarem os seus planos de desenvolvimento e ordenamento do território), o PSD não só procura adiar para um horizonte longínquo a implementação no Algarve de tão importante processo, mas ainda fazer das futuras regiões órgãos que não respondam às necessidades reais da sua concretização. Apesar do visível embaraço, demonstrado pelos vários dirigentes do PSD para justificar o injustificável, socorrendo-se mais uma vez de habilidades demagógicas e processos pouco transparentes nos quais o PSD é mestre, o que fica claro é que, independentemente de uma outra posição individual, **o PSD, responsável pelo Governo de Cavaco, não**

Pontos Cardeais

quer a regionalização. A verdade é esta! É esse e só esse o julgamento que se pode fazer das posições do actual Governo sobre tão importante matéria. O que fica claro é que também aqui o Governo de Cavaco se prepara para não cumprir as promessas eleitorais. O que fica claro é que também aqui o Governo de Cavaco assume a sua verdadeira face (...)

(De uma nota recentemente divulgada pelo Executivo da DORAL do PCP)

Numa coisa «o jornal» acertou...

A provocação voltou às colunas do semanário «o jornal». Desta vez, comentando pretensas conclusões de uma reunião de militantes comunistas da Marinha Grande, no passado dia 23. Da molhada de disparates inventariados pelo escriba de serviço, há apenas um aspecto de inegável veracidade, quando se afirma em «o jornal» que a Marinha Grande é um dos concelhos historicamente importantes da militância e da actividade dos comunistas. Parabéns: aí acertaram.

Pela boca morre o peixe

... «compete aos socialistas-democratas encontrarem no seu seio as soluções necessárias e possíveis de unidade que permitam a

manutenção da UGT como uma estrutura de poder, funcionando em termos análogos aos que têm marcado a vida da central ao longo destes 10 anos...» As palavras são de Torres Couto, secretário-geral da UGT, em recente entrevista à Lusa. Vejam só, ao fim de tanto tempo descaiu-se. Afinal a UGT é uma estrutura de poder... o que é bem diferente duma estrutura sindical. Já nos tinha parecido que ali havia um engano qualquer!

Águas turvas

João Jardim e Krus Abecasis são duas das personagens nacionais que se deslocaram à África do Sul a pretexto de aí receber a caravela Bartolomeu Dias, réplica da original que há 500 anos dobrou o Cabo da Boa Esperança. Com eles, na praia de Mossel Bay, o representante do Governo encarregado de organizar as comemorações das Descobertas, dá as boas-vindas aos novos navegadores. O governo de Pieter Botha, que cada vez tem menos oportunidades para festas, agraciou a iniciativa com ambas as mãos. Ao menos na RTP, entre brindes e discursos, esquecer-se-á que Mossel Bay só está aberto aos brancos, que na África do Sul impera o *apartheid*, e que dali parte a guerra aos países da Linha da Frente. É caso para dizer que os 500 anos da efeméride mereciam um pouco mais de respeito e dignidade.

Gazetilha

por *Ignotus Sum*

Consciência deserta!

O Couto não acerta com uma explicação, quando concerta. Diz que a inflação está coberta e que a «concertação» é uma porta certa! Se o Capital aperta tudo em Couto é oferta.

Cavaco infesta a festa

Cavaco foi à festa dos campeões celebrados. Está certa a festa. Resta saber se estavam certos os convidados...

De queixas há um rol dos jogadores de futebol contra um Governo que se arroga posto e disposto a carregar no imposto de quem joga.

Oferecem-lhe uma bola. Cavaco rola com ela, bate com ela entre flores, ele que não vai à bola com os jogadores...

Era dia de festa ou era o dia da hipocrisia?...

O que aí vai com a SONAE!

Para Cadilhe a coisa bem não vai. Tropeçou com certeza no caminho. Falam-lhe na SONAE e fica com nervoso miudinho...

Eu cá, sou franco, não entendo o que li e o que escutei. A coisa mete um Banco onde Cadilhe esteve. Mais não sei.

Mais não sei, desta banda. Mas lá que anda nervoso, isso anda...

A memória do SIM

Cavaco tem dinheiro? Claro está. Mas assim só o dá a quem diz sim...

E tem TV de fungagá? É o seu mastim. Mas só o dá a quem diz sim...

Sorriso tem, de piacá, serpente branca no jardim? Tem. Mas só dá a quem diz sim...

Para mais ninguém, nada mais há. Cavaco toca o clarim e tudo o que há ele só dá a quem diz sim...

Como é que a gente não se há-de lembrar dos cortesãos de Salazar...

CINE DE ARTE Y ENSAYO



1

CINE DE ARTE Y ENSAYO



2

PERICH

Agenda

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 736

4 de Fevereiro de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta

LISBOA

Por iniciativa da célula de Escritores da ORL, recomeça «Ler e Dialogar», às 21.00, no Centro de Trabalho Vitória, hoje dedicado ao livro «Paixão do Conde de Fróis», de Mário de Carvalho.

ALGUEIRÃO/ MEM MARTINS

Sessão, às 21 e 30, sobre política internacional, com Vila-verde Cabral, no Centro de Trabalho.

BELAS

Plenário de militantes, às 21 e 30, no Centro de Trabalho.

CHAMUSCA

Reunião concelhia de quadros, às 16.00, no Centro de Trabalho, com a presença de Carlos Pinhão, membro do CC.

BEMPOSTA/ ABRANTES

Plenário de eleitos e activistas da CDU, às 15.00, na Sociedade Recreativa da Bemposta.

Sexta

CARTAXO

Reunião de operários agrícolas às 21.00, no Centro de Trabalho.

S. COSME/ GONDOMAR

Plenário de militantes às 21.30, no Centro de Trabalho.

VALBOM/ GONDOMAR

Plenário de militantes, às 21.30, no Centro de Trabalho.

S. PEDRO DA COVA/ GONDOMAR

Plenário de militantes, às 21.30, no Centro de Trabalho.

PORTO

Desfiles, a partir das 14.30 «Não ao Pacote Laboral do Governo, pelo Emprego, uma Vida Melhor». Locais de concentração: **Campo 24 de Agosto** e **Praça da Igreja de Cedofeita**, até à **Praça da Liberdade**. Em Gala, a concentração é na **Praça 25 de Abril**.

BARROSA/ BENAVENTE

Plenário de militantes, às 21.00

ST.º ESTEVÃO/ BENAVENTE

Plenário de militantes, às 21.00

BOMBARRAL

Tarde de convívio, a partir das 15.00, no salão da Junta de Freguesia.

BEJA

«Grandes Temas Políticos da Actualidade Nacional e Perspectivas de Evolução», em debate na Casa da Cultura e partir das 15.30, com a participação de: **António Murteira, Carreira Marques e Lurdes Hespanhol**.

ALPIARÇA

Baile de Máscaras, às 21.30, no Centro de Trabalho.

BAILE DE MÁSCARAS
ALPIARÇA
NO C.T. DO P.C.P.
6 de Fev 1988
21.30 H
MUSICA COM DISCO MÓVEL

Domingo

GUIMARÃES

Primeiro Encontro Concelhio da CDU, com início às 9.30, na Escola Preparatória João da Meira.

PORTO

1.ª Assembleia Distrital da JCP, com início às 10.00, na Casa D. Hugo.

COSTA DA CAPARICA

Plenário de militantes, às 16.30, no Centro de Trabalho.

PAÇO D'ARCOS

Plenário de militantes, às 15.00, no Centro de Trabalho.

CORROIOS

Plenário da Organização de Freguesia, às 15.30, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada João Bernardino, membro do CC.

CALDAS RAINHA

4.ª Assembleia de Organização Distrital de Leiria da JCP, cujo lema será: «Conviver, Debater, Lutar, Reforçar a JCP». A partir das 10.00, na Casa da Cultura.

Segunda

ALMADA

Plenário da célula do Arsenal do Alfeite, às 18.30, no Centro de Trabalho concelhio, com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Quarta

CORUCHE

Plenário distrital de Direcção das UCPs/Cooperativas, a partir das 10.00 no Centro de Cultura.

**1.ª ASSEMBLEIA DISTRITAL
DA JCP**
**ORGANIZAÇÃO REGIONAL
DO PORTO**
7 FEVEREIRO 1988 • CASA D. HUGO

O futuro é novo!

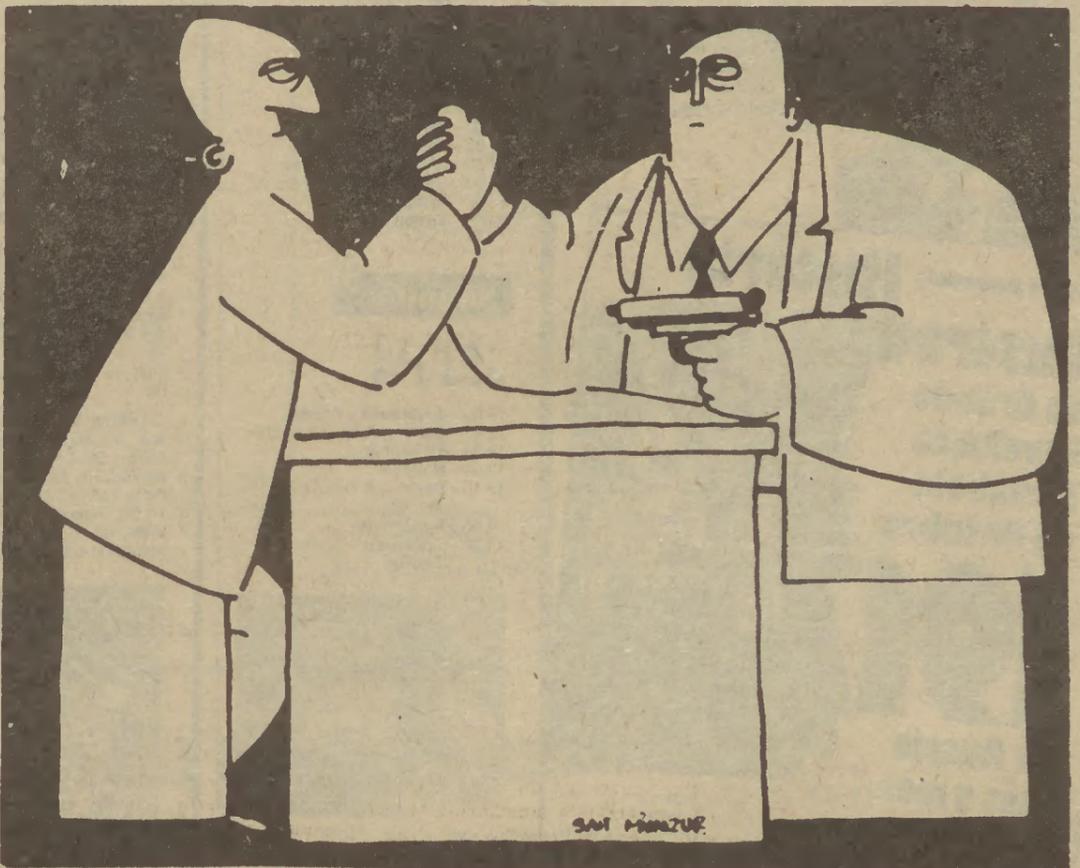
Juventude Comunista Portuguesa **JCP**

4 de Fevereiro Angola



Programa Comemorativo do 27.º aniversário do início da Luta Armada de Libertação Nacional

Hoje, sessão solene comemorativa, na Casa do Alentejo, às 21 horas, com a participação do embaixador da RPA, Daniel Matos, da Associação Portugal-Angola e de Maria Louro, da Comissão de Paz de Lisboa. Segue-se um Sarau Cultural e convívio, com o grupo «Os Raízes» e o artista Waldemar Bastos.



MUNZYP, Sait. (Turquia)
in «VI Bienal de Sátira», Gabrovo-Bulgária



1917 Há 70 anos uma revolução transformou o mundo!

A Revolução Socialista de Outubro, cujo 70.º Aniversário este ano se comemora, iniciou uma nova época na história da Humanidade.

As profundas transformações revolucionárias por ela introduzidas — e que o presente livro tão impressivamente nos relata e mostra — não tiveram apenas consequências na sociedade russa ou, além disso, se limitaram somente a influir no panorama mundial de então. Elas marcaram também as enormes e variadas alterações à escala mundial nos últimos setenta anos.

Sem conhecer a Revolução Socialista de Outubro é impossível compreender as profundas mudanças económicas, sociais e políticas que caracterizaram o nosso tempo, modelaram o nosso presente e perspectivaram o nosso futuro.



Albert Nenarókov é um historiador soviético, autor de obras sobre a história da Grande Revolução Socialista de Outubro, a guerra civil e o desenvolvimento cultural da URSS. Livros seus foram também editados no Brasil, Bulgária, Canadá, Estados Unidos da América, Hungria, Japão e RFA.

Albert Nenarókov História ilustrada da Grande Revolução Socialista de Outubro 1917 na Rússia mês a mês

Com a qualidade «Avante!» a diferença de uma visão científica do mundo

Quinta

RTP1

- 10.00 — Às Dez
- 12.15 — Telenovela — «Tudo ou Nada», 108 epis.
- 13.00 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 17.35 — Sumário
- 17.40 — Brinca Brincando
- 18.20 — Você Sabia Que...
- 18.55 — Série — «O Império de Carson», 81.º epis.
- 19.30 — Telejornal
- 20.05 — Boletim Meteorológico
- 20.15 — Telenovela — «Roque Santeiro», 81.º epis.
- 21.05 — Primeiro Andamento
- 21.45 — Telemundo
- 22.15 — Série — «A Clínica da Floresta Negra»
- 23.10 — 24 Horas
- 23.45 — Remate

RTP2

- 13.15 — Totally Live
- 14.10 — Pano Para Mangas
- 15.40 — Série — «Horizontes de Glória»
- 16.35 — Trinta Minutos Com...
- 17.10 — Telenovela — «Os Imigrantes», 181.º epis.
- 18.00 — Ponto Por Ponto
- 19.00 — Formula One
- 20.00 — Série — «Cidade Nua»
- 21.00 — Jornal das Nove
- 21.35 — Já Está!
- 23.00 — Série — «As Teias da Lei»

Sexta

RTP1

- 10.00 — Às Dez
- 12.15 — Telenovela — «Tudo ou Nada»
- 13.00 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 17.35 — Sumário
- 17.40 — Brinca Brincando
- 18.25 — Série — «Os Anos Não Contam»
- 18.50 — Série — «O Império de Carson»
- 19.30 — Telejornal
- 20.05 — Boletim Meteorológico
- 20.15 — Telenovela — «Roque Santeiro»
- 21.10 — «Sonhos de Ontem», 1.º epis.
- 22.00 — Programa das Festas
- 22.30 — 24 Horas
- 23.00 — Remate
- 23.10 — Pela Noite Dentro — «O Regresso de Perry Mason»

RTP2

- 13.13 — Totally Live
- 14.10 — Agora, Escolha!
- 15.40 — Série — «Os Anos Trinta
- 16.35 — Trinta Minutos Com...
- 17.10 — Telenovela — «Os Imigrantes»
- 18.00 — Ponto Por Ponto
- 19.00 — Formula One
- 20.00 — Série — «Cidade Nua»
- 21.00 — Jornal das Nove
- 21.30 — Clube de Jornalistas
- 22.00 — Série — «O Aventureiro de Monóculo»
- 23.15 — Troféu

Sábado

RTP1

- 09.00 — Juventude e Família
- 12.05 — Série — «A Água e a Vida»
- 12.30 — TV Mulher
- 13.00 — Notícias
- 13.10 — Série — «A Vida e o Mundo»
- 14.00 — Parlamento
- 14.30 — Concurso — «Sobe e Desce»



- 15.30 — Sessão da Tarde — «O Inocente»
- 17.20 — Quem Cala Consente
- 18.00 — Vivá Música
- 19.00 — Saber Saúde
- 19.15 — Sete Folhas
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Jornal de Sábado
- 21.00 — Boletim Meteorológico

TV

O Programa

- 21.10 — Série — «Cobardias»
- 22.00 — Espectáculo — «Mulheres de Calças»
- 23.05 — Cinema da Meia-Noite — «Noite de Verão 42»

RTP2

- 09.00 — Compacto Totally Live
- 13.00 — Compacto — «Tudo ou Nada»
- 16.00 — Troféu
- 21.00 — Série — «Colette»
- 22.00 — Concorde ou Talvez Não — «Anos 80: os Anos do Dinheiro»

Domingo

RTP1

- 09.00 — Juventude e Família
- 11.15 — Missa
- 12.00 — 70x7
- 12.30 — TV Rural
- 13.00 — Notícias



- 13.10 — Série — «Pequenas e Médias Empresas — uma Aposta no Futuro», 1.º epis.
- 13.40 — Série — «A Casa de Irene»
- 14.05 — Série — «A Década da Destruição»
- 15.00 — Desenhos Animados
- 15.20 — Primeira Matinée: «Mentiras Brancas»
- 17.00 — Clube Amigos Disney
- 19.00 — Série — «Um Anjo na Terra»
- 20.00 — Jornal de Domingo
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.40 — Eu Show Nico
- 21.30 — Série — «Pais e Filhos»
- 22.35 — Domingo Desportivo.

RTP2

- 09.00 — Music Box
- 10.00 — Troféu
- 12.30 — A Infância Antes dos 5 Anos
- 13.00 — Music Box Especial — «Boy George»
- 14.00 — Caminhos
- 14.30 — Novos Horizontes
- 15.00 — Troféu
- 18.00 — Série — «5.ª Dimensão»
- 18.55 — Piano Bar

- 20.00 — Série — «Quem Sai aos Seus...»
- 20.25 — Artes e Letras
- 21.30 — CineClube — «O Expresso de Shangai».

Segunda

RTP1

- 10.00 — Às Dez
- 12.15 — Telenovela — «Tudo ou Nada»
- 13.00 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 17.35 — Sumário
- 17.40 — Brinca Brincando
- 18.20 — Um Certo Sorriso
- 18.55 — Série — «O Império de Carson»
- 19.30 — Telejornal
- 20.05 — Boletim Meteorológico
- 20.15 — Telenovela — «Roque Santeiro»
- 21.10 — Concurso — «Com Pés e Cabeça»
- 22.50 — 24 Horas
- 23.20 — Remate

RTP2

- 13.15 — Totally Live
- 14.10 — Agora, Escolha!
- 15.40 — Sinfonia Fantástica
- 16.40 — Trinta Minutos Com...
- 17.10 — Telenovela — «Os Imigrantes»
- 18.00 — Ponto Por Ponto
- 19.00 — Campeonato do Mundo de Andebol
- 20.00 — Série — «Cidade Nua»
- 21.00 — Jornal das Nove
- 21.30 — Campeonato do Mundo de Andebol
- 22.30 — Teatro Português — «Um Jeep em 2.ª Mão»

Terça

RTP1

- 10.00 — Às Dez
- 12.15 — Telenovela — «Tudo ou Nada»
- 13.00 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 17.35 — Sumário
- 17.40 — Brinca Brincando
- 18.25 — Série — «O Império de Carson»
- 19.30 — Telejornal
- 20.05 — Boletim Meteorológico
- 20.10 — Vamos Jogar no Totobola
- 20.25 — Telenovela — «Roque Santeiro»

- 21.10 — Programa da Direcção de Informação
- 22.00 — Série — «Acção em Miami»
- 22.50 — 24 Horas
- 23.50 — Remate

RTP2

- 13.15 — Totally Live
- 14.10 — Dois Dedos de Conversa
- 15.40 — Série — «A Dama de Monserau»
- 16.35 — Trinta Minutos Com...
- 17.10 — Telenovela — «Os Imigrantes»
- 18.00 — Ponto Por Ponto
- 19.00 — Fórmula One
- 20.00 — Série — «Cidade Nua»
- 21.00 — Jornal das Nove
- 21.35 — Série — «Lá Em Casa Tudo Bem»
- 22.05 — CinemaDois — «A Noite é Perversa», real. Francis Ford Coppola (EUA/1966)

Quarta

RTP1

- 10.00 — Às Dez
- 12.15 — Telenovela — «Tudo ou Nada»
- 13.00 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 17.35 — Sumário
- 17.40 — Brinca Brincando
- 18.20 — Série — «Prática das Coleções», 1.º epis.
- 18.55 — Série — «O Império de Carson»
- 19.30 — Telejornal
- 20.05 — Boletim Meteorológico
- 20.15 — Telenovela — «Roque Santeiro»
- 21.05 — Lotação Esgotada — «Manhattan», real. Woody Allen (EUA/1979)
- 22.50 — 24 Horas
- 23.20 — Remate

RTP2

- 13.15 — Totally Live
- 14.10 — Agora, Escolha!
- 15.40 — Piano Bar
- 16.35 — Trinta Minutos Com...
- 17.10 — Telenovela — «Os Imigrantes»
- 18.00 — Ponto Por Ponto
- 19.00 — Campeonato do Mundo de Andebol
- 20.00 — Série — «Cidade Nua»
- 21.00 — Jornal das Nove
- 21.30 — Campeonato do Mundo de Andebol
- 22.30 — Série — «O Fim do Império Britânico»

Teatro

O Cartaz

LISBOA

Teatro Aberto, Praça de Espanha, De 4.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **A Dama do Maxim's**, de Georges Feydeau, enc. de João Lourenço (a partir de amanhã).

Teatro Ibérico, Rua de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30; dom., às 17.00. **Lendas de Amor e Morte**, de Yukio Mishima, enc. de José Blanco Gil.

Teatro Maria Matos, Av. Miguel Contreiras. De 3.ª a dom. às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. **Toma Lá Revista**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal,

enc. de Francisco Nicholson.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **Metro-Cabaret**, de Fernando Gomes.

Teatro Vasco Santana, Av. da República, de Júlio Dinis, enc. Lúzia Maria Martins.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00, 20.30 e 23.00. **Festa no Parque**, de José Viana.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

PORTO

Casa do Infante, De 3.ª a sáb., às 21.45; sáb. e dom., às 17.30. **O Marinheiro**, de Fernando Pessoa, enc. Fernando da Costa, pelo Teatro Caixa de Pandora (até 13/2).

ESTORIL

Teatro Mira Casimiro, Av. Fausto Figueiredo. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom., às 16.00. **O Balcão**, de Jean Genet, enc. de Carlos Avilez.

SETÚBAL

Teatro de Bolso, Rua Balneário Dr. Paula Borba. De 5.ª a

dom., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O Médico à Força**, de Moilère, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.

Para Crianças

LISBOA

Junta de Freguesia de Carnide, Largo das Pimenteiras, 6-A. **A Moda da Minha Avó**, pelo Teatro de Animação os PAPA-LÉGUAS.

TIL — Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. dom. e feriados, às 16.00. **O Avestruz Mecânico**, de Carlos Manuel Rodrigues. Enc. Bento Martins.



Visite o Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10

Cinema

A selecção

...e ainda

Música, debates, etc.

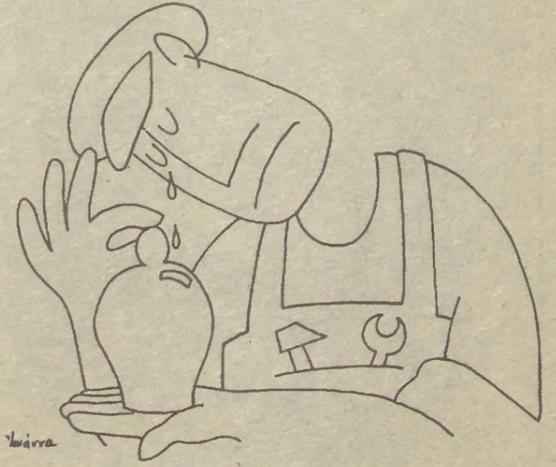
		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	As Asas do Desejo	★★★	★★★★	★★★	★★★	—
B	O Siciliano	★★★	—	*	—	*
C	O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
D	Sem Eira nem Beira	—	—	★★★	—	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Wim Wenders — Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Michael Cimino — Alfa/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Bernardo Bertolucci — Las Vegas/2 (15.00, 18.15, 21.30); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/3 (14.15, 17.45, 21.00) — Lisboa.
 D — Real. Agnès Varda — Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa

Ler & Dialogar

Mais um debate, sob o lema «O Livro e o Autor Aberto ao Leitor», que se realiza no Centro de Trabalho Vitória. Hoje, às 21 horas, o Livro será «A Paixão do Conde de Frois». O Autor é Mário de Carvalho.



Música

Obras para piano e grandes pianistas nos concertos a realizar esta semana no Grande Auditório da Gulbenkian:

— Hoje às 21.30 e amanhã às 18.30 o pianista Stanislav Bunin e a Orquestra Gulbenkian com o maestro Viatcheslav Ovtchinnikov interpretam, entre outras peças, o Concerto n.º 27 de Mozart;

— segunda-feira, dia 8, concerto de piano por Emile Naoumoff com obras de Ravel; de Fauré e

mena Amaro e Oliveira Lopes, com Nicholas Menair ao piano. Às 17 horas, com entrada livre.

Ainda na Gulbenkian mas no Centro de Arte Moderna, o grupo britânico The Light Blues, um sexteto vocal masculino (contratenores, tenores, barítono, baixo)

Em Coruche, Igreja da Misericórdia, concerto de música medieval com o grupo La Batalla dirigido por Pedro Caldeira Cabral. Sábado às 21.30.

No concelho de Vila Franca de Xira dois concertos esta semana, integrados na I Temporada de Música e Dança organizada pelo departamento sociocultural da Câmara Municipal em colaboração com as Juntas de Freguesia: amanhã, dia 5, às 21.30, espectáculo de bailado com a participação do Centro Coreográfico Regional na Euterpe Alhandense; no domingo, às 16.00, concerto pelos Canora Truba (um agrupamento de flautas de bise) no salão da Misericórdia de Alverca.

Nas Caldas da Rainha-Casa da Cultura vão estar hoje às 21.30 os irmãos Salomé (Vitorino, Carlos e Janita) e Pedro Caldeira Cabral para interpretar «Modas e Romances Tradicionais».

Cinema

Obras apresentadas no 9.º Festival Internacional de Cinema para a Infância e a Juventude serão exibidas hoje, amanhã e sábado no Fórum Picoas em Lisboa. Hoje também no Auditório Galécia em Braga e a partir do dia 8 no Casino do Estoril.

Na Cinemateca, além do ciclo «Cinema Alemão Pós-Fassbinder», que prossegue, cinema de animação — Woody Woodpecker e Tom & Jerry — nos dias 8 e 9 às 18.30. Ainda «Europeus no Cinema Americano»: Dune de David Lynch dia 8 às 21.30 e ET — O Extra-Terrestre de Steven Spielberg dia 9 às 21.30.

Passar e aprender

«A passear também se aprende» — uma iniciativa da CM de Vila Franca de Xira que já levou muitos confetões a aprender o Ribatejo — vai esta semana (domingo próximo) à descoberta dos aglomerados urbanos de Castanheira e Povos. O almoço, a cargo de um conhecedor de pratos tradicionais ribeirinhos, consta de massinha de enguias, enguias à pescador, arroz doce, tudo regado com vinho da região... Transportes (a partir do largo da Estação da CP de Vila Franca, às 9.30) e almoço custam 600\$00, só transporte 200\$00. Quem tiver carro próprio pode utilizá-lo, devendo estar no largo da Estação

Elba no Porto

Um único espectáculo no Porto, no Coliseu, com Elba Ramalho e os 10 músicos da Banda Rústica. É hoje, às 22.00.

Bailado

Os três últimos espectáculos da temporada com o recém-estreado programa do Ballet Gulbenkian realizam-se hoje às



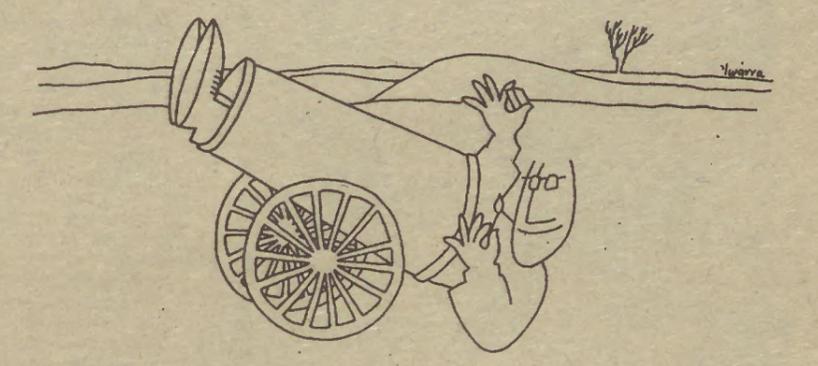
Chopin (nocturnos); de Stravinsky (O Pássaro de Fogo). Ciclo Mozart-Beethoven no S. Luiz, com entrada livre: dia 7 às 11.00 e dia 9 às 18.30. Jennifer Smith e Jorge Moyano (canto e piano) interpretam obras dos dois compositores.

No 1.º Acto de Algés decorre agora também uma extensão deste ciclo, como em Lisboa da responsabilidade do maestro José Atalaya. Programado para sábado, dia 6, está um concerto preenchido

interpretando peças do repertório clássico e canções populares tradicionais de França e Inglaterra. Dois concertos: sábado, dia 6, 21.30 e domingo, 16.00, na Sala Polivalente.

Na mesma sala, hoje, às 15.00 e às 18.30, folclore da Venezuela pelo grupo Serenata Guayanesa. Para estes dois espectáculos, especialmente dirigidos a crianças e jovens, a entrada é livre.

No Palácio Nacional de Queluz, um quinteto de sopros (flauta, clarinete,



com áreas e duetos de óperas de Mozart (de «O Rapto do Serralho», «As Bodas de Figo», «D. João» e «A Flauta Mágica») pelos cantores Filo-

oboé, fagote e trompa) num concerto com obras de Frederico de Freitas, Milhaud, Mozart. Domingo, dia 7, às 17.30.

18.00, amanhã às 21.30 e no sábado às 16.00. São interpretados «Treze Gestos de um Corpo» (Olga Roriz/António Emília), «Grosse Fugue» (Hans van Manen/Bethoven), «Adagio Appassionato» (Vasco Wellenkamp/Max Bruch).

Bonecos de S. Aleixo

O famoso grupo de teatro de marionetas de Évora vai estar em Lisboa, no CAM da Gulbenkian, para uma curta série de espectáculos, os primeiros dos quais nos dias 9 e 10 às 18.30. Bilhetes a 200\$00.



Exposições

LISBOA

Ana Leonor e Luís França — Pintura. Espaço Poligrupo Renascença. Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 20.00, sáb. das 09.00 às 12.00.

Alfredo Luz e Jorge Pé-Curto — Escultura e pintura. Escada, Centro Arte, Rua da Bela Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00; sáb. das 10.00 às 14.00 (até 20/2).

António Aurélio — Pintura. Galeria Tempo da FCG. Av. de Berna, 45-A. De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00.

Armando Alves e Joaquim Antunes — O Templo do Gato, Rua Sousa Viterbo, 38-2.º Esq. Diariamente das 16.00 às 20.00. (6/2).

Artur Bual — Pintura. Galeria Santa Justa, Rua de St.ª Justa, 93-2.º. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 29/2).

Azulejos — Colectiva (Bartolomeu, Pomar, Paula Rego, Menez, Lurdes Castro, João Vieira). R. Academia das Ciências, 2-C. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

Batarda — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113.

Brinquedos Caboverdianos — Museu Nacional do Traje (ao Lumiar), De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00 (até 15/4).

Catarina Baleiras — «Projecto 1988». Pavilhão de Exposições do Instituto Superior de Agronomia. Diariamente das 15.00 às 21.00 (até 17/2).

Cecília de Melo e Castro — «Info-arte». Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A.

Colecção da Livraria Buchholz — Lda. Galeria Arcada. Arcadas do Parque, 18. De 4.ª a 6.ª, das 11.00 às 20.00.

Diálogo com Soares dos Reis — Escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes.

Fernando Brito — Pintura. Galeria Quadrum, Rua Alberto de Oliveira, 52 Coruchéus. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00; sáb. das 15.00 às 19.00 (até 13/2).

Fernando Curado de Matos e Sérgio Eloy — Fotografia «Texturas». Atelier 15, Rua Freitas Gazu, 24-D. De 2.ª a 6.ª das 18.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00.

Holografias — Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom., das 16.00 às 19.00 (até 21/2).

Inácio Matsinhe — Pintura. Fórum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38.

Isabelino — Pintura. Instituto Alemão, Campo Mártires da Pátria, 36. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e as 14.00 às 18.00 (até 5/2).

José Vieira — Pintura. Atelier 2, Rua da Emenda, 66-3.º. De 2.ª a 6.ª, das 14.30 às 20.00.

João Ribeiro, Emília Mendes e Vítor Sequeira — Clube Cinquenta, Rua S. Mamede ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª das 17.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 10/2).

Jorge Alves — Design. Galeria da Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 20.00 (até 16/2).

José de Azevedo — Agualelas. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. Diariamente das 10.00 às 19.00 e das 15.00 às 19.00 (até 13/2).

Lilly Rosa e Gary Hansmann (EUA) — Pintura e gravura. Galeria de Exposições Temporárias, Fundação Gulbenkian.

Manuel Graça Dias — Galeria Cómicos, Rua Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 20/2).

Miguel Alberquilla — Galeria Tempo, Rua Nova de S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 10/2).

Museu da Água de Manuel da Maia — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

Pedro Chorão — Desenhos. Loja do Desenho, Rua da Academia das Ciências, 2-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 20/2).

Pedro Portugal e Rui Cunha — Pintura e fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. Diariamente das 10.00 às 20.00.

Perez Navarro — Pintura. Galeria Módulo, Av. Ant.º Augusto de Aguiar, 56-5.º Dt.º. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 14/2).

Regina Silveira — «Inflexões». Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª, das 15.00 às 20.00, sáb. e dom., das 16.00 às 19.00 (até 21/2).

Sérgio Eloy — Fotografia. O Varandim, Praça Bernardino Machado, 11-B. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00; sáb. das 10.00 às 17.00 (até 13/2).

Silvia Westphalen — Escultura. Galeria Leo. Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.00 (até 6/2).

Tapeçaria e Têxtil — Atelier Troufa Real, Rua da Horta Seca, 11-2.º. Diariamente das 14.30 às 18.30.

«Têxteis Mexicanos» — Museu Nacional do Traje. Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom., das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.30.

Visões Latinas — Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A. De 2.ª a sáb., das 12.00 às 23.00 (até 13/2).

PORTO

Desenhos Realistas — Museu Nacional de Arte Moderna. Casa de Serralves. De 3.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00.

Francisco Leiro — Pintura. Galeria Roma e Pavia, Rua D. Manuel II, 346-B (até 11/2).

Gravuras — Da Colecção Calouste Gulbenkian. Museu Soares dos Reis.

Isabel Pavão — Pintura. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1.

José Rodrigues e Pedro Tudela — Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 67 e 68.

Maria Mendes — Pintura e desenho. Galeria Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777, loja 8. Diariamente das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00 (até 16/2).

Modernistas Portugueses (anos 30/40) — Galeria Roma e Pavia, Rua D. Manuel II. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 20.00.

Obras para uma Colecção — Pintura. Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854. Diariamente das 16.00 às 20.00 (até 12/2).

«Do Tear à Moda» — Centro Regional de Artes Tradicionais, Rua da Reboleira, 37. De 3.ª a dom. das 10.30 às 12.30 e das 15.00 às 19.00.

Zulmiro de Carvalho — Escultura. Galeria JN, Rua Gonçalo Cristóvão, 195. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30.

OUTRAS LOCALIDADES

Barata Moura — Pintura «Encontros com o Tejo». Salão Nobre dos Paços do Concelho. De 2.ª a 6.ª das 21.00 às 23.00, sáb. e dom., das 15.00 às 19.00 e das 21.00 às 23.00 (até 7/2) ALCOCHETE.

Miguel Barbosa — Pintura, S. Marcos, Galeria S. Marcos, Galeria de Arte, Rua de S. Marcos, 3. Diariamente das 10.00 às 22.00 (até 20/2) AZEITÃO.

Gravuras da Colecção Calouste Gulbenkian — Museu de Aveiro (até 6/3) AVEIRO.

Colectiva — Escultura. Museu Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 — COIMBRA.

Desenhos Realistas — Círculo de Artes Plásticas de Coimbra, Rua Castro Matoso, COIMBRA.

João Paulo Feliciano — «Pintura e objectos de parede». CAPC. COIMBRA.

Cristina Ataíde e Pedro Croft — Objecto em pedra. Galeria de Colares, Rua Fria, 2. De 6.ª a dom. das 15.00 às 20.00, COLARES.

Colectiva — Pintura. Sala de Exposições da Junta de Turismo (até 4/3) ERICEIRA.

Fernando Curado de Matos — Fotografia. Museu Municipal de Loures/Casa do Adro. Diariamente excepto à 2.ª (até 14/2) LOURES.

Artesanato de Moçambique. Biblioteca Municipal — MONTEMOR-O-NOVO.

Azulejos Originais Portugueses — Galeria de Arte Espiral.

Centro Comercial das Palmeiras, loja 14. Diariamente das 14.00 às 22.00 — OEIRAS.

William Beckford e Portugal — Bibliográfica e iconográfica sobre Portugal séc. XVIII. Palácio de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — QUELUZ.

1.º Bienal de Arte — Antigo Casino, Galeria do Turismo e Palácio Nacional de Sintra (sala das Galés) — SINTRA.

Manuela Portellinha — Fotografia. Casa-Museu Álvaro de Campos, Calçada da Galeria, 12. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00, TAVIRA.

D. Fernando II — Documental. Museu Biblioteca da Casa de Bragança. De 3.ª a dom. das 9.30 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — VILA VIÇOSA.

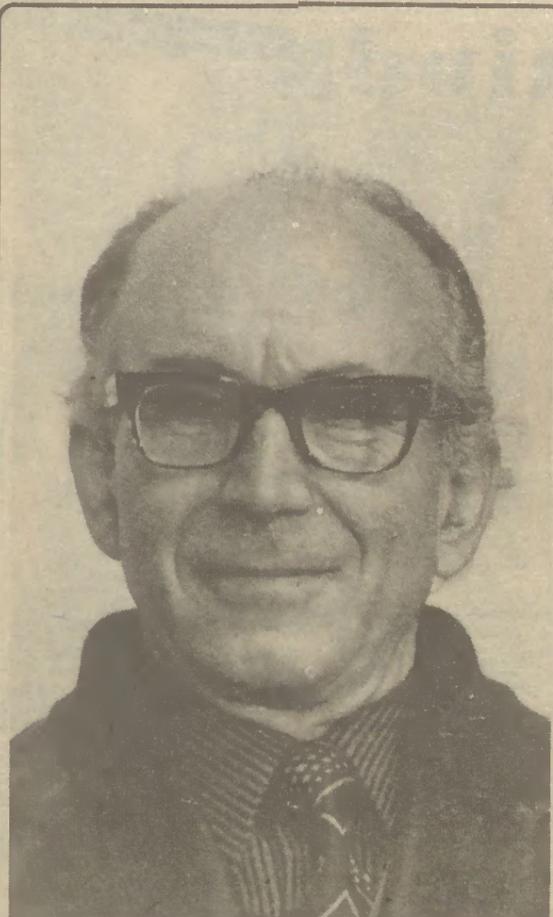


Tempo Fim de Semana



No fim-de-semana, céu geralmente muito nublado, períodos de chuva fraca nas regiões do Norte e do Centro. Céu geralmente pouco nublado, nas regiões do Sul. Vento geralmente fraco do quadrante Oeste.

Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.



FRANCISCO MIGUEL DAS PRISÕES À LIBERDADE

Texto organizado
por
Fernando Correia
Coleção «Resistência»



Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses que durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mas difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

Síntese semanal da IMPRENSA

Usando a sua maioria de 51% na Assembleia da República como se partido único fora, Cavaco Silva fez aprovar esta semana a sua primeira lei de reprivatizações. Foi o sinal de partida para o leilão da imprensa estatizada, a que só o PCP ousou chamar o que é e se espera que prevaleça, ou seja, **inconstitucional**, e a que os próprios jornais visados se limitam delicadamente a apor a necessidade de «cuidada regulamentação». Memória curta — e muitos enredos...

Sem delicadezas nem tibiezas, no melhor estilo do mestre, investe de novo a ministra Beleza. Desta vez é o inacreditável projecto da liquidação do Hospital Júlio de Matos.

Entretanto, Freitas ressuscitou, definiu-se como oposição e reclamando a «remodelação» do Governo, que o prof acha que é lento a cumprir as promessas que fez...

«Leis sensatas» — efeitos perversos...

• «Está aberto o caminho para a reprivatização dos jornais do Estado e das restantes empresas ou segmentos de empresas de Comunicação Social que o Governo entenda excluir daquilo que designa por "serviço público mínimo" no sector: um canal de televisão, uma estação de rádio e uma agência noticiosa. Cumpra-se, assim, o primeiro passo de um compromisso inscrito no programa do Executivo e inicia-se um processo que decerto pode alterar profundamente o panorama da imprensa em Portugal. Qual o sentido dessa mudança — eis o que não se sabe inteiramente, dado que ela implica uma alteração do estatuto por que até agora se regeram os jornais a privatizar, enquadrados por orientação específica dispersa por instrumentos legais que vão da própria Constituição à Lei de Imprensa, passando designadamente por diplomas que estabelecem as regras de funcionamento e as competências de órgãos criados *ad hoc*, como o Conselho de Comunicação Social.

(...) A Imprensa nacionalizada exerceu, numa primeira fase, um papel importante na atenuação das tensões e conflitos sociais e políticos dos períodos de institucionalização e consolidação do regime; posteriormente, soube manter, regra geral, a postura equilibrada, de isenção e pluralismo que se lhe pedia e que hoje continua a seguir, com maior ou menor rigor.

No momento em que se preparam mudanças profundas em matéria de propriedade, será justo reconhecer que a Imprensa estatizada cumpriu a missão que lhe foi cometida.

Conhece-se agora o quadro global em que se procederá à reprivatização, e, como já aqui se observou, ele oferece potencialidades para que a transição se faça de modo a evitar que a Imprensa se torne objecto de manipulação, ao serviço de interesses que desprezem a sua função social. Com excepção das cooperativas de trabalhadores, que poderão subscrever até 20 por cento, todos os restantes candidatos, incluindo os potenciais investidores estrangeiros, que não têm escondido o seu interesse, têm de limitar-se a uma fracção de dez por cento. Só que não estão previstos mecanismos de controlo que impeçam subterfúgios através dos quais um grupo de empresas ou empresários venha de facto a adquirir várias quotas individuais de dez por cento, conquistando o poder de decisão, hipótese

em que o espírito da lei seria claramente desvirtuado.

Nestas condições, maior se torna a responsabilidade do Governo, tendo em vista que o compromisso assumido e reiterado pelo secretário de Estado adjunto para a Comunicação Social consiste na "salvaguarda da independência e do pluralismo da Informação". Importa, por isso, que na regulamentação da lei aprovada e no acto de decidir sobre a atribuição das quotas aos concorrentes se acatele efectivamente o objectivo definido. Doutra modo, uma lei razoável e sensata poderá produzir efeitos perversos e rigorosamente opostos aos que o Governo diz pretender.»

(«Diário de Notícias», 30 Jan.)

Questões de saúde mental?

• «Cinquenta milhões de contos, segundo uma estimativa a que o "Expresso" teve acesso, é o montante em jogo, no polémico plano de venda, a um poderoso grupo empresarial britânico, do Hospital Júlio de Matos. Os candidatos à compra dos terrenos — uma vasta área de 22 hectares, maior do que o espaço ocupado pelo quarteirão que vai do Rossio à Praça do Comércio e de dimensão semelhante ao Parque Eduardo VII — são, segundo as nossas fontes, os mesmos que investiram nas Amoreiras e se encontram agora por detrás do projecto de construção do futuro aeroporto de Lisboa, na zona da Base Aérea da Ota. (...)

Administradores e directores do hospital ignoram ainda o futuro a dar aos 700 doentes internados (500 dos quais são doentes crónicos, gente que adoeceu antes da descoberta dos psicofármacos, com estatuto asilar por não possuírem família), bem como ao pessoal médico e auxiliar. Inexplicavelmente, ninguém de direito se dispõe a esclarecê-los devidamente. (...)

Para além dos quatro principais intervenientes no processo — Beleza, o secretário de Estado da Saúde Costa Freire, Taveira (autor do projecto de urbanização para a área — 1580 fogos de luxo e «qualidade ambiental muito cuidada») e Abecasis — só um outro cidadão estava a par dos pormenores: o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, que lhe garantiu total cobertura política. (...)

Actuando preventivamente, os vereadores socialistas e comunistas requererem, na reunião de segunda-feira, que qualquer deliberação sobre a questão, tanto no que se refere à demolição como à urbanização,

o seja em reunião de Câmara e não por simples despacho do presidente.»

(«Expresso», 30 Jan.)

«O quase febril activismo da equipa chefiada por Leonor Beleza processa-se em campos estranhos à vocação natural do Ministério e, de uma forma cada vez mais nítida, fazendo tábua-rasa dos critérios essenciais a uma vivência democrática. O recente episódio da venda de unidades hospitalares é apenas a última ilustração do que tem vindo a ser a política de Leonor Beleza: uma afirmação persistente de despotismo mesquinho e contabilístico, num confronto sistemático com a comunidade médica e, sobretudo, com os interesses elementares dos cidadãos numa área tão sensível do serviço do Estado como é a saúde e a assistência hospitalar. (...)

Agora, sem ter definido previamente qualquer programa ou alternativa global de modernização do sistema hospitalar, Leonor Beleza avança festivamente para a alienação do património de vários hospitais, nomeadamente as duas unidades de assistência psiquiátrica existentes em Lisboa, o Júlio de Matos e o Miguel Bombarda. O critério da rentabilização dos serviços de saúde é erigido como norma soberana da política do Ministério, mesmo que para isso tenham de ser sacrificados os doentes e se coloque a comunidade médica perante factos consumados.»

(V. J. Silva, «Expresso», 30 Jan.)

CDS: o sonho de «desfazer ponto por ponto»

• «Segundo Freitas do Amaral, o "ponto principal da estratégia" do CDS é o PSD. "Não pode haver dúvidas, o CDS é oposição", salientou, apontando três razões para isso. A primeira é que o PSD, "podendo e devendo fazê-lo", não convidou o CDS para formar um Governo de coligação. A segunda é que o Governo "tendo recebido o apoio do eleitorado democrata-cristão", está a governar ao centro-esquerda. A terceira razão apontada é o facto de o Executivo "estar a governar há seis meses e não ter cumprido quase nenhuma das suas promessas eleitorais, além de ter cometido clamorosos erros políticos".

Na política externa, o presidente do CDS disse que "apoiaria a candidatura portuguesa à UNESCO utilizando a rede internacional da democracia-cristã, que o CDS tem e o PSD não tem". Em relação à política africana, afirmou que nunca atacaria a Unita e não se oporia à vinda de Jonas Savimbi a Portugal. (...)

No plano económico, disse que reduziria os impostos por ser "a única forma de cumprir as promessas eleitorais de menos e melhor Estado".

Freitas do Amaral afirmou ainda que o seu objectivo para as privatizações seria "desfazer ponto por ponto a obra demolidora do 11 de Março, privatizar dezenas de empresas e não só três ou quatro em quatro anos, e indemnizar devidamente os antigos proprietários".»

(«Diário de Notícias», 1 Fev.)

Damas

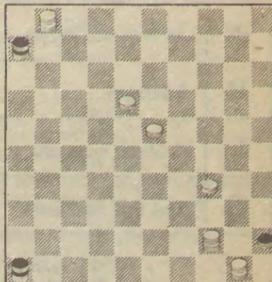
CXXXIX — 4 de Fevereiro
de 1988

Proposição n.º 139

Por: Cornelius Blankenaar-1914

Pr.: [3]: (6)-45-(46)

Br.: [6]: (1)-13-18-34-(44)-(50)



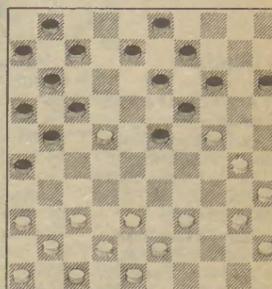
Jogam as brancas e ganham

Golpe n.º 139

Por: B. Jurgka-Austrália, 1965

Pr.: [16]: 1-3-6-7-8-9-11-13-14-15-16-17-19-21-23-26

Br.: [16]: 22-24-30-35-36-37-38-39-40-41-42-43-45-46-47-48



As brancas jogam e ganham

Soluções do n.º CXXXIX

N.º 139 (C.B.): 34-29 (46x5) 29-23 (5x46) 18-22 (46-5) 12-7 (5-46) 7-2=D (46-5) [(46-?) 1-40 e 44-22+] 2-13 (5-46) 13-36 (46-5) 36-47 (5-46) 1-40!! (45x34) 47-29!! (34x23) 44-39 (6x44) 50x51+

Golpe n.º 139 (B.J.): 24-20 (14x34) 40x18 (17x28) 39-34 (13x22) 38-33 (28x30) 35x4 = D+

■ A. de M. M.

Xadrez

CXXXIX — 4 de Fevereiro
de 1988

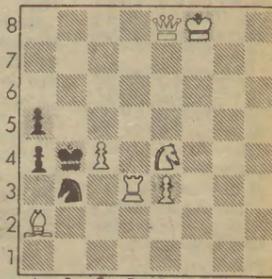
Proposição N.º 139

Por: R. Burger

1.º Prémio «American Chess Bulletin», 1958

Pr.: [4]: Ps. a4,a5-Cb3-Rb4

Br.: [8]: Ps. c4,e3-Cs.d1, e4-Ba2-Td3-De8-Rf8



Mate em dois lances

Jogo N.º 139

Torneio de Breslav, 20.VII.1912

Br.: Lewitzky

Pr.: Marschall

1. d4.e6; 2. e4.d5; 3. Cc3.c5; 4. Cf3.Cc6; 5. e.d5.e.d5; 6. Be2, Cf6; 7. O-O. Be7; 8. Bg5.O-O; 9. d.c5.Be6; 10. Cd4.B:c5; 11. C:e6.f.e6; 12. Bg4.Dd6; 13. Bh3.Ta8; 14. Dd2.Bb4; 15. B:f6; 16. Tad1.Dc5; 17. De2.B:c3; 18. b.c3.D:c3; 19. T:d5.Cd4; 20. Dh5.Tf8; 21. Te5.Th6; 22. Dg5.T:h3; 23. Tc5.Dg3 e as brancas abandonam!

Solução do N.º 139

Chave:

1. Ce4c3! blocus!

1. ...Ra3; 2. Da4++

1. ...R:c4; 2. Db5++

1. ...C joja; 2. Dd7++

■ A. de M. M.